



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

SAMIA PAULA DOS SANTOS SILVA

**TERRITÓRIOS DE QUILOMBOS NA REGIÃO DO VALE DO RIO
JAGUARIBE(CE): IDENTIDADES, MEMÓRIAS E REEXISTÊNCIAS**

FORTALEZA

2022

SAMIA PAULA DOS SANTOS SILVA

**TERRITÓRIOS DE QUILOMBOS NA REGIÃO DO VALE DO RIO
JAGUARIBE(CE): IDENTIDADES, MEMÓRIAS E REEXISTÊNCIAS**

Tese apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC) como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Cunha Jr.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S583t Silva, Samia Paula dos Santos.
Territórios de quilombos na região do Vale do Rio Jaguaribe(CE): : identidades, memórias e reexistências / Samia Paula dos Santos Silva. – 2022.
231 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Henrique Antunes Cunha Junior.
1. Identidade. 2. Identidade. 3. Quilombos. I. Título.

CDD 370

SAMIA PAULA DOS SANTOS SILVA

**TERRITÓRIOS DE QUILOMBOS NA REGIÃO DO VALE DO RIO
JAGUARIBE(CE): IDENTIDADES, MEMÓRIAS E REEXISTÊNCIAS**

Tese apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC) como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Aprovada em: 28/07/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria de Fátima Vasconcelos da Costa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr^a. Rosa Maria Barros Ribeiro
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr^o. Gardner de Andrade Arrais
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Dedico este trabalho aos(as) filhos(as) das comunidades quilombolas do Vale do Jaguaribe, a saber: da Serra dos Bastiões, do Cumbe e do Córrego de Ubaranas, pelas lutas e reexistências históricas que mantêm nossa ancestralidade vivas e nossos conhecimentos atemporais. Em especial a minha mãe, minha maior referência de vida, sua resistência, nos conduziu diante das lutas da vida.

[...] Maria, Maria / É o som, é a cor, é o suor / É a dose mais forte e lenta / De uma gente que ri quando deve chorar / E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força / É preciso ter raça / É preciso ter gana sempre / Quem traz no corpo a marca Maria, Maria / Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha / É preciso ter graça / É preciso ter sonho sempre / Quem traz na pele essa marca / Possui a estranha mania / De ter fé na vida ...”

(Milton Nascimento)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelas oportunidades e pela especial seleção de pessoas que fazem parte de minha trajetória e colaboraram para que conseguisse alcançar êxito nesse processo de autoformação.

À espiritualidade, pela proteção e orientação nas horas difíceis de dúvidas e inseguranças e pela sustentação do equilíbrio em meio às situações caóticas por vezes apresentadas.

Aos meus ancestrais, por me darem a oportunidade de retratar nosso lugar a partir de meu ponto de vista.

A cada sujeito pesquisado, que contribuíram com seus conhecimentos e saberes ancestrais, revelando-nos ensinamentos de cada comunidade por onde passamos, para a construção dessa tese.

Aos amigos e amigas, lideranças das comunidades, que são parte dessa pesquisa, pela disponibilidade em nos apresentar suas comunidades, pela confiança em permitir que tocássemos e conhecêssemos os seus saberes, e pelas recepções felizes e acolhedoras.

À minha família, pelos cuidados e atenção em toda a caminhada, por ter compreensão quando precisei me ausentar, pelos momentos prazerosos de relaxamento e alegria quando mais precisava. E, simplesmente, pela existência de cada um de vocês do jeito que são.

À minha querida e amada mãe, pelo amor e carinho, pela força que representa, pelas orações, por me conduzir nos caminhos da vida, por sempre ter acreditado em mim, pela alegria de te ter em minha vida e por todas as outras coisas impossíveis de descrever.

Aos meus irmãos queridos, Samara Kelly e Francisco Edgleison, por serem minha inspiração, pela troca de informações e conhecimento, pelo apoio no desenvolvimento do trabalho e nas decisões da vida.

A todos os meus amigos, pela troca de conhecimento, pelas vivências felizes e conflituosas que se estabeleceram durante nossa caminhada. Especialmente

agradeço a Jair Delfino, por sua presença e de sua espiritualidade em minha vida, todo o apoio e dedicação desse tempo juntos. Ao Gardner Arrais por tornar-se um exemplo de profissional e pessoa, pelos incansáveis incentivos, correções, pelas trocas e pelo imenso carinho. A Emanuela Matias, pela motivação, parceria e dedicação em todos os momentos.

Ao geógrafo Guilherme da Silva Borges, pela parceria e dedicação com os trabalhos, especialmente na construção dos mapas e na partilha dos conhecimentos geográficos.

À Jana Said, pela dedicação, que possibilitou a continuidade da pesquisa, e a melhoria da minha qualidade de vida.

Ao grupo de pesquisa Ética, Educação e Formação Humana, pelo aprendizado construído durante todos esses anos, pela imensa corrente positiva e companheirismo entre seus membros, que contribui para minha formação pessoal e profissional, por me fazer compreender que há possibilidade de seguir o caminho acadêmico de forma digna e humana.

À Rosa Barros, por todas as orientações durante minha trajetória acadêmica, pelas conversas e trocas que transformam os dias e por toda a significação da sua presença na minha formação profissional e acadêmica.

À Lourdes Carvalho e Lia Matos pelas parcerias, que mudaram minha vida, pelas palavras e atitudes de incentivo, pela imensa dimensão humana de suas práticas pedagógicas, principalmente por me ajudarem a me perceber de forma diferente, eu diria até, por ter me ajudado a me reinventar.

Ao meu orientador, Professor Dr. Henrique Cunha Jr., pela confiança e oportunidade na realização do trabalho junto às comunidades do Vale do Jaguaribe. Pelas orientações, pela parceria e orientação que direcionaram a pesquisa.

À todos que fizeram parte de minha trajetória acadêmica, meu muito obrigada. Contem comigo sempre!

RESUMO

Esta pesquisa objetivou identificar como os moradores remanescentes de quilombos das comunidades estudadas constroem suas identidades quilombolas, a partir das influências territoriais, na região do Vale do Jaguaribe no Ceará. Investigamos três comunidades, localizadas na região leste do estado do Ceará. Essa região apresenta diversidade na estrutura geográfica, por isso investigamos as comunidades que localizam-se em áreas de serra e litoral. Para tanto, realizamos estudos teóricos voltados para nosso interesse de pesquisa, que nos possibilitaram apreender elementos e fatores constituintes do processo de formação da identidade quilombola. Na pesquisa de campo utilizamos como suporte metodológico a pesquisa qualitativa, com a utilização da Metodologia Afrodescendente e, para coletar dados e informações utilizamos diversos instrumentos de investigação, tais como: análise documental, observação e entrevista semiestruturada. Os sujeitos da pesquisa foram moradores das comunidades de diferentes faixas etárias, para compreender as diferentes formas de construções das identidades quilombola. A pesquisa apresenta um panorama da formação das comunidades quilombolas da região estudada, destacando o fortalecimento e reconhecimento das manifestações culturais e das tradições quilombolas do Estado do Ceará, consideradas como forma de resistência dos valores ancestrais.

Palavras-chave: identidade; territorialidade; quilombos.

ABSTRACT

This research aimed to identify how the remaining quilombo residents of the communities studied build their quilombola identities, based on territorial influences, in the region of Vale do Jaguaribe in Ceará. We investigated three communities, located in the eastern region of the state of Ceará. This region presents diversity in geographic structure, so we investigated the communities that are located in mountain and coastal areas. To this end, we carried out theoretical studies aimed at our research interest, which enabled us to apprehend elements and constituent factors of the process of formation of the quilombola identity. In the field research, we used qualitative research as methodological support, using the Afro-descendant Methodology and, to collect data and information, we used several research instruments, such as: document analysis, observation and semi-structured interview. The research subjects were residents of communities of different age groups, to understand the different forms of construction of quilombola identities. The research presents an overview of the formation of quilombola communities in the studied region, highlighting the strengthening and recognition of cultural manifestations and quilombola traditions in the State of Ceará, considered as a form of resistance to ancestral values.

Keywords: identity; territoriality; quilombos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Foto com meus irmãos e prima no início do Conjunto Riacho Doce, Passaré Ceará. Mostra as casas de taipa ao fundo	44
Figura 2 - Foto da família no início do Conjunto Riacho Doce, Passaré, Ceará. Mostra as casas de taipa ao fundo.....	45
Figura 3 - Fotos de minha irmã e primo no início do Conjunto Riacho Doce, Passaré Ceará. Mostra a casa de tijolo de bloco.	46
Figura 4 - Seminário Marcadores Atemporais Africanistas, em 2015.....	47
Figura 5 – Terras Quilombola tituladas e em processo no Incra	91
Figura 6 – Mapa das Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará	96
Figura 7 – Mapa de Localização das Comunidades Quilombolas da Bacia do Jaguaribe.....	103
Quadro 1 - Manifestações culturais tradicionais da Serra dos Bastiões.....	119
Figura 8 - Foto da placa que indica a chegada no açude do Santo	120
Figura 9 - Foto da população analisando o nível da água do açude	121
Figura 10 - Foto do açude Santo Antônio na Serra dos Bastiões.....	121
Figura 11 - Foto do Roçado dentro da comunidade Serra dos Bastiões.....	122
Figura 12 - Foto dos trabalho com o milho, após a colheita	123
Figura 13 - Foto da canjica, comida típica da serra dos Bastiões, feitas com milho, 2020	124
Figura 14 - Fotos dos milhos e urucu, secando no sol, Serra dos Bastiões.....	125
Figura 15 - Foto da igreja católica da Serra dos Bastiões	125
Figura 16 - Foto da reza da Santa Cruz, 2021, Bastiões	126
Figura 17 - Foto da tradicional reza da Santa cruz, realizada na madrugada do dia 1 de maio	127
Figura 18 - Foto da tela, artesanato feito na Serra dos Bastiões	128
Figura 19 - Foto caminho de mesa feito com a tela, Bastiões, 2021	129

Figura 20 - Foto da tabuleta da tela, instrumento utilizado na Serra dos Bastiões, 2020	130
Figura 21 - Foto da produção de agulhas e tabuletas para fazer o artesanato, na Serra dos Bastiões	131
Figura 22 - Foto caminho de mesa de crochê, Bastiões, 2021	132
Figura 23 - Foto de criações de animais na Serra dos Bastiões	133
Figura 24 - Foto de telhas antigas produzidas na Serra dos Bastiões	134
Figura 25 - Foto da forma de fazer tijolos na Serra do Bastiões	134
Figura 26 - Foto do moinho Serra dos Bastiões	135
Figura 27 - Foto dos pilões da Serra dos Bastiões.....	136
Figura 28 - Foto da praça dos Bastiões	137
Figura 29 - Foto da rede produzida na Serra dos Bastiões e feita do próprio algodão que era também produzido na Serra.....	137
Figura 30 - Foto da creche da Serra dos Bastiões	138
Figura 31 - Foto das ruas da Serra dos Bastiões	138
Figura 32 - Foto do campo de futebol da Serra dos Bastiões	139
Figura 33 - Foto da ancoreta utilizadas para carregar água em jumento	139
Figura 34 - Foto do jumento com a cangalha para desenvolver trabalhos na Serra dos Bastiões.....	140
Figura 35 - Foto de pé de cabaça na Serra dos Bastiões	140
Figura 36 - Foto jovem pescando com as redes, Bastiões, 2022.....	141
Figura 37 – Foto de moradores pescando, Bastiões, 2022.....	142
Figura 38 - Foto pesca em açude ao redor da Serra dos Bastiões, 2022	143
Figura 39 - Foto do rio Jaguaribe, Cumbe, Ceará.....	159
Figura 40 - Foto do instrumento de pesca, chamado curral no Rio Jaguaribe, Cumbe, Ceará	160
Figura 41 - Foto da limpeza do mangue feita pelos os moradores do Cumbe	161
Figura 42 - Foto da Associação Quilombola do Cumbe	162

Figura 43 - Foto da barraca de praia da Associação do Cumbe	162
Figura 44 - Foto da parte externa do Museu do Cumbe.....	163
Figura 45 - Foto da parte interna do Museu do Cumbe.....	164
Figura 46 - Foto das barracas dos pescadores no território do Cumbe	165
Figura 47 - Foto de jovens jogando capoeira na praia do Cumbe. Atrás as eólicas no Cumbe.....	166
Figura 48 - Fonte de água doce na praia do Cumbe.....	167
Figura 49 - Foto do estandarte do Bloco Karambolas	168
Figura 50 - Foto da máscara utilizada no Bloco Karambola	169
Figura 51 - Foto de um abajur artesanal feito com material da terra.....	170
Figura 52 - Foto de artesanato feito com material de côco	171
Figura 53 – Árvore que os moradores chamam de Mariele, 2022.....	172
Figura 54 - Foto da aula de capoeira na Associação Quilombola do Cumbe.....	173
Figura 55 - Pescadores trabalhando na pesca artesanal, Cumbe, 2022.....	174
Figura 56 - Atividade com os jovens de limpeza da Praia no Cumbe, 2022	175
Quadro 2 - Manifestações culturais do Córrego de Ubaranas.....	186
Figura 57 - Foto da antiga casa de moradores do Córrego de Ubaranas	187
Figura 58 - Foto da antiga da casa dos moradores do Córrego de Ubaranas	188
Figura 59 - Foto da parte de trás das ruínas do antigo engenho do Córrego de Ubaranas.....	189
Figura 60 - Foto das ruínas da parte da frente do engenho de Ubarana.....	190
Figura 61 - Foto do pé de cabaça que as crianças brincavam	191
Figura 62 - Foto do Córrego de Ubaranas, que dá nome a comunidade	192
Figura 63 - Foto da plantação de cana de açúcar dentro do Córrego de Ubaranas	193
Figura 64 - Foto da produção de farinha de mandioca feita pelos moradores de Ubaranas.....	194
Figura 65 - Foto do processo da peneiração da farinha de mandioca	195

Figura 66 - Foto do Pancão, produzido no Córrego de Ubaranas.....	196
Figura 67 - Foto do forno utilizado em atividades culinárias na comunidade	197
Figura 68 - Foto de um pilão usado para produzir os alimentos em Ubaranas	198
Figura 69 - Foto de um prensa utilizada no trabalho em Ubaranas.....	199
Figura 70 - Foto de uma moinho de cana, Córrego de Ubaranas, 2022	200
Figura 71 - Foto de um rasgador de caju	201
Figura 72 - Foto da antiga escola do Córrego e atual sede da Associação dos Quilombolas de Ubaranas	202
Figura 73 - Foto da atual escola de Ubarana	203
Figura 74 - Foto de montes de lenha de cajueiro em Ubaranas.....	204
Figura 75 - Foto de um cajueiro enxertado	205
Figura 76 - Foto dos cajueiros gigantes em Ubaranas.....	206
Figura 77 - Foto da colheita de acerola para a venda	207
Figura 78 - Foto de carregamento de acerola pronta para a venda	208
Figura 79 - Dona Dora fazendo uma reza	209

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Procedimentos Metodológicos	21
2 MEMORIAL SOBRE A MINHA TRAJETÓRIA	26
2.1 Primeiros passos da caminhada.....	26
2.2 As jornadas no Riacho Doce.....	27
2.3 Andanças da vida que ligam aos Bastiões	32
2.4 As trilhas até as universidades.....	37
2.5 Caminhando na docência	41
3 CONTEXTUALIZANDO O CONCEITO DE QUILOMBO E DE QUILOMBOLAS	48
3.1 Quilombos na contemporaneidade	59
3.2 Identidades e identidade quilombolas.....	66
3.3 As cirandas das identidades quilombolas	72
3.4 Memórias e atemporalidade nas identidades quilombolas	73
4 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: EM BUSCA DA IDENTIDADE COLETIVA E INDIVIDUAL QUILOMBOLA	84
5 CONTEXTUALIZANDO A REGIÃO ESTUDADA: A VIDA DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM TORNO DO RIO JAGUARIBE	94
5.1 Bacias hidrográficas	94
5.2 Sub-Bacias Hidrográfica do Rio Jaguaribe.....	96
5.3 O problema das secas e as tentativas de políticas	97
6 COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO JAGUARIBE (CE): CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRIA	102
6.1 Serra dos Bastiões.....	103
6.2 Cumbe: a comunidade móvel.....	144
6.3 Córrego de Ubaranas	176

7 RESISTÊNCIA QUILOMBOLA COMO FORMA DE EDUCAÇÃO	210
7.1 Movimentos sociais e educação popular	212
7.2 Resistência quilombola como processo educativo	216
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	220
REFERÊNCIAS.....	227

1 INTRODUÇÃO

Esta tese decorre, inicialmente, da minha relação com o objeto de estudo e com uma comunidade remanescente de quilombo, da qual descendo. Minha raiz ancestral está ligada à Comunidade Bastiões, um distrito rural pertencente ao Município de Iracema, que está situado na microrregião do Médio Jaguaribe, no Vale do Jaguaribe. A bacia hidrográfica do Rio Jaguaribe está localizada em sua grande parte ao Leste do Estado do Ceará, com uma pequena parte a noroeste do Estado de Pernambuco.

O estado do Ceará expressa uma grande distinção de campos geomorfológicos, os quais são constituídos por relevos modelados em pedras estratificados e cristalinas de idades diferentes. Sendo assim, o desenvolvimento socioeconômico baseado no patrimônio e nos campos culturais de uma certa área é possível e se apresenta como uma alavanca de atividades sustentáveis, atraindo bons resultados e estimulando as identidades locais.

Geograficamente o Vale do Jaguaribe é uma extensa faixa de terra do estado do Ceará que compreende regiões litorâneas, rurais e serranas, com 18.841 Km de extensão territorial e 75.670 Km de recursos hídricos de sua bacia são utilizados de diferentes maneiras, principalmente para o consumo humano, assim como para práticas econômicas como a pesca, a pecuária, a agricultura e a indústria. Essas atividades são desenvolvidas especialmente por moradores de pequeno poder aquisitivo, com baixo nível de renda, inferior a dois salários mínimos (SOUSA; DE OLIVEIRA SOUSA, 2015). Dos municípios que compõem esse território, os agricultores com menor poder aquisitivo disputam espaço desigual com empresas de diversos segmentos. A distribuição e conservação dos recursos hídricos precisam ser prioridade e dever igualitário entre todos os que necessitam deles para a manutenção da vida cotidiana.

Os conflitos gerados pela utilização das águas da bacia são vistos com frequência nesse território, isso ocorre porque apesar de a água ser considerada recurso humano indispensável, devendo assim, servir principalmente para o consumo humano e a dessedentação animal, porém em muitas partes dessa região tem sido dada prioridade ao agronegócio. (SOUSA; DE OLIVEIRA SOUSA, 2015).

O Vale do Jaguaribe é uma região socioeconômica, cultural e hídrica do Ceará, abastecida por uma das mais importantes bacias hidrográficas do estado, a Bacia do Jaguaribe, dessa região fazem parte 21 municípios. Entre esses municípios está Iracema, sede do distrito Bastiões. A comunidade que foi analisada em minha pesquisa de mestrado (SILVA, 2016), tem em sua história grande relação com a água, produz telha, tijolos e utensílios de barro. Além disso, também pratica a pesca. Essas e outras atividades são desenvolvidas no principal açude do distrito, o Santo Antônio. Vale ressaltar que em momentos de seca essas práticas ficam impossibilitadas.

Localizado na microrregião política de Pereiro e pertencendo à região hidrográfica do Médio Jaguaribe, o município de Iracema, que tem essa denominação em homenagem a personagem da obra de José de Alencar, tem suas atividades econômicas relacionadas à agricultura, à pecuária, à pesca e à indústria de diversas áreas, como as de produção de sabão e de velas. Suas principais atividades culturais são a festa da padroeira, as festas carnavalescas (em tempos de muita água) e os eventos esporádicos, que acontecem com frequência nos clubes da cidade. O abastecimento de água vem principalmente através do Rio Figueiredo e dos pequenos açudes, localizados principalmente nos três distritos que compõem esse território (Ema, São José e Bastiões).

Na comunidade Bastiões o abastecimento de água provém principalmente do açude Santo Antônio, que está localizado em um dos muitos sítios do território, com o mesmo nome do açude, que já pertenceu a uma das famílias do lugar, foi vendido ao município e hoje é de uso público. Suas águas são utilizadas especialmente para o consumo humano, para a pesca e para a produção de tijolos, telhas e louças.

As dificuldades de acesso à água são um problema para o distrito há bastante tempo. A água encanada, por exemplo, só chegou à comunidade há aproximadamente dez anos. Antes disso, as pessoas da comunidade se dirigiam diretamente às cacimbas e ao açude para ter acesso à mesma. Considerando sua importância para a comunidade e o difícil acesso, muitos conflitos e divergências se formaram historicamente pela busca de água na serra. No passado próximo, as famílias que tinham poços e cacimbas nas suas propriedades cediam água para as outras, ainda assim as tensões aconteciam pelos lugares nas filas e por muitas vezes não ser permitida a retirada de água. Nessa época os embates ocorriam por esses motivos, assim como pela preferência que muitas vezes tem se dado a liberação da

água para construções de casas ao invés do consumo humano. A partir do ano 2019, o abastecimento de água e a encanação na comunidade Serra dos Bastiões é desenvolvido pelo Sistema Integrado de Saneamento Rural - SISAR, que chegou na comunidade através da Associação Afrodescendente Joaquim Francisco de Assis, que representa os quilombolas locais.

A relação de pertencimento aos Bastiões, à sua cultura e às suas tradições, tem influências profundas na minha formação pessoal, especialmente através da educação não escolar, que consideramos como um processo educacional baseado na relação cíclica dos saberes e das identidades dos antepassados, que formam valores, saberes, crenças e desejos que nos constroem e também são reconstruídos de forma permanente e dinâmica.

A afetividade que dedico a essa localidade e, sobretudo, os estudos e a pesquisa, que consubstanciaram minha dissertação de mestrado, direcionaram meu interesse em continuar investigando a identidade dos povos remanescentes de quilombos, em especial, dos moradores do Ceará, que sofrem com a constante invisibilidade social, sustentada pelo falso conceito da ausência de negros no estado.

Na minha trajetória acadêmica estiveram sempre presentes estudos e pesquisas voltados para o tema identidade negra, tendo como pressuposto que o reconhecimento e a valorização da cultura afrodescendentes sofrem influências dos diferentes modos de educação, que são responsáveis pela formação do indivíduo. Por conseguinte, necessito apresentar, mesmo que de forma sucinta, os conceitos de educação, educação escolar e educação não escolar.

O primeiro contato oficial com a temática quilombola ocorreu durante a pesquisa de mestrado, intitulada “A Juventude Remanescente de Quilombos da Comunidade Bastiões (CE): Tensões e Identidades”, que teve como objetivo principal contribuir diretamente com a Comunidade dos Bastiões em diferentes aspectos, tais como a valorização do lúdico, das manifestações culturais e do histórico. O que despertou nos quilombolas a necessidade de se auto afirmarem quilombolas e manifestar essa identidade através da cultura. Após a pesquisa, surgiram indagações diversas, de como seriam as lutas quilombolas em outras comunidades e qual a relação entre a formação dos quilombos com a localização dos seus territórios, por essa razão, despertamos o interesse em entender como se constroem as identidades

quilombolas das comunidades localizadas na Bacia do Jaguaribe, que além de ser a maior bacia do estado do Ceará, apresenta características geográficas distintas.

A nossa expectativa era de colaborar com os estudos que abordam a Lei Nº 10.639/2003, no seu aspecto da formação de professores e na efetividade da aplicação do referido texto legal. Estudar os quilombos cearenses, no seu aspecto da juventude que lá reside e desenvolve atividades culturais tradicionais e tecnológicas, pôde abrir caminhos para diferentes avenidas na construção de um olhar e uma memória da comunidade Bastiões, bem como é mais um pilar na luta contra o racismo.

Tendo em vista o objeto de estudo desta pesquisa, considero que a educação não escolar, baseada no respeito às diferenças, aos valores locais e às manifestações culturais das comunidades quilombolas poderá assumir um papel afirmativo pedagógico e, assim, irá contribuir para o fortalecimento da identidade negra. A educação, em toda a sua abrangência tem como fundamento o respeito à diversidade cultural existente nas comunidades e também às particularidades individuais. Segundo Moura (2005, p. 71),

A grande diferença que se deve destacar entre a transmissão do saber nas comunidades negras rurais e nas escolas é que, no primeiro caso, o processo, fruto da socialização, desenvolve-se de forma natural e informal e, no segundo, o saber não está referenciado na experiência do aluno. Isso ocorre, sobretudo, pelo fato de que a experiência educativa das comunidades leva em conta os valores de sua própria história, enquanto na escola os valores da cultura dominante, ou seja, o saber sistematizado são impostos como únicos, sem qualquer referência às historicidades vividas e aprendidas pelos alunos em seu contexto de origem.

Com base nas minhas vivências e também segundo a literatura especializada, posso afirmar que as relações com o conhecimento não são construídas apenas nos ambientes escolares. Nos ambientes sociais comunitários, constituídos de fatores e elementos diversificados, o sujeito terá a possibilidade de apreender e atribuir novos significados aos componentes contextuais e, assim, construir novos conhecimentos.

A dinâmica que o sujeito estabelece, quando se apropria dos componentes de um determinado contexto social, interfere no processo de construção de sua identidade e, sobretudo, lhe oferece a possibilidade de reconhecimento do seu grupo étnico/racial e de outros grupos, que existem no seu meio social. Por conseguinte, para entender o processo de formação de uma identidade negra precisamos observar a sociedade e as condições políticas, sociais e históricas, nas quais esses sujeitos estão inseridos (GOMES, 2012).

A partir do desenvolvimento dessa pesquisa, tenho a intenção de contribuir com a valorização das culturas e tradições quilombolas. Tenho como base a relevância das produções e discussões acadêmicas relativas ao fortalecimento das manifestações culturais, que são consideradas como elementos constituintes da educação não escolar e também como forma de expressão e de resistência dos valores ancestrais da comunidade pesquisada.

Esta pesquisa, que está direcionada para a afirmação e reconhecimento da cultura negra no Ceará, visa identificar os fatores que interferem no processo de construção da identidade dos remanescentes de quilombos, das comunidades localizadas na região do Vale do Jaguaribe, no estado do Ceará, tendo como referências a comunidade dos Bastiões, situada no município de Iracema; e as comunidades de Cumbe e Córrego de Ubaranas, em Aracati no Ceará. No presente momento, segundo a Fundação Cultural Palmares (2016), o nosso estado possui 42 (quarenta e duas) comunidades reconhecidas e certificadas como quilombolas, que estão localizadas nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste. Vale ressaltar que existem muitas outras que estão em processo de reconhecimento e/ou autorreconhecimento, considerando que algumas tiveram seu processo de reconhecimento interrompido por motivo dos conflitos internos.

O espaço e o tempo são propícios para o fortalecimento identitário, pois são repletos de informações e manifestações culturais, que facilitam a autovalorização e o entendimento de si, tendo em vista o contexto social mais amplo. A comunidade quilombola considera a localidade, na qual reside, como um espaço de resistência identitária e de manutenção de sua ancestralidade. A manutenção da cultura tem sido uma forma de resistência das comunidades negras, por exemplo, as tradições orais permitem a transmissão de saberes e conhecimentos entre gerações.

Segundo Munanga (2012) a comunicação oral pode se transformar em um elemento relevante para a autovalorização e construção de uma identidade negra positiva nos grupos raciais. A comunicação oral possibilita ao grupo “contar” sua história, o que contribui para a manutenção de sua cultura.

Apesar das inúmeras formas de resistência, a aceitação de uma identidade afro-brasileira, por parte da pessoa negra, encontra ainda empecilhos oriundos do racismo¹. Os atos de racismo inferiorizam a etnia negra, criando estereótipos

¹ Aqui definimos como ideologia, que discrimina e descredencia uma determinada raça humana.

desabonadores, que levam o negro a ter receio de ser excluído pela sociedade. Por conseguinte, a ameaça de exclusão fortalece o processo de não-aceitação de si.

Para viabilizar o desenvolvimento das atividades investigativas, escolhi analisar a história e cultura das comunidades localizadas no Vale do Jaguaribe, relacionando-as com os fatores territoriais geográficos. Utilizo como critérios básicos a minha relação com o território e a sua localização geográfica, tendo em vista que as referidas comunidades representam a diversidade geográfica da região, estando situadas em áreas de sertão, serra e litoral, localizados no Vale do Jaguaribe (CE).

As reflexões que orientam este projeto de pesquisa se referem a fatores históricos, socioculturais e tradicionais, que influenciam o processo de construção das identidades das comunidades quilombolas pesquisadas. Sob essa ótica, investigamos e analisamos as especificidades de cada comunidade.

O trabalho apresenta como objetivos identificar como os moradores remanescentes de quilombos das comunidades estudadas constroem suas identidades quilombolas, a partir das influências territoriais, na região do Vale do Jaguaribe no Ceará. E como objetivos específicos delineamos: observar como se constroem as relações das comunidades com o território da região do Vale do Jaguaribe; conhecer as produções culturais/tradicionais da região estudada e identificar sua relevância para cada comunidade; identificar as características territoriais do Vale do Jaguaribe, que exercem influências significativas no modo de vida das comunidades.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No trabalho de campo utilizei como suporte a Metodologia Afrodescendente, em que o pesquisador parte de sua relação íntima com o território estudado, considerando sua ligação histórica ancestral, para uma análise aprofundada dos elementos desse espaço (CUNHA, 2003). Com tal perspectiva, adoto os seguintes procedimentos de pesquisa: análise documental, observação e entrevista.

Nessa perspectiva de investigação são estabelecidas relações entre os componentes da pesquisa, o sujeito pesquisador e o sujeito de pesquisa, considerando-os como basilares, pois as vivências, experiências e identidades do pesquisador com o território são fundamentais.

A Metodologia Afrodescendente consiste especialmente na sistematização e organização dos conhecimentos ancestrais territoriais, que implicitamente estão colocados socialmente, a partir do sujeito pesquisador que carrega esse conhecimento e tem como objetivo organizá-lo e direcioná-lo cientificamente, pois a ciência está no fato de refletir sobre os conhecimentos existentes.

Essa metodologia é um modo de pesquisa participante, baseada em enfatizar e valorizar as memórias do passado e do presente, apenas sendo possível através do conhecimento prévio do sujeito pesquisador sobre o lócus da pesquisa, tendo a função de organizar as intervenções, sistematizá-las e reinterpretá-las, relacionando-as com outros conhecimentos sociais e científicos.

Trata-se de metodologia participante e está sendo utilizada em pesquisas de diferentes áreas do conhecimento, como História, Educação, Geografia, entre outros. Nessas pesquisas as abordagens dos territórios negros, sistematizando e organizando cientificamente os saberes ancestrais dessas comunidades. Como percebemos na tese de Videira (2010):

A metodologia afrodescendente é baseada na história do lugar e da comunidade local. Sendo que essa história se assenta numa direção como camada da sedimentação do lugar, de sucessão de gerações, de sucessão de grupos ancestrais. Na dimensão do espaço compreende-se como as relações sociais das inter-relações complexas entre grupos sociais, são estabelecidas nesse espaço, nesse tempo. Então as camadas da história ocupam um sentido da sociologia desse tempo e desse lugar.

Na perspectiva da metodologia supracitada a ênfase no trabalho empírico é maior do que no trabalho teórico, pois considera-se que desenvolvem-se as histórias e aspectos patrimoniais das comunidades estudadas. É parte importante de estudos geográficos, históricos e sociológicos, que se aproximam das etnografias utilizadas pela antropologia, porém ampliadas pela transdisciplinaridade que pode alcançar.

A Metodologia Afrodescendente compromete-se a enfatizar, organizar e sistematizar as histórias das comunidades negras, vinculando-se a conceitos descolonizados, distantes dos conceitos eurocêntricos, pois destaca a construção de conhecimento, partindo da perspectiva dos sujeitos negros, que por vezes estão sofrendo com as diversas formas de racismo.

Esta metodologia permite aos sujeitos a liberdade para desenvolver a melhor maneira de contar sua história, favorecendo os povos tradicionais que apresentam características próprias e não ganhariam destaque com a adaptação de seu tempo e

espaço nos moldes estabelecidos por outros modos de pesquisas. Dessa maneira, com a utilização da Metodologia Afrodescendente destacamos as comunidades quilombolas do Vale do Jaguaribe (CE), que constroem suas histórias a partir das lutas das populações negras.

Pela análise dos documentos e registros escritos de cada comunidade podemos apreender seus elementos constituintes, normas e/ou direcionamentos de ação e, também, tomar conhecimento de fatos de natureza histórica.

No período de observação, aprofundamos o olhar para o modo como se processam as relações sociais nas comunidades quilombolas pesquisadas e suas relações com a região do Vale do Jaguaribe. Durante o processo de observação identificamos os participantes da pesquisa.

Nesse primeiro momento, utilizo a entrevista semiestruturada como forma de registro das falas dos entrevistados, tendo em vista uma maior liberdade de expressão dos sujeitos pesquisados. Entrevistei em cada uma das comunidades alguns moradores remanescentes de quilombos, para tanto, considerei as experiências, vivências e histórias das respectivas comunidades.

Vale ressaltar que durante a pandemia da Covid-19 estive todo o período inserida no território de Bastiões, porém encontramos dificuldades de acesso e pesquisa nas comunidades de Córrego de Ubaranas e no Cumbe, as duas no município de Aracati. A dificuldade de acesso aconteceu pela impossibilidade de contato por razões de saúde pública. Por isso, os interlocutores não estavam disponíveis para contribuir com a pesquisa.

Por essa razão realizei apenas três visitas a essas comunidades. Com essa situação a grande parte dos moradores não estava disponível para participar e nas duas comunidades de Aracati apenas consegui conversar com os líderes das associações quilombolas, ocasião em que nos relataram sobre suas lutas e as histórias das comunidades.

No decorrer da pesquisa compartilho os conhecimentos com pelo menos três gerações de remanescentes das localidades: os mais idosos, os adultos e os jovens, pois considero que através desses grupos geracionais consigo expressar de forma detalhada a formação histórica e identitária do distrito. Por ocasião dos conflitos que atingem as comunidades que são parte da pesquisa, utilizaremos nomes fictícios.

De acordo com Lakatos e Marconi (2013), durante a entrevista, o pesquisador precisa ficar atento aos aspectos que são referentes ao seu objeto de estudo. Se julgar necessário, poderá aprofundar o tema/assunto e, assim, não precisará entrevistar uma maior quantidade de pessoas. Além disso, deve procurar identificar, em cada contexto investigado, as pessoas que detenham informações pertinentes aos seus interesses investigativos. As autoras citadas enfatizam que a identificação dos possíveis entrevistados ocorreu durante o período de observação.

Concluída a etapa da coleta de dados, analisei os resultados obtidos, tendo como fundamento o referencial teórico e, sobretudo, responder aos objetivos traçados nesta pesquisa.

A partir da descrição do trabalho e a supracitada relação com o tema estudado, em especial com os elementos socioculturais essenciais para a formação social, esta tese de doutorado está organizada em sete capítulos que apresento a seguir.

No capítulo 2 apresento minha trajetória histórica e profissional, em que ficam explícitas minha relação com a comunidade Bastiões e com o Conjunto Riacho Doce, no bairro Passaré, as dificuldades nas relações sociais e no percurso educacional e profissional, além da participação familiar com as tradições locais.

No capítulo 3, que recebe o título *Contextualizando os conceitos de quilombo e de quilombolas*, destacamos os conceitos de quilombo no Brasil e no continente africano, a origem dos quilombos, seus objetivos, as lutas dos escravizados e quilombolas por liberdade, assim como apresentamos os modos de vida e organização das comunidades de quilombos. Também trazemos uma análise das comunidades remanescentes de quilombos contemporâneos, além de abordar os aspectos gerais da formação da identidade do sujeito. Posteriormente, discute sobre as influências da discriminação racial para a construção da identidade da pessoa negra, buscando entender como o racismo contribui para o não desenvolvimento de uma identidade negra positiva. Por fim, trabalha aspectos relacionados à identidade quilombola. Nesse momento do texto conceituo quilombos e remanescentes de quilombos. Considero que as relações sociais são determinantes para a formação da personalidade e as relações nos espaços educacionais como lugares de socialização do negro agem de forma determinante para a formação de sua personalidade. Para a composição desse capítulo trabalhamos com os seguintes autores: Sodré (1983; 1999), Munanga (1996; 2012), Arruti (2008), Gomes (2012).

O capítulo 4, intitulado *Território e Territorialidade: em busca da identidade coletiva e individual quilombola*, abordo os elementos contextuais de território e territorialidade, utilizamos para isso, autores como Santos (1998); Santos e Silveira (2006) e Little (2002), além de documentos oficiais que orientam sobre as questões de território. Assim, buscamos também destacar a importância da titulação dos territórios quilombolas e sua importância para as populações quilombolas.

O capítulo 5, que chamamos de *Contextualizando a região estudada: a vida de comunidades quilombolas em torno do Rio Jaguaribe*, apresenta as características da região onde se localiza a Bacia do Rio Jaguaribe, onde estão localizadas as três comunidades estudadas. Destacamos os conflitos pela água entre as empresas e os pequenos agricultores, que dificulta a vida das populações em geral. Os elementos ligados a geografia da região também foram analisados, utilizamos para tanto, principalmente as informações da COGERH e do IBGE.

No capítulo 6, definido como *Comunidades quilombolas do Vale do Jaguaribe (CE): caracterização e história*, início apresentando as comunidades que se auto declaram na região estudada, localizo-as com a utilização de mapas, posteriormente específico as três comunidades estudadas nesse trabalho, respectivamente, Serra dos Bastiões, Cumbe e Córrego de Ubaranas. Apresentamos nesse capítulo, suas histórias e memórias, as principais lutas, suas manifestações culturais e seus modos de vida, considerando as características individuais de cada uma delas e sua localização dentro da região. Para tanto, escutamos os moradores quilombolas, de faixas etárias diferentes.

O capítulo 7, intitulado *Resistência Quilombola como Forma de Educação*, traz uma discussão sobre os movimentos sociais, sua importância e atuação na sociedade, assim como suas principais características. Também apresentamos os modos de educação expressos nas ações e lutas dos movimentos sociais, que os permite formar seus atores sociais através da resistência.

Em síntese, o trabalho representa um esforço de contribuir com as reflexões sobre a importância dessas comunidades para a história do estado do Ceará e da Região do Jaguaribe. A partir da exposição de suas realidades, as comunidades negras seguem resistindo para manter seus territórios e suas culturas, além de firmarem suas identidades quilombolas, mesmo diante das adversidades que as cercam.

2 MEMORIAL SOBRE A MINHA TRAJETÓRIA

2.1 Primeiros passos da caminhada

Revisitar as memórias despertam sentimentos diversos, às vezes adormecidos, pelas intensidades das dores que causam, outras vezes mais parecem injeções de dopaminas, ao revelarem lembranças tão felizes que parecem se perpetuar nos pensamentos. Porém, de um modo ou de outro, as memórias são de fato o reencontro com nosso “EU”, como a dança das águas, que vão e voltam, mas precisamos ter consciência do início do caminho para que consigamos seguir na direção que desejamos, sem nos perder.

Nessa perspectiva, retornar às memórias nos constitui o que somos e nos impulsiona a ir mais adiante. No texto em questão retorno ao meu passado e dos meus familiares, em uma busca de narrar os conhecimentos e saberes produzidos, através das minhas vivências como mulher negra cearense, que se constrói dentro da ancestralidade quilombola e tem relações identitárias entre o quilombo e a periferia.

Iniciaremos a caminhada com os passos anteriores aos do meu nascimento, pois a vida inicia-se com meus familiares na Serra dos Bastiões, local onde nossos ancestrais estão plantados, gerando constantemente novos frutos. Nesse território desenvolveram-se as primeiras decisões sobre minha vida, que seguiria apenas com minha mãe.

Apesar de meus pais serem da serra e terem me gerado lá, nasci em Fortaleza na década de 1980, sou a filha mais velha dos três filhos de minha mãe, que foi a primeira dos sete filhos dos meus avós maternos, a precisar sair da comunidade para conseguir trabalhar e ajudar no sustento da família, pois nos períodos de 1970 aos anteriores os trabalhos nas roças e nas casas de farinha da comunidade era duro e rendia pouco, por causa das secas, que atingiam o estado do Ceará.

Entre os trabalhos nos roçados e nas casas de farinha ganhava-se apenas um litro de farinha como pagamento, esse então seria o alimento da família, junto com o feijão e as rapaduras.

Com todas essas dificuldades, minha mãe saiu da comunidade e foi trabalhar, no município de Jaguaribe, como doméstica e boleira, para conseguir ajudar minha avó a sustentar meus tios e tias.

Entre as muitas idas e vindas de Jaguaribe para a Serra dos Bastiões e com o desenvolvimento de um namoro, fui gerada e dentre as diversas divergências e irresponsabilidades do gerador, determinou-se que minha mãe seguiria com minha criação sozinha, e, desde então, pouquíssimos contatos tive com ele, porém mantenho contato e afeto por seus pais desde a infância.

O desejo de retornar para casa fez com que minha mãe largasse o trabalho em Jaguaribe, porém, por indicação de amigos, após dois meses, minha mãe segue para Fortaleza, para trabalhar como doméstica, na casa da família que viria a ser meus padrinhos de batismo. Mesmo grávida seguiu trabalhando até o dia de parir, parto que ocorreu no Hospital Menino Jesus, em Fortaleza, no ano de 1986.

Após o meu nascimento continuamos morando com meus padrinhos, onde minha mãe trabalhava, até os meus três anos de idade. Nesse período minha mãe engravidou de minha irmã e saiu do trabalho. Na mesma época todos os irmãos de minha mãe foram para Fortaleza, buscar empregos e todos ficaram hospedados por um tempo em um dos quartos da casa de meus padrinhos. Porém, era pouco espaço para muita gente.

Nessa ocasião, no ano de 1989, chegou a informação de que estava ocorrendo uma invasão de terrenos no bairro Passaré, em Fortaleza. Então toda a família seguiu para o local com esperança de encontrar espaço para morar.

2.2 As jornadas no Riacho Doce

Quando chegamos ao hoje Conjunto Riacho Doce, localizado no bairro Passaré, eu tinha apenas cinco anos de idade. Encontramos um terreno repleto de mato, lama e havia no local outras famílias, todas com os mesmos objetivos.

As famílias escolhiam os locais que desejavam e marcavam seus terrenos com cercados feitos de paus e cordões. A partir dessa delimitação era necessário ainda proteger seus espaços para que as diversas pessoas que chegavam em seguida não voltassem a invadir.

Algumas das novas pessoas que chegavam na sequência tinham o objetivo de guardar os terrenos para vender em outro momento. Esse fato é importante, pois aumentava a disputa por terrenos e seria cada vez mais necessário proteger os seus.

As constantes disputas por terrenos geraram muitos conflitos durante a habitação do Riacho Doce, além das guerras entre as lideranças e os antigos donos do terreno, que buscavam a todo custo reaver as terras e faziam isso de forma violenta.

Após as marcações com cordões e pedaços de pau, as famílias que tinham a intenção de morar na comunidade construíram suas casas com os materiais que tinham no momento, que eram tábuas de madeira bem finas e bastante papelões. Cada membro de minha família construiu sua própria casa com esses materiais e com eles vivemos por alguns anos.

Por algum período, uma das lideranças do movimento social que ajudou e organizou a ocupação do Riacho Doce hospedou-se em nossa casa para ajudar na pacificação dos conflitos, em uma dessas ocasiões enquanto dormíamos escutamos algumas batidas na porta, e como em momentos anteriores, tentaram furar as nossas paredes com facões, quando bateram na porta, minha levantou-se com um grande facão na mão, enquanto eu estava sentada na rede da sala onde dormia, ela devolveu três batidas na porta com o facão e perguntou quem era. Em seguida, abriu a porta e já não havia mais ninguém.

Por conta das chuvas e dos terrenos lamacentos, nossa casa tornou-se inabitável, por essa razão construímos uma casa de taipa, com a utilização de varas das matas próximas e barro produzidos por nós. Após a montagem da estrutura com as madeiras, preenchemos os espaços com o barro também produzido por nós. Enquanto os adultos faziam um trabalho sério para podermos entrar e dormir na casa, eu e meus primos nos divertíamos bastante tapando os buracos com o barro, brincando de sujar uns aos outros.

Em um dos períodos muito chuvosos, nossa casa de taipa ficou na iminência de cair. Esse fato ocorreu em uma noite de muita chuva. Enquanto dormíamos a estrutura da casa foi aos poucos virando para um dos lados, quando minha mãe acordou e percebeu, precisamos sair às pressas. Retiramos o que podíamos de dentro, com a ajuda dos meus tios, que moravam nas casas ao lado e o resto da noite, dormimos na casa de minha avó. No dia seguinte derrubaram o que sobrou da casa antiga e construímos uma nova, também de taipa.

Seguimos morando nas casas com essas estruturas por muitos anos, pois apesar de minha mãe seguir trabalhando como doméstica, somente após dez anos

conseguimos construir uma casa de alvenaria, mas essa foi feita por partes, cômodo por cômodo. E enquanto fazia uma parte, estávamos dentro da outra. Mesmo após o término da construção não conseguimos concluir as instalações do banheiro, que permaneceu incompleto até a casa ser vendida.

As memórias de minha vida no Riacho Doce me remetem a momentos difíceis. Lembro das imagens de minha mãe trabalhando o dia todo, às vezes até aos finais de semana, e ainda assim passamos por dificuldades financeiras e de vida intensas.

Minha mãe trabalhava o dia inteiro, saindo de casa pela manhã, antes de eu e meus três irmãos irmos para a escola e retornando após as 19 horas da noite. Ela deixava tudo pronto, café da manhã, e o que deveria ser feito para o almoço. Saímos em seguida junto com nossos primos e amigos.

Quando não tínhamos o café ela pedia para comprarmos em um dos pequenos comércios da rua um pacote de bolacha na conta dela, pois ela pagaria quando recebesse seu salário. Porém, muitas vezes, o dono não vendia, resolvíamos como dava, com o que tinha: farinha e café. Outros dias saíamos cedo com um grupo de vizinhos e íamos nas padarias localizadas no bairro Parque Dois Irmãos esperar o momento em que eles colocariam os pães mofados para fora, e quando acontecia, escolhíamos e levávamos para casa, onde retirávamos as partes que continham mofos e comíamos o restante por alguns dias. Nesse período, meu padrasto Sebastião saía com o seu irmão João para procurar emprego, que trabalhavam como serventes de pedreiro, e como não encontravam, voltavam com sacos cheios de mangas, que seria o almoço da família.

Minha mãe, nunca teve a oportunidade de estudar porque precisava ajudar a família, mas ainda assim conseguiu aprender a ler, praticamente sozinha, pois queria saber se o que estava sendo dito pelo padre na missa tinha o mesmo na bíblia. Esse fato a transformou em uma mulher exigente quanto aos estudos dos filhos, não permitia notas baixas em hipótese alguma, assim como reprovações ou recuperações. Ela sempre dizia que tínhamos 365 dias para estudar e não era para depois do ano letivo ficar estudando ainda mais. Quando chegava em casa perguntava a todos como havia sido o dia de aula, quais as atividades, quem tinha feito e ainda conferia. Por esse motivo eu não gostava de chegar atrasada nas aulas, precisava entender tudo o que seria explicado. Contudo, sempre tinha a sensação que estava entendendo tudo errado.

As relações na escola não eram fáceis, o clima em minha volta era hostil, o que gerava uma insegurança e um desconforto inenarráveis. A todo momento tinha uma piada nova sobre algumas de minhas características físicas, ou sobre minhas roupas e calçados. Os alunos que não cometiam racismo, não queriam ficar perto para também não serem atacados.

Os ataques vinham em forma de piadas e risos de ridicularização, tanto na hora da aula como no intervalo. Quando notados pelos adultos eram tratados como brincadeiras de crianças. O racismo aplicado nas instituições escolares desenvolveram algumas dificuldades de aceitação sobre meu corpo. Por exemplo, por muitos anos de minha infância e na pré-adolescência, escondida de minha mãe, colocava pegadores de roupa no nariz na esperança que ele afinasse, pois na escola um dos apelidos que me colocavam era nariz de batata, os cabelos que ficaram presos até a qualificação do trabalho de mestrado, também eram alvos constantes, rótulos como “cabelos de palha de aço”, “cabelo de Bombril”, eram os menos ofensivos.

Todas as atitudes racistas vividas no ambiente escolar causaram um imenso medo do erro, de me expressar, de participar das atividades, o que me trazia um grande desafio familiar, como passar de ano sem conseguir tirar as dúvidas apresentadas nas aulas e a grande insegurança nos meus conhecimentos.

A desvalorização de si perante os outros bloqueia as ações, dificultando a transmissão de sentimentos e opiniões. Esse bloqueio acontece por medo, pois o receio da reprovação impede que a pessoa se expresse. O medo excessivo do erro é uma característica acentuada da baixa autoestima, uma vez que há insegurança e um não reconhecimento do seu potencial, bem como o medo do julgamento social. Tais julgamentos são expressões por meio de rótulos que impedem ou dificultam a construção da personalidade. (SILVA; MEDEIROS; DELFINO; MATIAS; RIBEIRO, 2015, p. 15)

Criei a estratégia de chegar bem cedo, preparar o cabeçalho das matérias do dia para ganhar tempo e anotar o máximo possível do que estava escrito na lousa e nas explicações dos professores. Em casa, além de revisar os escritos, lia os capítulos estudados. Ainda assim existia muita dificuldade de aprendizagem, por isso muitas notas ficavam apenas na média ou um pouco acima dela.

No caminho para a escola íamos juntos e brincando. A escola geralmente ficava em bairros vizinhos que eram relativamente distantes. Ao retornar, esperava minha irmã Samara e meus primos mais novos, que estudavam em uma escola depois da nossa, e retornávamos às pressas para casa, primeiro porque queríamos assistir os

desenhos infantis que passavam na década de 1990 na televisão, até às 11 e 30; depois eu precisava fazer o almoço.

Porém, durante esse percurso muitas vezes havia contratempos inesperados, como o dia em que o meu primo Jhonatan, um dos mais intempestivos dos meus primos, vinha como habitualmente dando muito trabalho, brigando com outras crianças, correndo, pisando na lama. Quando chegamos no Riacho Doce, ele correu na frente, pegou uma grande pedra no chão e jogou na porta da casa de um dos moradores que era envolvido com as gangues, então foi uma grande correria para que ninguém nos visse. Ainda assim ficamos com medo de represálias.

No período da tarde, arrumava a casa e fazia a atividade da escola, dava banho nos meus irmãos menores e ia para a rua brincar com os nossos amigos vizinhos. As brincadeiras dividiam-se entre futebol, tacobol, pega-pega, carimba, entre outras. As diversões agitavam a Rua 8 do Riacho Doce, que não tinha espaço para nada, era correria, gritaria, crianças e adolescentes correndo e brincando de todas as formas.

A agitação das brincadeiras, porém, incomodava alguns vizinhos, que vez ou outra prendiam nossas bolas e brinquedos. Por pouco tempo, até que um de nós armasse um plano e fosse recuperar, e seguir brincando.

A diversão durava até o retorno de minha mãe para casa. Ao chegar em casa ela seguia uma sequência de atividades, e bem cansada, resolvia as pendências do dia, que nunca eram poucas, tomava um banho, acendia uma vela para os santos do altar e recolhia todos os filhos da rua, para tomarmos banho e jantarmos.

Fomos crescendo, a comunidade se estruturou, e surgiram no Riacho Doce, como em diversas comunidades negras de Fortaleza, as gangues. Essas cresciam de forma assustadora naquele território e muitos dos nossos amigos acabaram se envolvendo com elas. Esses envolvimento para nós apareciam de forma gradual.

Repentinamente esses jovens apareciam com roupas e acessórios que eram caracteristicamente utilizados por pessoas envolvidas com esses grupos, as falas passavam a utilizar a linguagem deles, até que as armas aparecessem nas suas cinturas.

Mesmo com esse envolvimento, sempre desejavam participar de nossas diversões ou conversas e eram sempre bem-vindos por nós, apesar de alguns dos pais chamarem os filhos quando eles chegavam. Ainda assim, o envolvimento das pessoas ao redor foi crescendo e o medo de minha mãe aumentando.

Nessa época o funk e o rap eram os ritmos mais tocados entre os adolescentes, porém, para muitos adultos era sinônimo de vagabundagem. Eu e meu irmão de criação, Eduardo, filho do meu padrasto, adorávamos escutar, porém precisávamos fazer isso de modo que não ficasse explícito para nossos pais, pois seria um problema.

No fim de tarde dos finais de semana, quando minha mãe chegava mais cedo do trabalho, ela gostava de ficar tomando café com minhas tias, conversando e assistindo as brincadeiras da rua. Em um desses momentos os nossos vizinhos da frente colocou o som do Mc Marcinho enquanto brincávamos e como já existiam notícias de que ele estava envolvido com as gangues, em uma das pausas da brincadeira ele parou cansado próximo a ela, que gostava bastante dele e ela perguntou: “meu filho, porque você não sai dessa vida tão infeliz?” Ele ficou um tempo em silêncio e respondeu: “Tia Lúcia, depois que a gente entra nessa vida só sai depois de morto.” E voltamos a brincar como se nada tivesse ocorrido.

Os jovens do Riacho Doce também utilizavam bastante o campo de futebol que ficava localizado na comunidade e quase todos os dias no início da noite muitos meninos subiam com as bolas e em grupos para organizarem os jogos. O evento esportivo durava até aproximadamente 22 horas.

O desmonte repentino do campo, marca, na minha memória, o início da ocupação do que hoje é a Comunidade Rosalina. Junto com o campo a região após ele foi totalmente ocupada por moradores, que chegavam com o mesmo intuito dos nossos quando chegamos ao Riacho Doce.

Após a morte de minha bisavó Damiana minha mãe não se conformou em deixar meus avós sozinhos e a partir daí ela passa a falar nisso constantemente. Até que no fim do ano de 2002, depois de uma das visitas da minha avó, ela manda minha irmã Samara com ela para os Bastiões e avisa que chegaria em poucos meses, o que ocorreu no início de 2003.

2.3 Andanças da vida que ligam aos Bastiões

Desde que tenho consciência, a Serra dos Bastiões, comunidade quilombola localizada no município de Iracema, no Ceará, ocupa um espaço grandioso em minha formação como ser social e individual, pois minha criação baseou-se nos ensinamentos de nossos ancestrais, que estão plantados no território, tornando-se

marcantes as vivências de minha vida nos Bastiões. Como relata Cunha Jr. (2006), “ancestralidade representa, também, a preservação de costumes, está referida aos conceitos de tradição, de fundamento da sociedade e de origem”.

As lembranças de infância remetem às viagens que minha família (mãe, irmão, irmã, tios, tias, primos e primas) fazíamos juntos à comunidade, na casa de meus avós maternos, Chico Amaro e Maria do Carmo. Esses momentos ocorriam especialmente em duas partes do ano: durante o mês de julho, quando acontece a festa da padroeira e no aniversário de minha avó, entre os meses de dezembro e janeiro. Nesse último, ficávamos apenas os primos e irmãos, pois as mães, os tios e tias estavam trabalhando em Fortaleza.

Para chegarmos até a Serra dos Bastiões, inicialmente desembarcávamos do ônibus na cidade de Iracema. Quando criança, lembro que antes de pegarmos o pau de arara, para subirmos a serra, passávamos com minha mãe Lúcia na casa de seu avô materno, Oswaldo Felipe, conhecido por todos como Pai Preto. Ele recebeu esse apelido porque era, como disse minha mãe, “bem escurinho e tinha os cabelos tão enroladinhos que nem entrava água direito.”

As lembranças que tenho do Pai Preto não são muitas, porém sua imagem sentado na sua cadeira de balanço, balançando em sua sala, ouvindo seus netos e bisnetos de forma tranquila. E mesmo já tão velhinho sempre falava algo, que não sei bem o que era, que deixava minha mãe emocionada, que me traz um conforto no coração. Tem algo nessa imagem que me transmite paz.

Não conheci sua esposa, a bisa Telvina. Segundo as memórias de minha mãe ela era uma mulher expressiva, e quando tinha alguma coisa que estava incomodando dizia sempre de forma firme, não se importando com que os outros iriam pensar. Damiana Alves, a madrinha Damiana, foi uma mulher admirável e apaixonante, ela é o elo que liga as duas ramificações de minha família: a paterna e a materna, pois dois de seus filhos mais velhos, são meus avós, respectivamente Francisco e Raimundo Amaro.

A festa da padroeira se inicia no dia 7 de julho, data do aniversário de minha Avó Maria, por essa razão, tínhamos que viajar no dia 5, para que minha mãe e minhas tias pudessem ajudá-la a preparar as comidas.

No dia 6 de julho, de tardezinha, os homens da família e amigos juntavam-se para matar o porco, que tinha sido engordado para a festa. Eles matavam o animal no

matadouro e tratavam na casa de minha avó, sob os comandos de meus tios e do meu avô Chico Amaro. Todo esse processo de matança do animal é regado a muita música, que normalmente é forró, e cachaça. A casa ficava lotada de homens nesse período. Os que não estavam ajudando ficavam apenas bebendo e assistindo.

No início da noite minha mãe e minhas tias começavam a preparação de um caldo forte que era servido de madrugada para as pessoas que foram para a festa de aniversário. Eram pelo menos quatro “panelões” de comida, sem contar as carnes e as miudezas do porco que eram assadas na brasa.

Na madrugada, as crianças que estavam dormindo acordavam porque as pessoas começavam a chegar e a aglomerar-se pela casa, algumas já alcoolizadas; o silêncio acaba ali, pois os músicos que tocariam mais tarde na alvorada, entre eles meu avô Chico Amaro, começavam a tirar os primeiros sons dos instrumentos. A comida começava a ser servida por algumas das mulheres da família, enquanto outras dançavam no terreiro. A essa altura, a casa estava tão lotada que as pessoas ficavam do lado de fora, comendo, bebendo e dançando. Se observássemos com cuidado, parecia que a comunidade Bastiões inteira estava na casa de minha avó.

Ao amanhecer do dia, as pessoas e os músicos dirigem-se para a porta da igreja católica para fazer a alvorada, ou seja, tocar para Nossa Senhora do Carmo. Isso não significa que a festa acabou, na realidade era apenas o começo e chegaria ao fim depois da noite do dia 15 de julho, que é o último dia de festa, pois o dia 16 de julho, dia de Nossa Senhora do Carmo, não haveria mais festa, mas só a missa da padroeira que acontecia às dez horas da manhã.

Recordo que na infância e na adolescência para termos acesso à água tínhamos que buscá-la nos rios, nas cacimbas ou no açude, dependendo da utilidade que daríamos a ela. A comunidade, em virtude da necessidade de beber, buscava água para o consumo nos cacimbões e no açude Santo Antônio, situado em um dos sítios pertencentes aos Bastiões ou nas cacimbas e cacimbões existentes na localidade.

Nessa época lembro que meu avô tinha um jumento, que batizamos de Juvinha. Ele foi essencial para a família, pois possibilitou que nós tivéssemos acesso à água com mais rapidez. Foi através dele que conseguíamos carregar o maior volume de água para armazenar. Também era ele quem carregava a maior parte do peso dos trabalhos no roçado.

Lembro que para conseguir água, a fim de atender às necessidades da família, tínhamos que cumprir um processo longo e cansativo, que começava quando íamos buscar o jumento próximo ao roçado onde ele ficava, para que pudesse se alimentar. O caminho até lá era distante e de difícil acesso como já relatamos, mas como íamos em grupo, brincávamos o caminho inteiro e essas dificuldades eram mais facilmente superadas pelo clima de diversão.

A lavagem das roupas é um exemplo disso. Existia nessa época todo um processo para que de fato fossem lavadas. Essa, por sinal, era uma atividade esperada pela molecada, que aguardava o momento para acompanhar suas mães até o rio ou o barreiro e brincar a manhã inteira ao redor dele, principalmente os meninos, pois, só teriam que colocar água junto às mães, diferente das meninas que ajudavam na lavagem por mais tempo.

Recordo que nos dias que antecediam à lavagem das roupas a expectativa que se formava junto às crianças era enorme: os meninos iniciavam o processo de convencimento para que as mães os levassem, mas certo mesmo é que as meninas iriam, então, nós (as meninas) especulávamos e os deixávamos mais ansiosos.

Quando o grande dia chegava, acordávamos bem cedo, por volta das quatro e meia da manhã, as mães preparavam o café. Enquanto tomávamos o café, as mulheres pegavam uma colcha de cama grande, estiravam no chão da sala e iam juntando ao centro todas as roupas que seriam lavadas. Por fim, elas colocavam alguns materiais de limpeza, como os sabões, e fechavam a trouxa amarrando as pontas.

Minha mãe colocava a trouxa de roupas na cabeça e saíamos todos em direção ao rio da comunidade. No caminho encontrávamos outras famílias que iriam fazer o mesmo, as mulheres então iam conversando, cada uma com sua trouxa na cabeça. As crianças caminhavam, corriam e cantavam na frente, carregando baldes que continham alguns materiais de limpeza e de consumo junto às bacias.

Ao chegar ao rio cada mulher escolhia uma das muitas pedras grandes que lá existiam, escolhiam a que considerassem melhor para nela bater as roupas mais grossas. Ao redor dessas pedras elas colocavam os materiais de limpeza necessários para lavar as roupas um pouco mais afastados de alguns alimentos que foram levados para a merenda, fumo e papel para fazer o cigarro.

Com o ambiente todo organizado pelas mães as crianças começam a pegar água no rio para encher as bacias. Depois de fazerem parte de sua obrigação, iniciavam as brincadeiras nas árvores e em uma parte mais reservada do rio. Entre uma brincadeira e outra as meninas tinham que parar para ajudar a colocar as roupas para quasar ao sol, além de fazerem o primeiro enxágue.

Na volta para casa o cansaço já estava visível em todos, porém, as crianças ainda tinham energia para se colocarem à frente, caminhando a passos largos e conversando sobre os acontecimentos da manhã. Enquanto isso, as mulheres voltavam com as trouxas nas cabeças, conversando sobre o cotidiano.

As bonecas com as quais brincávamos na serra no período de infância é outro elemento que recordo com carinho. Como não tínhamos dinheiro para comprar brinquedos, minha avó materna, Maria Amaro, confeccionava nossas bonecas e para isso ela utilizava como matéria prima o milho e o barro. O trabalho com barro é prática comum na comunidade, com esses materiais muitos moradores fabricavam tijolos e utensílios domésticos, como potes e panelas.

Para fazer uma boneca de milho minha avó pegava os milhos verdes que não serviriam para comer, enfiava dois palitos, um de cada lado na parte inferior do legume, para representar as pernas e outros pouco acima do meio do milho, representando os braços, arrumava os pelos do próprio legume (cabelos de milho) para serem os cabelos das bonecas, em seguida pegava os restos de retalhos de tecidos que sobravam de alguma roupa consertada e faziam vestidinhos para a boneca e estava pronto, era só brincar. A bonequinha de milho só poderia ser produzida em época de colheita, pois sua matéria prima só aparecia nesse período.

Em outros períodos do ano minha avó produzia bonecas utilizando outras matérias primas, como o barro. Para isso, ela juntava o barro um pouco avermelhado, molhava-o e moldava-o em cima de um pedaço de tábua até ele ficar no formato que ela desejava, depois era só deixar secar ao sol e estava pronta a boneca para brincar.

No mês de dezembro do ano de 2002 minha mãe, de forma inesperada, tomou a decisão de retornar à comunidade para morar. Inicialmente, ela mandou minha irmã junto com minha avó Maria, e no início do ano seguinte fomos toda a família para a serra, com o objetivo de morar lá.

A decisão foi tomada sem que houvesse um planejamento anterior, por isso, deixamos nossa casa no Riacho Doce, em Passaré, com a intenção que fosse vendida por familiares que ficaram tomando de conta dela.

Chegamos aos Bastiões com a família e a roupa do corpo, num terreno do lado da casa do meu avô, que ele havia dado à minha mãe. Como não tínhamos condições financeiras de construir nossa nova casa, moramos por alguns meses com meus avós. Posteriormente, conseguimos uma casa emprestada e como minha mãe não trabalhava de carteira assinada não recebeu os direitos trabalhistas, então precisou comprar fiado em um dos comércios locais, os fios de telas, um artesanato local que era uma das poucas formas de gerar renda às famílias, enquanto ela aprendia a fazer artesanato. Nossa única fonte de renda era o Bolsa Família.

Moramos nessa casa por empréstimo até conseguirmos construir a nossa, o que só aconteceu quando eu e meu padrasto começamos a trabalhar em Fortaleza. Na ocasião juntamos dinheiro e construímos dois cômodos e o banheiro, a construção durou aproximadamente três meses. Durante uma noite chuvosa, no mês de dezembro, nos mudamos para nossa casa. No dia seguinte, precisamos construir o banheiro, e como não teríamos como pagar o pedreiro, meu padrasto construía, enquanto eu e minha mãe entregávamos a massa e os tijolos. Esse processo se repetiu por diversas vezes até que a casa ficasse como está hoje, com seis cômodos.

2.4 As trilhas até as universidades

O fim do ensino médio trouxe várias angústias e novas perspectivas para a minha vida e uma delas era que eu precisava concluir a educação básica logo, para conseguir trabalhar e ajudar minha mãe, pois as minhas buscas nos programas de estágios e jovens aprendizes não davam muito certo e eu não conseguia ser aprovada em nenhum deles.

Quando finalizei os estudos da educação básica e iniciei o que realmente queria, ou seja, a busca por emprego, me deparei com as dificuldades de oferta no mercado de trabalho. Passei por diversas seleções e entrevistas de diferentes áreas e não era aprovada em nada.

Junto com a busca incessante pelo trabalho, me inscrevi a primeira vez para os vestibulares da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e da Universidade Federal

do Ceará (UFC). Fiz a inscrição e a prova sem saber ao certo o que realmente queria cursar, nada me agradava, nenhum daqueles cursos me chamava a atenção. O resultado desses vestibulares foram iguais aos das buscas por trabalhos: todos negativos. O que me fez acreditar que o mundo acadêmico não era me pertencia.

Com as insistências das pessoas ao meu redor, continuei tentando, porém, a cada fracasso a frustração aumentava. Quanto mais estudava, menos acreditava que sabia daqueles conteúdos, e menos acreditava que passaria. Fiz os dois cursinhos populares das duas universidades supracitadas, ainda assim aquela realidade parecia distante da minha vida e às vezes do meu desejo.

As lutas e tentativas seguiram por cinco anos ininterruptos e mais de dez seleções de vestibulares, depois de escutar de uma visita da casa onde morava que eu não queria “ovo”, dando a entender que eu não queria nada com a vida. Simplesmente parei de estudar, disse para mim mesma que faria o vestibular da UECE, pois já estava inscrita, e logo em seguida iria embora para a serra, morar com minha família.

Então o destino me disse não outra vez, nesse mesmo vestibular da UECE, que ocorreu no meio do ano de 2008, mas pela primeira vez fiquei entre os classificáveis. Porém tinha ocorrido a pouco tempo uma chamada para a seleção da UFC, onde muitos candidatos que passaram nas duas universidades já haviam realizado a matrícula na UFC. Então consegui acessar a vaga através da chamada dos classificáveis.

Ao iniciar o curso de Pedagogia as dificuldades continuaram. Apesar de ter me identificado com as áreas de estudos, não conseguia me ver como professora, acreditava não ter o conhecimento necessário para ensinar alguém e tinha muito medo de atrapalhar os meus futuros alunos.

Os dias, meses e semestres foram passando. As minhas limitações de estudos me deixavam cada dia pior, pois não desejava transparecê-las. Algumas disciplinas relacionadas às Ciências Sociais me deixavam mais motivadas, enquanto as disciplinas técnicas retiravam minha motivação.

Minha timidez e o medo de falar chegaram a um nível elevadíssimo, comentar nas disciplinas só ocorria através do pensamento, estratégia que criei pra não deixar de problematizar as discussões e não me expor.

Em muitos momentos da formação acadêmica me esquivei e fugi de bons cursos ou oportunidades por dificuldades de interação nas aulas. O caso mais emblemático foi quando tranquei a primeira disciplina Ética, Sociabilidade e Educação, que eu tinha um desejo enorme de cursar, porém, nos primeiros dias da disciplina já senti desconforto, pois estavam matriculados na mesma alunos considerados intelectuais da UECE. Com uma metodologia diferenciada e interativa, despertou o meu medo do erro, abandonei a disciplina sem dizer nada a ninguém, simplesmente sumi.

Nessa ocasião, os estágios na área da Pedagogia eram muitos e apareciam diversos anúncios, com uma diversidade imensa de escolas. Muitos amigos da graduação se iniciavam como profissionais da educação, mas segui tentando e não conseguindo.

Iniciou-se então o semestre, em que cursaríamos a disciplina Pesquisa Educacional, para a qual era solicitada a construção de um projeto de monografia. Como não fazia ideia do que gostaria de pesquisar e nunca havia feito um projeto anteriormente, encontrei muitas dificuldades. Porém, a professora Rosa Barros, que ministrava a disciplina mostrou-me diversas opções de temas. Dentre essas opções, escolhi trabalhar a educação para alunos cegos.

Na ocasião, tínhamos dois colegas com deficiência visual que acharam a proposta bastante interessante e prometeram ajudar no que fosse possível. Dessa maneira, descobri que os assuntos sociais despertavam um maior desejo de pesquisar. Ainda assim eu sentia que faltava algo para encontrar o tema de pesquisa que permitissem me identificar com a Pedagogia.

Os estudos seguiram em outra disciplina, onde discutimos as diferentes dificuldades de aprendizagem. Deparei-me com o tema “A dificuldade de interação da criança como problema de aprendizagem”. Com essa temática me senti mais à vontade no âmbito da pesquisa.

Posteriormente, me matriculei novamente na disciplina Ética, Sociabilidade e Educação, também ministrada pela professora Rosa Barros. Então em um determinado momento das aulas aconteceu uma discussão sobre a situação da população negra e o racismo no Brasil. Como afirmei anteriormente eu que não conseguia me expressar em sala, mas dessa vez não consegui ficar em silêncio e

dentre as mais diversas opiniões sobre o assunto e mesmo trêmula pedi a fala diante da turma que adorava falar.

A professora então solicitou que eu falasse. A fala saiu da minha boca com tanta força que parecia que estava me libertando de uma prisão. Ao final do discurso, com todos em silêncio, sorrindo, a professora Rosa disse: “Tá vendo que, quando a fala é feita pelo próprio negro é diferente?”. No fim da aula, tivemos uma conversa muito construtiva. Fui convidada para palestrar na sua disciplina no semestre seguinte e para ingressar em seu grupo de pesquisa. Além disso, chegamos à conclusão que trabalharíamos juntas o meu Trabalho de Conclusão de Curso. Aceitei os dois desafios. O grupo de pesquisa Ética, Educação e Formação Humana foi um grande desafio no início, pois dois dos alunos dos quais eu fugi na primeira vez que me matriculei na disciplina de Ética eram membros desse grupo, mas dessa vez decidi conhecê-los e foi a melhor escolha que eu fiz. O grupo me ajudou a desenvolver autoconfiança, aprendemos juntos a fazer pesquisas, a construir textos, mas principalmente, com o seu acolhimento me ajudou a encontrar-me dentro do espaço acadêmico, com menos sofrimento.

Inicialmente, pensei como proposta de tema para o TCC a dificuldade de interação da criança na sala de aula. A professora então sugeriu que eu falasse sobre a criança negra. Nesse momento não me senti muito confortável, pois tinha enorme dificuldade de falar sobre as questões que envolvem as populações negras, porque, mesmo tendo uma consciência crítica sobre o assunto o silenciamento imposto por pessoas próximas, que sugeriam que eu pesquisasse sobre assuntos de conotação social, porém chamavam conquistas, como cotas, de seletividade reversa, entre outras coisas mais, e assim, me levavam a pensar mil vezes antes de me expressar sobre o assunto.

Ainda assim aceitei o tema e as dificuldades na escrita ficaram evidentes. Parecia que tinha algo me impedindo de escrever, apresentava as ideias, sem aprofundar ou detalhar. Todas as vezes que entregava para correção, a professora orientava, dizendo: “escreva para o leitor, a informação está pela metade, você sabe disso, o leitor não faz ideia”. E assim, seguimos até o fim do processo de escrita, escrevendo, reescrevendo, me soltando um pouco mais, a cada ponto, a cada orientação.

A finalização desse processo de construção da monografia trouxe um misto de felicidade e alívio por ter finalmente, libertando-me das amarras impostas pelo racismo, que me impedia de falar qualquer coisa sobre a temática racial, definido o tema do trabalho: “O papel da escola na construção da identidade da criança negra”.

Todos os momentos que envolviam a apresentação do trabalho foram repletos de muito nervosismo e insegurança. Ao final a surpresa das palavras positivas da banca, me deixaram orgulhosa. Com a apresentação da monografia veio também a conclusão do curso de Pedagogia. Diferente do início do curso, me sentia parte daquele universo, através de uma educação voltada para o social. Isso despertou-me segurança como pedagoga, porém as realidades dos sistemas de ensino, especialmente o particular, trouxe de volta a insegurança agora pelo medo de atrapalhar o desenvolvimento dos alunos. Apesar de todos os empecilhos, o término do curso marca minha história, pois a partir dele passei a pertencer a um grupo profissional, passei a ser alguém, a Professora Samia.

2.5 Caminhando na docência

No ano de 2012 terminei o curso, estávamos todo o grupo de pesquisa organizando um evento, no auditório central da UECE, quando durante uma conversa, com um amigo, ele veio até mim e disse de forma inesperada: tem uma escola lá no Castelo Encantado que está precisando de professora para o terceiro ano do ensino fundamental. Decidi procurar a escola para assumir aquela vaga. Depois da reunião com as coordenadoras da escola, onde recebi orientações e falei da minha falta de experiência, retornei para casa e na manhã seguinte iniciei o trabalho. Conheci a turma no primeiro dia com aplicação de uma prova. Durante o semestre que fiquei com a turma construímos muitos aprendizados, que foram essenciais para a minha formação profissional e pessoal.

Nos anos seguintes outras turmas e aprendizados vieram, em algumas ocasiões os problemas sociais como o racismo me encontravam, agora como professora. Em uma das ocasiões, uma criança estava agitada e agredia verbalmente os colegas durante as atividades e não fazia outra coisa além de ofender os outros alunos. Intervi e a irritação dele virou-se contra mim, em um impulso de raiva por estar sendo contrariado, ele gritou no meio da turma: “Parece uma macaca”. Alguns alunos

começaram a dizer, “olha aí tia o que ele disse!”. Enquanto isso muitos dos estudantes negros baixaram a cabeça, como se o corpo deles sinalizasse que aquela agressão também era com eles. Naquele momento, depois de alguns segundos, pausei a atividade, acalmei a turma e iniciei uma outra discussão, sobre o tema do racismo.

Em outras ocasiões, aprendemos a superar o que está posto pelo ambiente escolar aos alunos, que estigmatizados acabam por aceitarem essa suposta personalidade atribuída a eles como se fosse irreversível. A partir de determinadas experiências em sala de aula conseguimos algumas vezes, eu e os alunos, superar o determinismo do sistema e transformar suas formas de lidar com a aprendizagem.

O ensino superior também interfere negativamente gerando relações e aprendizagens desiguais e conflitantes, reproduzindo as profundas marcas do racismo científico. Por diversas vezes meus estudos, minhas didáticas e os meus conhecimentos eram reduzidos a nada.

Segundo Charlot (2000) o saber se constrói através das relações desenvolvidas pelos sujeitos com o mundo, a partir de trocas de experiências, das vivências e das culturas de que fazem parte.

No mestrado dei vários passos para superação das limitações impostas pelos conflitos da minha história. Nesse processo, as participações ativas nas disciplinas, especialmente as relacionadas ao eixo Sociopoética, Cultura e Relações Étnico-raciais, despertaram maior confiança nas minhas ações e pesquisas.

Com o aumento da confiança e a expansão dos conhecimentos relacionados a história do negro e as lutas quilombolas, junto ao Professor Henrique Cunha Júnior e o pesquisador Jair Delfino, idealizamos e organizamos o Seminário “Os marcadores atemporais africanistas na cultura e tradição dentro das Comunidades Quilombolas do Ceará”. O Seminário tinha o objetivo de levantar discussões sobre a vida e a história das Comunidades Quilombolas do Estado do Ceará, durante as atividades realizadas no dia 24/03/2015. Foi realizador. Contamos com a participação de alguns pesquisadores e quilombolas, como Cláudia Quilombola, doutoranda em Educação e quilombola da Comunidade Serra do Juá, localizada em Caucaia, Ceará, e João do Cumbe, doutorando em História e quilombola da Comunidade do Cumbe, em Aracati Ceará. Esse seminário foi o ponto de partida, onde, juntamente com Jair Delfino e o professor Henrique Cunha Júnior, idealizamos e realizamos o Seminário “Fazeres Quilombolas”, do qual trataremos posteriormente.

A construção da dissertação, realizada na comunidade Serra dos Bastiões, sobre a temática da Juventude quilombola, foi desenvolvida em torno das angústias e tensões das repressões dos conflitos.

Existia falta de confiança em buscar interlocutores, mesmo quando escolhidos, o receio dos conflitos persistiram. A defesa da dissertação foi fortalecedora, com a boa aceitação do trabalho, momento realizador.

Durante o trabalho de tese, o amadurecimento como pesquisadora ficou evidente, os problemas gerados com os conflitos seguiram interferindo nos processos do trabalho, o manuseio precisou ser diferente, utilizamos abordagens de forma discreta para não constranger os interlocutores e evitar o sufocamento dos conflitos contra mim. Também nesse período me filiei à Associação Joaquim Francisco de Assis, que representa os quilombolas da Comunidade Serra dos Bastiões, em Iracema, onde lutamos pela certidão da Fundação Cultural Palmares, como comunidade quilombola.

Dentro desse processo estivemos inseridos nas lutas pelos direitos da comunidade, como a luta pela vacinação quilombola, que nos trouxe muitos aborrecimentos, com os processos de negação da identidade quilombola.

O trabalho de tese permitiu o amadurecimento do meu conhecimento, as formas várias de buscá-los e a realização pessoal de saber aplicá-los.

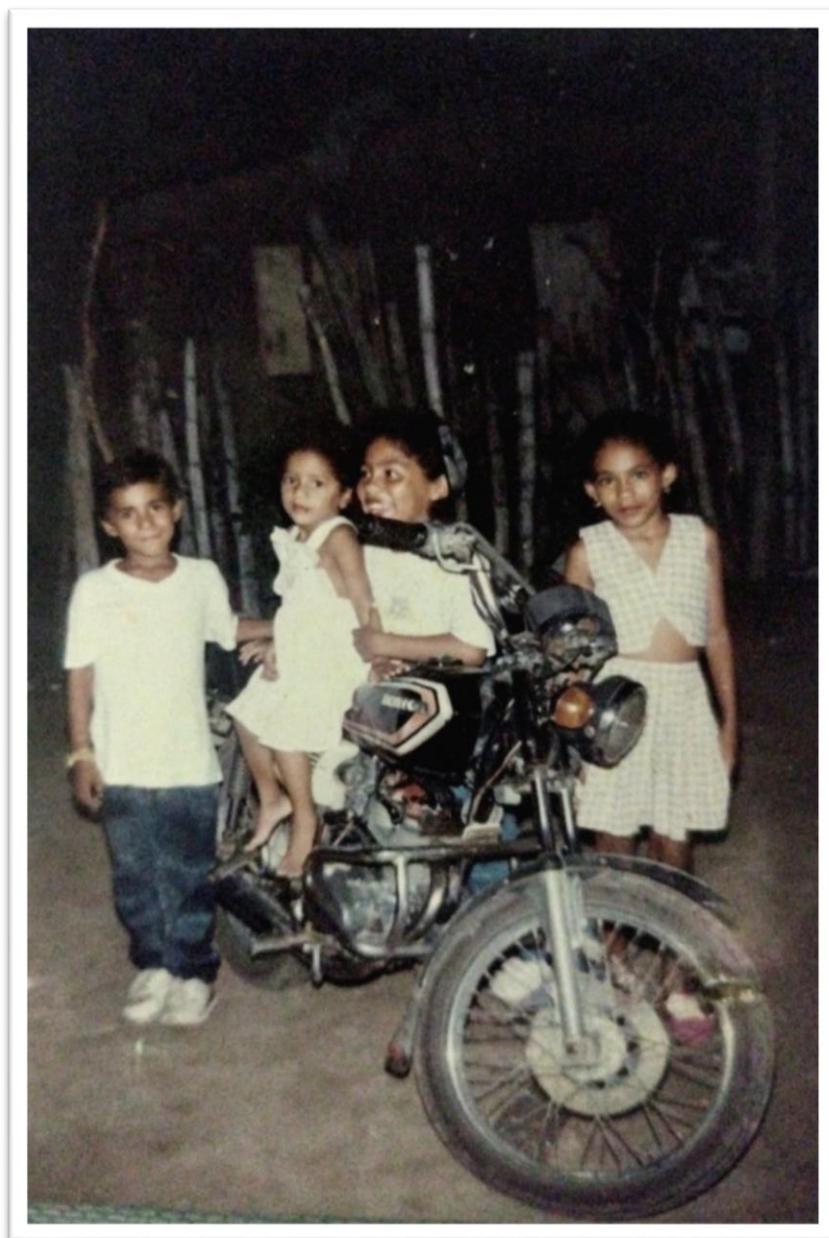
Construir o conhecimento e torná-lo acessível para as comunidades é o principal ganho da pesquisa. O texto da tese permite desvelar as histórias, culturas e saberes das comunidades quilombolas do estado do Ceará, assim como oferece espaço em destaque às suas lutas e dá voz às suas dores e resistência, podendo ser utilizado para a defesa de suas identidades e territórios nos embates históricos e sociais.

Os caminhos percorridos na docência, apesar de considerados curtos, já construíram muitos conhecimentos que agregam a minha formação pessoal e profissional, afinal muito do que aprendi nas relações sociais e na comunicação foi desenvolvido através da minha prática docente, com meus erros e acertos, com os momentos bons ou ruins.

Assim, vimos neste capítulo aspectos diversos de minha formação, pessoais, profissionais e identitários manifestadas no cotidiano de minha existência e vivência. A seguir, discutiremos teoricamente sobre a história e conceitos de quilombos e

quilombolas para situar o leitor, as bases ancestrais demonstradas nas comunidades que fazem parte da pesquisa. Abaixo, fotos de momentos da minha família na Comunidade do Riacho Doce.

Figura 1 - Foto com meus irmãos e prima no início do Conjunto Riacho Doce, Passaré Ceará. Mostra as casas de taipa ao fundo



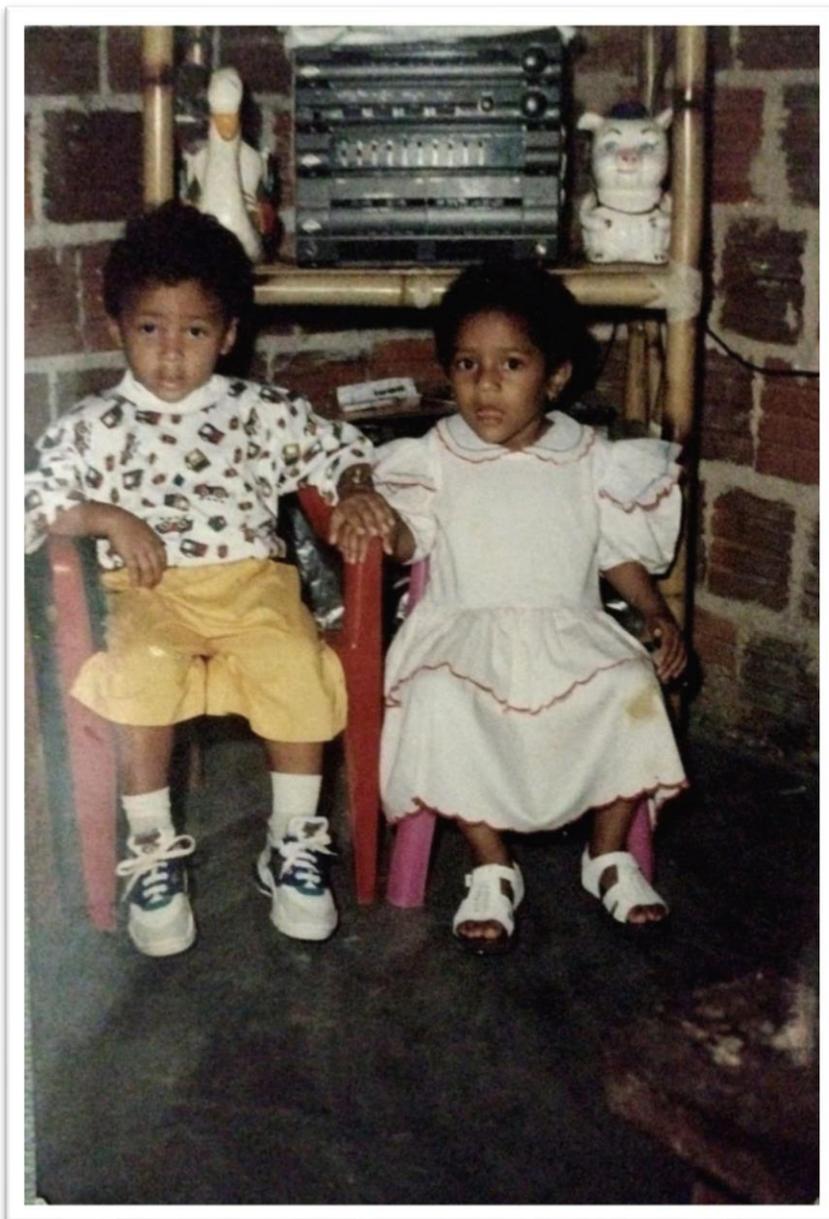
Arquivo Pessoal.

Figura 2 - Foto da família no início do Conjunto Riacho Doce, Passaré, Ceará. Mostra as casas de taipa ao fundo.



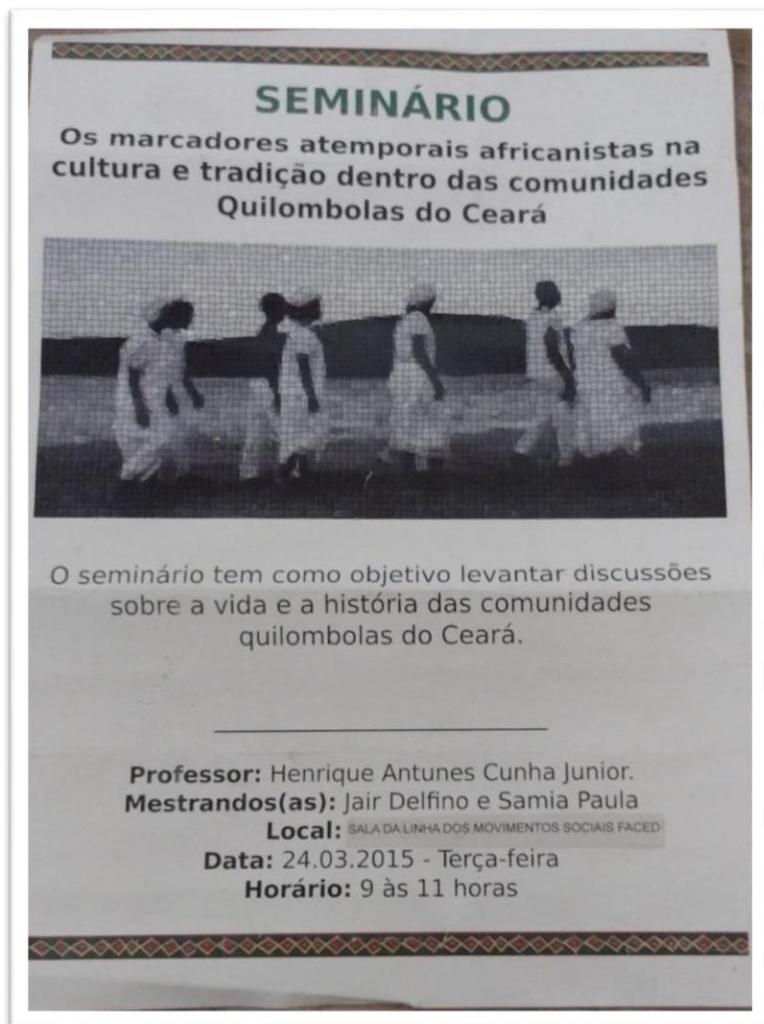
Arquivo Pessoal.

Figura 3 - Fotos de minha irmã e primo no início do Conjunto Riacho Doce, Passaré Ceará. Mostra a casa de tijolo de bloco.



Arquivo pessoal.

Figura 4 - Seminário Marcadores Atemporais Africanistas, em 2015.



Arquivo pessoal.

3 CONTEXTUALIZANDO O CONCEITO DE QUILOMBO E DE QUILOMBOLAS

Os quilombos são instituições sociopolíticas organizadas para combater os sistemas sociais vigentes. Dessa maneira, é necessário considerá-los símbolo da resistência e organização da população negra. Os quilombos trazem as influências das sociedades de Quilombos Africanos, termo que no Brasil ficou conhecido como “quilombos”, embora possam haver diversos conceitos para definir esse fenômeno que passou a ser conhecido dessa forma após o surgimento do Quilombo dos Palmares. Ilka Boaventura Leite (2000) define o termo quilombo como uma reação guerreira frente a uma situação opressiva.

As concepções sobre quilombos merecem atenção porque ainda que muitos autores tenham tratado do assunto, é preciso ter cuidado para não reduzi-los a movimentos de rebeldia ou com uma quantidade mínima de membros que faziam de alguma extensão de terra o seu território, pois seria restringir os critérios de definição, considerando seu amplo significado e sua existência até os dias atuais. O Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) define os quilombos e seus remanescentes do seguinte modo:

Os quilombos não são e nunca foram invasores, posseiros, ou traficantes. Trata-se de grupos sociais organizados que buscam a regularização de terras onde construíram e inscrevem formas específicas de viver e de fazer voltado à busca pela autonomia como condição fundamental para a liberdade. Não se trata de formações resultantes de ocupações irregulares, mas de territorializações advindas de processos de organização social, que possibilitaram o acesso ao uso comum de terras e de recursos naturais e dos quais não obtiveram o reconhecimento legal. (Associação Brasileira de Antropologia, 2019).

Os quilombolas resistiam ao sistema escravista, presente no Brasil e no continente americano, entre os séculos XVI a XIX, praticamente utilizando estratégias importantes para formar as comunidades. Algumas dessas estratégias consistiam na própria existência do quilombo com sua auto-organização e preservação das crenças do povo africano, tentando reconstruir a cultura que estava sendo dizimada pela dominação branca. Nessa perspectiva, os quilombos resistiam ao sistema imposto.

Os quilombos mantinham relações mercantis com outros grupos sociais, para complementarem os subsídios de sobrevivência, pois produziam grande parte do que era necessário para a sobrevivência de seu povo. Além disso tinham relações políticas e sociais mantendo-se integrados com os negros ainda escravizados, como forma de

proteção e articulação para maiores ações de resistência. Conseguir manter atividades econômicas, era de grande valia para a sustentação e ampliação do quilombo, e desse modo foi surgindo uma economia predominantemente negra, convertendo-se em locais autônomos com subsistência própria. De acordo com Gomes (2005) alguns quilombolas conseguiram controle de terras e desenvolveram pequenos comércios e uma microeconomia monetária. A terra tornou-se essencial como estratégia de sobrevivência desses grupos.

O sistema escravista no Brasil ocorreu entre os anos de 1535 a 1888, quando a Coroa Portuguesa, com a necessidade de assegurar o território brasileiro, enviou conterrâneos para “habitar” e explorar o país, e como não tinha uma grande quantidade de habitantes, utilizou-se da mão de obra escrava, inicialmente dos povos indígenas e posteriormente dos povos negros africanos. Essas mudanças ocorreram por diversos motivos, entre eles o fato da Igreja Católica se tornar um grande obstáculo para o aproveitamento dos indígenas como mão de obra escrava, pois as missões jesuítas protegiam muitas aldeias; outro fator determinante foi o recebimento da bula papal de Santa Sé, que permitia que Portugal invadisse, explorasse e escravizasse pessoas no território africano.

Nessa perspectiva, o sistema escravista, utilizando-se em especial da mão de obra dos povos africanos, rendia muitos lucros para a Coroa Portuguesa, assim como para a Igreja Católica. Nesse sistema comercial os traficantes de escravos precisavam pagar impostos para Portugal; outro ponto é que o comércio de escravizados geravam outros grupos comerciais que também rendiam bastante para a Coroa Portuguesa, como a construção de armas e embarcações, e a produção de alimentos. A Igreja lucrava especialmente, porque batizava os escravos que chegavam ao Brasil.

Os povos africanos escravizados em seu continente eram trazidos ao Brasil em navios negreiros, com poucas condições de sobrevivência, eles sofriam maus tratos, alimentavam-se mal e aglomeravam-se em pouco espaço. Por esses e outros motivos muitos não aguentavam a travessia do oceano atlântico e morriam durante as viagens, sendo jogados ao mar.

Os que suportavam as viagens e chegavam ao Brasil, ainda nos portos eram separados de seus povos para dificultar a comunicação entre eles. Os escravizados eram tratados como mercadorias, propriedades dos seus senhores, por isso, ao chegarem nos portos eram colocados em exposição nos mercados para a venda. A

maior parte dos escravizados recebiam péssimo tratamento, sobreviviam em condições subumanas, seus alimentos eram sobras do que não se utilizaria nas casas grandes, dormiam em senzalas, ou seja, grandes galpões úmidos. Nesses locais, homens, mulheres, idosos e crianças escravizados eram mantidos em cárcere privado, sendo liberados somente ao assumirem os trabalhos que lhes eram impostos.

Os africanos escravizados no Brasil têm importância fundamental na construção do país, com a exploração de suas vidas, culturas e de seus conhecimentos. Eles trabalhavam nas mais diferentes áreas, tais como nas construções arquitetônicas; com couro e algodão; nas minas; nos engenhos de cana-de-açúcar; em plantações de café; nos serviços domésticos; como escravos de ganhos, vendendo em mercados ou nas ruas; como carregadores de água, alimentos; servindo como transporte humano, entre outras funções que pudessem exigir.

A realidade era de exploração máxima dos escravizados, assim como eram aplicadas diferentes formas de violência: física, psicológica e espiritual, pois além de sofrerem abusos físicos através de torturas, castigos e trabalhos desumanos, também eram proibidos de praticar suas manifestações culturais, religiosas e identitárias. O objetivo era desconectá-los ao máximo de suas origens para enfraquecer suas identidades, os laços com a terra de origem, deixando-os isolados, submissos e com foco apenas no trabalho a que eram submetidos.

Contudo, resistiam ao processo de escravização desde o início, ainda no continente africano, com as guerras contra os colonizadores, na travessia entre os continentes. Também ocorriam suicídios como forma de libertação, pois, os africanos consideravam a morte mais digna que a escravização. Muitas outras formas de revoltas e resistências foram realizadas, como a Revolta dos Malês, que consistiu em um levante de escravizados ocorrido em Salvador, considerada uma das maiores rebeliões de cunho racial da época, recebendo esse nome, porque os malês eram negros de origem islâmica que viviam escravizados na Bahia. Eles rebelaram-se contra as condições escravistas e contra a postura da Igreja Católica que procurava induzi-los a aceitar suas crenças. Ocorreram inúmeras outras fugas e as próprias formações de quilombos são consideradas formas de resistência, que geravam prejuízos econômicos aos senhores, e enfraquecia o sistema escravista, assim como, a quilombagem definida por Clóvis Moura como:

[...] movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território

nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis, econômico, social e militar e influenciou poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre (MOURA, 1989, p. 22).

Segundo Munanga (1996) quilombo é um termo e conceito oriundo dos povos africanos, que surgiram como instituições sociopolíticas e militares organizadas para defender e conquistar territórios, desenvolvendo neles uma cultura contrária a que está posta socialmente.

Como nos assegura Moura (1989), quilombo é símbolo da resistência e organização dos escravizados, surge para combater a opressão imposta pelo sistema escravagista e independentemente do tamanho da sua extensão e estrutura os quilombos tinham grande capacidade de resistência, reinventarem-se e reconstruírem-se.

As definições do termo quilombos têm diferentes significados ao redor do mundo. No Brasil inicialmente chamou-se mocambos, terras de pretos, que foram considerados abrigos de escravos fugidos. Eram, porém, comunidades organizadas a partir de suas próprias leis e com modos de vidas específicos.

Os significados sociais dos quilombos também passam por modificações históricas. Inicialmente criminalizados, os quilombos foram cassados por longos períodos, mas os que foram destruídos conseguiam reconstruir-se, a partir de seus conhecimentos ancestrais.

Como observa Almeida (apud ARRUTI, 2008) na legislação do Período Colonial no Brasil, as comunidades de quilombos eram retratadas como ranchos organizados, ocupados por cinco ou mais escravos. Apenas com a Constituição de 1988, através do artigo 68, dos ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias), é garantido aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando o seu território, sua propriedade definitiva e o reconhecimento como quilombola, sendo dever do Estado emitir o título das terras.

Embora o dispositivo legal que veio com o ADCT da CF/1988 tenha trazido consigo algumas mudanças relevantes, conforme relatado neste trabalho, não é possível haver um sentimento de justiça, visto que no contexto em que foi aprovado, “às pressas”, não permitiu que as inúmeras necessidades desses povos fossem legalmente abrangidas. Muitos estudiosos apontam que a construção do artigo foi feita

de forma rasa, sem as devidas discussões necessárias a um tema tão relevante e delicado.

De acordo com Arruti (2006), o pouquíssimo conhecimento sobre o assunto dos constituintes acerca do número, situação real e localização das comunidades ajudou a aprovação do artigo naquele momento de redemocratização do Brasil, para além disso, os constituintes, no calor daquele momento, tinham medo de parecerem racistas.

Para Guimarães (2004), tal fato “pode ser entendido como o processo pelo qual indivíduos negros, principalmente intelectuais, eram sistematicamente assimilados e absorvidos às elites nacionais brasileiras”. Na realidade, vê-se então que essa aprovação foi mais um ato constitucional que um ganho permanente de povos quilombolas, como se estivessem permitindo a inclusão dos mesmos na sociedade supostamente branca no Brasil.

Entretanto, mesmo com tantos gargalos entre a teoria e a prática, a constitucionalização levou a possibilidade de reconhecimento, tardio é verdade, mas abriu precedentes ao ganho de outros direitos, pelo menos o de ter como lutar por suas terras dentro da legislação. Não se tratava mais de sociedades invisíveis, de marginalizados ou invasores, mas sim, de um povo inserido nas várias diversidades que o Brasil possui.

Os quilombos podem ser considerados um forte movimento identitário, mesmo com as adversidades sociais e as legislações e ações oficiais que historicamente impediam os escravizados de terem direito às terras. Para Moura (1992) os quilombos eram o centro de organização da quilombagem, movimento emancipatório radical, que antecedeu os movimentos abolicionistas liberais, organizados e liderados pelos escravizados para se oporem às opressões impostas pelo sistema escravista. As pesquisas realizadas pelo pesquisador, Clóvis Moura e a repercussão em trabalhos de outros historiadores trouxeram relativas mudanças nos pensamentos enrijecidos.

Do ponto de vista cultural, social e político, com a Constituição de 1988 ocorreu uma reversão histórica na legislação brasileira, permitindo que os quilombolas se tornassem sujeitos de direitos nacionais. Essa conquista é resultante das lutas históricas para transformar, por parte dos povos negros quilombolas, em todas as esferas sociais, os quilombos em territórios oficiais. De acordo com Cunha Jr. (2012, p. 162), com “a persistência dos movimentos negros e da mobilização de setores da

vida intelectual nacional, os quilombos saem do anonimato. O que se tratava apenas como território de negros fugitivos, transforma-se em símbolos da luta da população negra por justiça social”.

Os quilombos estabeleceram-se por quase todas as regiões do Brasil. Onde efetivava o sistema escravista, surgiam quilombos para se opor a ele. A maior parte das comunidades organizaram-se em ambientes rurais e desenvolveram técnicas de agricultura, porém cada povo se organizava de acordo com as características do seu território, adaptando o modelo de vida à estrutura local, mas com o objetivo de criar redes de apoio mercantis, sociais e até culturais, criando comunidades, que se compunham não somente de negros, mas de outros povos, outras etnias que desejavam a inclusão nesses sistemas sociais.

O movimento conhecido como quilombagem organizou-se principalmente em territórios de quilombos, normalmente lugares de difícil acesso, como morros e serras, com o objetivo de dificultar o acesso dos representantes dos senhores de engenho. Por outro lado, os espaços escolhidos eram o mais próximo possível dos engenhos para não se isolarem. Temos como maior e mais conhecido o Quilombo dos Palmares, possivelmente por ter sido o mais organizado e duradouro da época, sob a liderança de Zumbi dos Palmares.

Dos movimentos dos cativos contra a escravidão, Palmares é, por circunstâncias especiais, o mais conhecido e estudado. Foi o que mais tempo durou; o que ocupou — e ocupou de fato — maior área territorial e o que maior trabalho deu às autoridades para ser exterminado. De 1630 a 1695 os escravos palmarmos farão convergir sobre seu reduto as atividades, os esforços e as diligências dos governantes da Colônia. Da história do que foi sua existência — 65 anos em constantes e sangrentas lutas — até o folclore nos dá notícias. E dos fatos passou à lenda (MOURA, 1959, p. 185).

O Quilombo dos Palmares foi na verdade uma junção organizada de vários agrupamentos, formando uma federação que chegou a contar com uma população de alguns milhares, porém, qual a quantia aproximada não é consenso em nenhuma pesquisa (REIS, 1996). O fato é que esse quilombo resistiu por quase cem anos, sendo muitas vezes atacado por portugueses e holandeses. Foi organizado entre os séculos XVI e XVII, tornando-se símbolo da resistência, tanto para os escravos da época como para as autoridades que resolveram, inclusive, modificar as leis, a fim de combaterem mais fortemente a criação dos quilombos. De acordo com Moura (1959)

a escolha dos líderes era pelo reconhecido valor como guerreiro e em Palmares aconteceu da seguinte forma:

Foi escolhido para dirigi-los Ganga-Zumba, pelos méritos demonstrados na guerra. Era Palmares, como já foi acentuado por Nina Rodrigues e Edison Carneiro, uma imitação dos muitos reinos existentes na África, onde o chefe é escolhido entre os mais capazes na guerra e de maior prestígio entre eles. Esse rei governou até o ano de 1678 quando, havendo negociado a paz com os brancos, perdeu o prestígio entre seus pares e foi assassinado, tendo sido substituído por Zumbi, que passou à História como líder incontestável e herói de Palmares (MOURA, 1959, p. 186).

No seu auge, entre as décadas de 1670 e 1680, os quilombos eram considerados uma grande ameaça à corte portuguesa e à ordem escravista que pregava a Coroa Portuguesa no Brasil. Sua população chegou a ser calculada em 20.000 pessoas e sua extensão territorial a 27.000 quilômetros quadrados, segundo o mesmo autor. O Quilombo dos Palmares, assim como outros, ajudou a preservar a linguagem, a cultura étnica que vinha sendo destruída na época. Sem dúvida, o enorme grupo liderado por Zumbi deu ânimo e esperança aos escravizados que provocaram uma enorme resistência territorial, cultural e pela vida.

Foram muitas entradas por parte dos holandeses, portugueses em Palmares, onde os negros perdiam muitos companheiros nas batalhas. Foram anos resistindo às expedições inimigas, enquanto os negros também faziam seus ataques às fazendas de propriedades brancos, donos de escravos, a fim de libertá-los. A última resistência, na capital de Palmares, a Serra do Macaco foi atacada e destruída em 1694, pelo bandeirante Domingos Jorge Velho, e seu líder, Zumbi, teria sido morto no ano seguinte, no dia 20 de novembro (hoje considerado dia da Consciência Negra no país), sendo exposto em local público de Recife, no sentido de enfraquecer algumas lendas que repercutiam entre os quilombolas, como por exemplo, de que ele seria imortal (REIS, 1996).

Os quilombos ofereceram grande resistência ao sistema escravista, estando espalhados por diversas regiões do país, como por exemplo Rio das Rãs, na Bahia, Turiaçu, São Benedito do Céu, Quilombo Limoeiro e diversos outros que possuíam estratégias parecidas ou totalmente diferentes de Palmares. “Rio das Rãs lutava por suas terras e, ao mesmo tempo, tinham uma ideia de ‘fraternidade universal’, visto que incorporavam na sua religião, por exemplo, figuras de índios, africanos, escravizados e até mesmo de brancos” (PRICE, 1999, p. 13). Muitas comunidades remanescentes dos antigos quilombos que resistiram à violência da escravização, no

panorama atual da sociedade brasileira, reivindicam os seus direitos identitários de manutenção de seus saberes, enquanto ainda sofrem ataques de diferentes setores sociais que buscam silenciá-los e sobrevivem em um contexto ainda marcado por diversas formas de lutas e violências.

Os modos de vida predominantes nas comunidades de quilombos eram com atividades coletivas. A economia inicialmente girava em torno de atividades de subsistência com cultivo de terras dos seus territórios, pequenas produções econômicas que garantiam a sobrevivência dos membros locais.

A economia própria dos quilombos foi consolidada ao longo do tempo e estava baseada principalmente no cultivo das terras onde eles se instalavam. Os quilombolas buscavam suprir suas necessidades dentro das próprias ações do dia a dia, para que seus habitantes também tivessem trabalho digno. A seguir narra-se a forma como um quilombo no Maranhão subsistiu àquela época:

A vida material do quilombo estava assentada na agricultura, na exploração de ouro e em artigos que completavam a base alimentar da população como – a caça, a pesca e a criação de galinhas. Em se tratando da tecnologia, o quilombo possuía cinco (05) casas de forno para o fabrico de farinha, três (03) engenhocas de mão para moer cana, três (03) alambiques de barro, uma (01) tenda de ferreiro, dois (02) teares de tecer pano. Nele eram produzidos – algodão, farinha de mandioca, arroz e cachaça. Com o algodão os quilombolas teciam os panos com que faziam as roupas que se vestiam. Com o ouro extraído das minas eles praticavam o comércio do tipo escambo, trocando-o com os comerciantes regatões por fazendas (outros tecidos), pólvora, chumbo, armas e outros gêneros. Para completar o arsenal de defesa do quilombo, muitos homens e mulheres e até crianças trocavam dias de serviço, por chumbo e pólvora, em roças de alguns fazendeiros da região; furtavam algodão de algumas fazendas para venderem aos negociantes regatões que andavam pelo Rio Turiaçu (PEREIRA, 2007, p. 11).

Os intercâmbios comerciais permitiram que fossem obtidos produtos que não podiam ser cultivados nos territórios. Os aquilombados dominavam a agricultura, por serem atividades desempenhadas por suas culturas e agregaram conhecimento sobre plantio e colheita, aprenderam a tratar a terra e a comercializar o que excedia, fazer escambo e ações que acabaram por permitir, de certa maneira, autonomia financeira aos quilombos. “O fato das forças repressoras encontrarem produção, roças e construções revela que os quilombolas tinham conhecimentos múltiplos- conheciam a arte de plantar, dominavam técnicas de conservação de alimentos e sabiam construir.” (FIABANI, 2015, p. 78).

A articulação dos quilombos, a depender do tamanho de sua organização, dava possibilidades de manter o que podemos chamar de parceiros comerciais, que

disponibilizavam não só alimentos, mas também armas, roupas e utensílios que os quilombolas precisavam. A formação dessa rede de parceiros trazia não só mais possibilidades de sobrevivência como uma forma de proteção maior. Essa parceria incluía alguns roceiros, garimpeiros, pescadores, mascates, quitandeiros, indígenas e até mesmo soldados desertores. De fato, as atividades econômicas que se encontravam em quilombos bem organizados eram a agricultura local, trabalho artesão, extrativismo, trabalho sazonal, tudo direcionado para o consumo interno, assim como para o comércio existente (GOMES, 2015).

Nessa perspectiva, tem-se a preservação da cultura desses povos, e nesse sentido Moura (1992) destaca que as manifestações culturais das populações negras, que eram consideradas pela sociedade como exóticas e/ou perigosas, apenas eram permitidas quando submetidas à opressão. Na busca por superar a opressão do sistema escravagista os negros utilizavam suas culturas e tradições como forma de resistência, uma maneira de permanecerem ideologicamente vivos através do fortalecimento de suas identidades.

As tradições e culturas dos quilombos sempre foram o pilar de sustentação de resistência dos povos negros, mesmo em regiões diferentes, vivenciando situações distintas, foi através dessa base ancestral, como um movimento cíclico que se revigora a cada geração de afrodescendentes, que os ensinamentos da ancestralidade permanecem vivas, conduzindo as formas de lutas. A manutenção dos valores tradicionais nos quilombos foi possível a partir das reinvenções, como as manifestações religiosas que se constituíam como recriações, visto que misturavam em seus rituais crenças indígenas, africanas e cristãs. (GOMES, 2005).

A representatividade dos quilombos se reafirma desde o seu surgimento, como símbolo da resistência, de lutas e de organização social dos povos negros. Na contemporaneidade as comunidades remanescentes de quilombos, continuam resistindo às tentativas de apagamentos e à opressão dos sistemas econômico e político. Mais do que símbolos, as comunidades de quilombos sempre precisaram, estar em posições de resistência, para não serem dizimadas. Os quilombos históricos lutavam pela liberdade e o direito à vida social dos povos africanos e afro-brasileiros, conseguindo desgastar o sistema escravista brasileiro contra quem lutavam; as comunidades remanescente de quilombos continuam suas lutas pelo direito à vida, aos territórios e às suas identidades.

Os quilombos históricos lutavam contra o sistema que não lhes dava respaldo de defesa, pois os escravizados não tinham direitos estabelecidos, nem mesmo acesso a qualquer legislação existente, por isso, traçaram estratégias diferentes que lhes fortaleceriam diante dos embates, contribuindo para a decadência do sistema de economia escravista. “Embora fossem derrotados na maioria das vezes, os escravos rebeldes marcariam limites além dos quais seus opressores não seriam obedecidos” (REIS, 1996, p. 35).

Apesar das características de lutas serem semelhantes, os quilombos diferenciavam-se a depender das localidades de seus territórios, que determinava os seus modos de vidas, a diversidade de conhecimentos e de tradições advindas das diferentes etnias de que faziam parte os escravizados do continente africano, assim como de outras etnias que agregavam-se às comunidades quilombolas.

A junção de todos esses elementos agregados gerava força para os quilombos conseguirem se opor, criticar e estremecer as estruturas escravistas, não se tornando passivos com relação às opressões impostas. O fenômeno da resistência, se reorganizava e ressurgia e mesmo após derrotas se mantinham de pé, pois as suas bases eram a estrutura de organização ligada às tradições reconectando com suas origens ancestrais.

Segundo Carril (2006), os quilombos eram locais que exalavam a cultura africana, porém também foram espaços onde ocorreu o encontro com as culturas e as tradições indígenas, as representações eram livres e as trocas bem-vindas formando verdadeiras simbioses culturais como o autor aponta:

Permanecer nessas terras após alguns séculos revela-se uma vitória histórica numa sociedade camuflada pelo “mito da democracia racial”. Num sistema sociopolítico-econômico e territorialmente excludente, a luta pela terra nos quilombos é, de um lado, uma fração da luta pela reforma agrária e de outro, uma tentativa de reparar parcialmente a histórica exclusão social do negro brasileiro, no tocante a comunidades com identidades próprias (CARRIL, 2006, p. 161).

Os quilombos brasileiros apresentavam características próximas aos quilombos africanos, definidos como organizações sociopolíticas e militares, que organizavam-se de forma própria e mantinham uma estrutura econômica e política que se opunha ao sistema vigente, ou seja, buscavam a liberdade. O que houve no Brasil foi uma releitura dos modelos africanos da época, pois ambos demonstraram confronto à cultura do escravismo e conseguiam atingir diretamente o processo

produtivo dos proprietários de escravos e significava a ineficácia do aparato jurídico criado para prevenir as fugas dos escravos e punir os quilombolas capturados (GOMES e REIS, 1996). Outro que corrobora com a ideia é MUNANGA (1996, p. 63) abordando primeiramente as características dos quilombos originários da África:

O quilombo africano, no seu processo de amadurecimento, tornou-se uma instituição política e militar trans étnica, centralizada, formada por sujeitos masculinos submetidos a um ritual de iniciação. A iniciação, além de conferir-lhes forças específicas e qualidades de grandes guerreiros, tinha a função de unificá-los e integrá-los ritualmente, tendo em vista que foram recrutados das linhagens estrangeiras ao grupo de origem. (...) Pelo conteúdo, o quilombo brasileiro, é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstituído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência (MUNANGA, 1996, p. 63).

Apesar de surgirem da resistência das populações negras, os quilombos abrigavam, além dos povos negros, brancos, indígenas e todos os que desejavam fazer parte daquela forma de sociedade. Por isso, com essa abrangência, foi possível conseguir apoio de várias vertentes da época, havia aliados em muitos locais estratégicos e conseguiram acessar elementos culturais de diversas etnias, além de reconhecerem os territórios que os abrigavam.

A organização social dos quilombos pregava a inclusão de quem estivesse disposto a viver e contribuir com uma sociedade diferente da que estavam submetidos. Porém, havia regras para o convívio local, por isso muitas lideranças surgiam, pois existia a necessidade de organização e orientação como em outras sociedades.

As tradições quilombolas, mesmo com tantos ataques ao longo dos séculos, sobreviveram e sobrevivem. Foram muitas as organizações quilombolas e por isso, diversas culturas surgiram, conforme dito anteriormente, as populações que se organizavam nessas “comunidades” vinham de várias regiões da África e traziam consigo as características de suas etnias, por isso, apesar de existirem muitas semelhanças entre elas, as diferenças são perceptíveis e juntas formam a diversidade dos conhecimentos afro brasileiros.

Os traços mais gerais da cultura africana ficaram enraizados em cada quilombo e seus remanescentes ainda lutam para manter tradições como música, dança, religião, culinária e a diversidade cultural inerente a eles. Nesse sentido, o quilombo

não mais se resume a um grupo de escravos fugidos, mas adquire o sentido de “reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (NASCIMENTO, apud ARRUTI, 2008, p.107).

As comunidades quilombolas contemporâneas mantêm as lutas pela manutenção de suas identidades, tradições e culturas e procuram se assemelhar ao máximo aos costumes ancestrais. Os quilombos e quilombolas são protagonistas da história e da cultura negra, podendo ser contada e compreendida no Brasil, como parte formadora da sociedade brasileira, pelos próprios sujeitos de direitos.

3.1 Quilombos na contemporaneidade

Os quilombos contemporâneos podem ser compreendidos como patrimônio histórico e cultural brasileiro, visto que a formação da população brasileira está intimamente relacionada aos saberes e culturas dos povos negros na sociedade, incluindo a ligação com a formação dos quilombos. Não é tarefa fácil discutir a história do negro no Brasil, pois historicamente se percebe muitos enfoques errôneos inseridos nos livros de História, negando a importância dos povos africanos e afro-brasileiros na formação da sociedade brasileira, passando para as diversas gerações a imagem de um povo dominado pela escravização, negando assim, a história de lutas que envolveram esse processo.

Os processos sociais de negar a importância dos elementos dos povos negros na sociedade buscam o apagamento da história e a manipulação de sua cultura, é necessário aprofundar os entendimentos dos elementos formadores para devolver a visibilidade às comunidades negras, que por vezes são invisibilizadas em suas lutas ancestrais e lembradas apenas como quilombos históricos, relacionadas ao passado, as lutas quilombolas na contemporaneidade precisam ser consideradas dentro do panorama atual da sociedade, com todas as suas características inerentes do seu povo no âmbito cultural, social, artístico, individuais advindos da sua própria história, considerando toda a agressão e luta que viveram há séculos, e que apesar das transformações sociais ainda persistem submetendo os quilombolas às manifestações racistas que negam a existência desses povos. Não são ações pontuais, pelo contrário estão presentes no cotidiano social dos quilombolas em distintas localidades do país. Desta maneira, as perseguições aos quilombolas seguem ativas no Brasil, dificultando

de diferentes formas o acesso dos descendentes dos quilombolas aos direitos básicos às políticas públicas, atividades econômicas e sociais. Os ataques na nova configuração social objetivam subtrair a identidade racial dos negros brasileiros.

A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIP), criada em 2003 e extinta em 2015, era a responsável por acompanhar e rastrear as comunidades quilombolas no país. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), através do Decreto Nº 4.887, de 2003, é o órgão federal responsável pela demarcação e titulação das terras quilombolas no país.

As comunidades quilombolas identificadas no Brasil lutam pela sua existência através da proteção de sua cultura, identidade, defendem seus territórios em busca das continuidades ancestrais e a efetiva ação das leis brasileiras que deveriam lhes proteger. Muitas estão em lugares mais afastados dos centros urbanos e das regiões industrializadas do país, outras bem próximas a eles, porém todos esses territórios guardam saberes tradicionais e manifestações culturais próprias, como dialetos e a relação específica com a natureza, além de demonstrar o respeito a valores da ancestralidade quanto à formação do grupo (CARRIL, 2006).

Um problema recorrente nas comunidades quilombolas é a negação das identidades quilombolas, que contribui para a falta de conhecimento do que é ser quilombola. Percebe-se que o desconhecimento do significado do termo quilombolas leva a uma manifestação adversa entre quem se autodeclara e quem não. Outra questão é a falta de definição quanto a quem são exatamente os sujeitos quilombolas, pois os acessos aos textos que definem não são acessíveis a todos, possibilitando confusão entre os pares, no que pode ser considerado remanescentes de quilombos. Atrelado à dificuldade em definir quem seriam os sujeitos de direito sob as terras quilombolas, esses entraves têm agido como uma forma de prolar a lei, ainda mais nos casos que envolvem áreas de interesse das elites econômicas (LEITE, 2000).

Por outro lado Almeida (1996) descreve que o termo remanescente não é o correto e afirma que na verdade traz a ideia “de algo que já foi e do qual sobraram apenas reminiscências – seriam, portanto, grupos que não existem mais em sua plenitude” (ALMEIDA, 1996, p. 59). Já de acordo com Arruti (2006, p. 82), “o termo ‘remanescente’, no caso dos quilombos, pode servir, ao final, como expressão formal da ideia de contemporaneidade dos quilombos”. De todo modo, a necessidade de

visibilizar esses povos é urgente, a partir do artigo 68 do ADCT, da Constituição Brasileira direciona a obrigatoriedade do país em cuidar dessas populações.

As comunidades quilombolas também podem ser consideradas heranças ancestrais sobreviventes no país há séculos e procuram se organizar para que suas características ancestrais sejam mantidas e respeitadas. São cerca de 2.400 comunidades existentes em todo o país, reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, 93 comunidades tituladas e 996 processos de regularização fundiária em curso. Os territórios são sagrados para os quilombolas por guardarem os símbolos dos ensinamentos repassados por gerações, e apesar das mudanças sociais alguns elementos dos modos de vida permanecem, como agricultura de subsistência, a pesca, a criação de animais, assim como faziam os ancestrais, sendo a base dos quilombos contemporâneos.

Ainda de acordo com Almeida (1996), mesmo antes da Abolição da escravatura, muitos grupos já tinham uma base econômica bem definida, com uma organização social estruturada, com posições e lideranças estabelecidas, pois havia a necessidade de proteger a área ocupada das possíveis invasões do inimigo externo. Nas comunidades contemporâneas, essa estrutura mantém-se em diversos quilombos. Todas as regiões do país possuem remanescentes quilombolas que seguem lutando pelos seus direitos, pois nas comunidades quilombolas a questão da apropriação da terra tomou uma amplitude, um ato de luta por sua vida e pela de seus antepassados.

As tentativas de invisibilizar os povos de quilombos buscam camuflar suas necessidades e suas lutas, que, noticiadas pelos meios de comunicação e educação poderiam contribuir para transformar essa realidade, mas, ao invés disso, contribuem para o desconhecimento social dos quilombos contemporâneos no Brasil, representados muitas vezes sem a sua devida importância histórica e de forma marginalizada, diante de suas lutas sociais, reproduzindo o desconhecimento acerca da sua existência, o que dificulta a garantia de seus direitos.

As principais lutas dos quilombos contemporâneos no Brasil são localizadas na esfera jurídica e por se tratarem de lutas pelos territórios são bastante delicadas, pois oferecem riscos à vida dessa população que é constantemente ameaçada. Por vezes as autoridades dedicam pouca atenção à proteção do território quilombola e esbarra na burocracia que beneficia os empresários que almejam explorar o território

indiscriminadamente. Para Leite (2000), a partir das terras os povos de quilombos desenvolvem as condições necessárias de permanecerem em seus territórios, assim como é através deles que ocorre a consolidação de um povo.

As comunidades quilombolas, apesar de apresentarem características diferentes, por sofrerem as influências de suas formações e relações nos territórios, aproximam-se através de algumas características tradicionais, permeadas por uma imensa diversidade cultural. Nessa perspectiva, é importante destacar as tradições quilombolas relacionadas às religiosidades, as festas em celebração aos padroeiros e padroeiras das comunidades chamam a atenção pela manutenção dos elementos ancestrais.

É perceptível, porém, que as comunidades conseguem mesclar as tradições próprias ligadas às ancestralidades, com as novas tendências sociais, fruto das traduções dos novos sujeitos com as informações a que estão expostos, como as novenas, com significados específicos para cada comunidade; as danças, os pedidos de prendas para leilões, assim como as festas dançantes, após o culto religioso, com músicas em estilos presentes em cada região.

As comunidades quilombolas contemporâneas mantêm suas tradições ancestrais vivas, permitindo que gerações subsequentes mantenham ativas as características de sua formação. Os quilombolas são socialmente ativos, repassando e recebendo novos conhecimentos de diferentes espaços culturais. O acesso às múltiplas informações é cada vez mais fácil, facilitado pela mídia e esses novos conhecimentos contribuem para combinações culturais. O respeito e a preservação cultural dos quilombos seguem ativos pelos novos quilombolas que continuam buscando o reconhecimento do patrimônio, através de instituições como a Fundação Palmares, a ABA (Associação Brasileira de Antropologia) e a CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), que são conquistas importantes dos movimentos quilombolas.

A maior parte da presença remanescente quilombola se encontra nos estados do Pará, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia. Dentre todos os estados do Brasil, apenas Acre, Roraima e distrito federal não tem presença registrada dessas comunidades. (CANDIDO, NETO, 2020, p. 288)

Os quilombos se integram à natureza e trabalham para a preservação dos seus territórios, pois entendem que a base das economias sociais são retirados deles, além dos alimentos de sua subsistência, assim como os ancestrais que protegem e

trabalhavam com os elementos naturais, retirados dos territórios para alimentação e medicamentos naturais, as comunidades contemporâneas mantêm suas tradições protegendo e utilizando o território para a manutenção da vida social.

As condições de acesso às necessidades básicas é um dos grandes problemas dessas comunidades que têm dificuldades, por exemplo, desse acesso à educação e à saúde de qualidade, aos serviços básicos que precisam ser oferecidos para toda população brasileira, mas são dificultados em muitas comunidades quilombolas, que por vezes a educação e a saúde nos estabelecimentos públicos não funcionam em seus locais. Segundo a Fundação Palmares, na enorme maioria dessas localidades a educação é oferecida de forma bastante precária, onde faltam luz, água e algumas não se localizam nem dentro da mesma comunidade. No Ceará, existe uma demanda para professores de comunidades quilombolas. Em cidades como Caucaia a prefeitura designa certa parte específica para estas localidades.

Os conflitos nas comunidades remanescentes de quilombos tem sido outro grande problema enfrentado pelos quilombolas. São disputas que ocorrem principalmente pelas inúmeras tentativas de empresas de diversas áreas de exploração ocuparem suas áreas, causando aos seus moradores prejuízos nos modos de vida, na medida em que o território não é apenas local de dormida para os quilombolas, é a morada onde se manifesta a cultura e se tira o alimento. O parecer do Comitê Quilombola do ano de 2021, sobre a situação de quilombos no Maranhão, apresenta informações importantes.

Os conflitos no Quilombo de Santa Rosa dos Pretos em Itapecuru-Mirim (MA) agravaram-se desde o início de 2021, em razão das obras de duplicação da BR-135, também pelas invasões e comercializações clandestinas de áreas de terras dentro do território quilombola. A morosidade do processo de regularização fundiária e o aparente desmonte do INCRA ameaçam os direitos territoriais resguardados pela Constituição Federal de 1988 e se soma ao contexto da pandemia, tornando mais grave a situação de vulnerabilidade das comunidades quilombolas (ABA, 2021, p. 45).

Os quilombos preservam a cultura, os valores e vêm desde os primórdios combatendo o escravismo criminoso, sendo sinônimo de resistência, hoje travam a batalha não mais contra a escravidão, mas ainda existe a luta, principalmente contra a invisibilidade que muitos insistem em colocá-los.

De fato, os quilombolas podem ser compreendidos historicamente, a partir da cultura africana que chegou ao Brasil, forçados e arrancados de sua terra original, precisaram enfrentar séculos de opressão por parte dos colonizadores, da sociedade

branca brasileira e ainda assim, após tantos anos conservam suas características de povos guerreiros lutando por sua liberdade em vários cenários. “A valorização da cultura negra foi reforçada e enfatizada por ser uma cultura de valores coletivos e valores comunitários. A discussão do socialismo nos movimentos negros se passa pela reapropriação do Terreiro e das práticas de Terreiro” (CUNHA JR., 2012, p. 8).

As lutas das populações quilombolas foram capazes de conquistar muitos direitos, mas fica evidente que existem muitas outras batalhas a serem vencidas, especialmente no que se refere aos seus territórios. O caminho a percorrer para ter direito às suas terras é bastante longo e as leis caminham a passos lentos. A falta de ação do poder público, a descontinuidade de projetos que poderiam favorecê-los ainda são problemas marcantes nesse contexto de lutas pelos direitos quilombolas, visto que essas terras de quilombos muitas vezes estão ligadas a empresas particulares, a grandes fazendeiros ou situadas em locais onde a questão de proteção ambiental também se torna um empecilho.

De fato, as questões que envolvem os quilombolas existentes no país, não podem ser tratadas como problemas isolados, sem urgência e importância social, sendo assim, repassados de órgão para outros órgãos. Existem verdadeiras necessidades de políticas públicas, de leis e determinações que sejam cumpridas e fiscalizadas. Vale ressaltar a importância histórica dessa população para a construção do Brasil e a busca por sua auto afirmação dentro da sociedade brasileira.

A experiência que os quilombos trouxeram desde seus ancestrais através do cultivo da terra, da modo a se manterem em sociedade foi importantíssima para a formação da sociedade brasileira, assim como para a continuidade dos remanescentes de comunidades negras. A relevância inegável dos movimentos sociais ao longo dos séculos, rompendo as barreiras fixadas pelo escravismo, pelo preconceito e o racismo foram enraizados na sociedade brasileira. Toda uma história de luta foi traçada e as resistências dos povos negros os mantiveram ativos na sociedade através de diferentes momentos sociais que combateram para conquistar uma condição de cidadania.

As comunidades quilombolas contemporâneas têm como principal pauta de luta conquistas e reconquistas de seus territórios e, assim como em outros momentos da história, isso vai de encontro a muitos interesses e geram conflitos com o poder

público, que deveria protegê-los e também com a iniciativa privada que vêem seus territórios como locais para expansão de seus negócios.

Ao fim da década de 1980 as pesquisas sobre o assunto, realizadas por Alfredo Wagner Berno de Almeida, tão citado neste trabalho, tornaram-se referência para se compreender a realidade dos quilombos contemporâneos, também chamados de “terra de preto” em outros momentos. Compreender a abrangência e o significado das resistências quilombolas, que os permitiram ter continuidade histórica e a manutenção da cultura negra, tão fortemente, como nos primórdios de sua vinda ao Brasil é de suma importância para incrementar a história sobre as organizações negras no país, seu desenvolvimento na sociedade e toda as vivências das épocas do escravismo no Brasil que se pôde relatar, por isso além de resguardar os direitos de terra, de subsistência dos mesmos, é preciso destacar sua importância histórica, e um verdadeiro patrimônio imaterial.

As mudanças começam quando se percebe que os negros não são minorias em nossa população; que sua contribuição histórica está além da época da escravização; que sua participação na história do Brasil se organiza de forma peculiar, baseando-se nas grandes contribuições miscigenares tornando-os, na verdade, protagonistas nesse país. Outra grande mudança é o combate ao racismo, ainda tão necessário, que ao longo dos anos vem sendo mais fortemente combatido como um verdadeiro crime não só aos negros, mas à humanidade.

Por fim, a conquista do reconhecimento legal de sua existência e de suas terras não vem sendo suficiente, embora tenham sido primordiais, para dar fim às necessidades dos remanescentes de quilombos em nosso país, são necessários muito mais projetos, apoio social e político básico que dê a autonomia que as comunidades tanto buscam após tantos séculos de resistência.

Para além desta visão, ainda há a necessidade de uma revisão na historiografia que aborda a escravização, que está sendo vista como problema remoto e já resolvido, e que, na verdade, suas marcas ainda estão presentes no cotidiano dos envolvidos. Muitos historiadores foram importantíssimos para essa reformulação e até mesmo para a consolidação dos quilombos e de sua identidade.

Com esse processo ainda em andamento a realidade atual, conforme descrita neste capítulo, propõe uma variedade dinâmica de conceitos sobre a definição de quilombos remanescentes e da dificuldade no desenrolar do reconhecimento dos

mesmos como patrimônio cultural brasileiro. Tal reconhecimento tem sido decisivo para as comunidades e para as mudanças de mentalidade impostas pela sociedade, além das formas de ensinamento sobre a História do Brasil.

Nesse sentido, a abordagem sobre os quilombos é de cunho precioso e toda pesquisa deve buscar a evolução e a redenção dos milhares de negros remanescentes, que guardam em suas entranhas o sabor da libertação, durante muito tempo excluída e marginalizada, agora devem seguir olhando para frente.

3.2 Identidades e identidade quilombolas

A identidade pode ser entendida como elemento ligado ao pertencimento dos sujeitos a determinados grupos sociais, ocupar um lugar social. Localizar-se histórica e socialmente e ser parte da construção histórica de grupos é parte importante da construção das identidades dos sujeitos.

Entendemos a identidade como um processo em constante construção e reconstrução. A partir das vivências e das trocas com suas aprendizagens entre grupos em que estão associados e/ou que se opõem, a identidade é trabalhada a ponto de se fortalecer ou transformar-se.

As identidades são construídas a partir das relações que indivíduos mantêm na sociedade, das influências que recebem em seu meio, implicando na forma como se percebem e são percebidos pelo outro, nos grupos em que estão inseridos ou fora deles, num processo que se dá de forma individual e coletiva.

Ao mesmo tempo em que na família, no ambiente social mais amplo, em determinado contexto histórico ocorre afastamento e estranhamento de um determinado grupo étnico em relação a outros, considerados diferentes de si, também há aproximação e identificação mútuas. Essas formas de relação interferem direta e indiretamente na construção identitária de cada pessoa e de cada grupo, seja positivamente ou negativamente.

A hipótese aqui defendida é a de que os sujeitos apresentam variadas identidades, pois uma mesma pessoa poderá reconhecer-se e ser reconhecida como por exemplo, mulher, mãe, filha, negra, homossexual entre outras, e essa multiplicidade de identidades não se excluem nem tornam uma mais frágil do que outra. Suas junções formam o sujeito social que as carregam.

As múltiplas identidades formadoras dos sujeitos completam-se nas formas de luta, como meio para mantê-los ativos em suas vivências na sociedade, como no caso das identidades de mulheres e mulheres negras, de mulheres brancas e homens negros, que por vezes reúnem-se para defenderem interesses comuns, mas sem desconsiderar as necessidades específicas de cada grupo, pois, apesar de estarem circunstancialmente relacionadas, suas reivindicações se distinguem por interesses específicos.

Em outra perspectiva, as identidades por vezes se opõem diante das realidades sociais impostas aos sujeitos, nos momentos em que são constrangidos e precisam silenciá-las, como as famílias homofônicas que impõem aos membros uma heterossexualidade inexistente. Nesse panorama as pessoas se expressam identitariamente de modos diferentes, nos variados espaços sociais.

A identidade é um processo relacional, pois se constrói na relação de um sujeito com o outro; com o que é percebido como semelhante e o que é percebido como contrastante. Sua construção se firma no processo de autoconhecimento e de conhecer o diferente.

A construção de uma identidade coletiva é possível não só devido às condições sociais dos grupos, mas também por serem percebidas como importantes e, por isso, é uma construção e não uma inevitabilidade histórica ou natural. E mais, na afirmação dessa identidade coletiva há uma luta intensa por afirmar os 'modos de percepção legítima da divisão social, do espaço, do tempo e da natureza.

O conhecimento dos valores históricos e sociais, assim como os elementos que forjam individualmente os sujeitos, são aspectos centrais para a formação das identidades e sua conseqüente relação de pertencimento aos grupos, corroborando para a construção de uma identidade coletiva.

As identidades múltiplas são partes componentes de sujeitos múltiplos, em constante transformação, capazes de acessar campos sociais diferentes, pois apesar de únicos carregam diversos elementos formadores das muitas identidades.

Os sujeitos desenvolvem diferentes percepções sociais, partindo dos ensinamentos identitários, cada entendimento acompanha concepções, análises do social relacionadas aos seus valores e saberes.

Partindo dessa premissa, observa-se que as identidades múltiplas se organizam para o autoconhecimento do "eu", os sujeitos formam a si, partindo do

reconhecimento dos seus saberes e valores que compõem suas identidades individuais e coletivas.

O auto entendimento histórico-social de seus valores e saberes permite que os sujeitos compreendam seu lugar no mundo ao qual pertencem e percebam quem se opõe aos seus valores e referências culturais. As identidades são ao mesmo tempo pertencimentos e oposições a determinados aspectos sociais. Os sujeitos constroem suas identidades partindo de informações e percepções pessoais e sociais, da reunião de certos valores e influências que os levam a se constituírem como únicos, formando-se assim as diversas e diferentes identidades.

Os embates identitários oriundos das disputas por espaço e poder dentro da sociedade, por vezes, causam constrangimentos que levam ao silenciamento dessas identidades ou levando a comportamentos ambíguos: calando-se nos ambientes repressores ou nos espaços democráticos, expressando-se. Como exemplo dessa ambiguidade, observa-se em relações sociais onde um grupo exerce poder sobre o outro, quando hipoteticamente uma pessoa negra que exerce uma defesa explícita da identidade antirracista e em outros momentos são constrangidas a silenciar sobre sua identidade.

Nesse processo, percebemos que o silenciamento imposto socialmente a grupos identitários com menos voz, não retira deles sua identidade, pois o silêncio é por vezes uma estratégia para sobreviver à violência imposta. Nesses casos se percebe que o embate nem sempre é a maneira viável. Nesse processo o entendimento e a consciência de como se dão essas relações em variados espaços, repercute na maneira de se perceberem, no grau de pertencimento e na ocupação social, firmando sua identidade, mesmo em situações controversas.

Bauman (2005) faz uma analogia entre os confrontos identitários e as guerras, onde os sujeitos estão sempre em estado de alerta para defender suas identidades, por vezes não se importando com o que causaram para os demais. Nesses embates os grupos mais vulneráveis socialmente acabam sofrendo mais que os outros e de diferentes maneiras.

As disputas entre identidades, por vezes, colocam os grupos vulneráveis expostos, sendo necessário desenvolverem estratégias diferentes para se manterem na sociedade, em situações de defesa e proteção até mesmo da integridade física e emocional. Percebe-se também as relações de poder nos conflitos identitários quando

os grupos com maior espaço social impõem violentamente, ainda que se trate de uma violência simbólica, suas ideias, intenções, valores e práticas, enquanto os grupos com menor espaço encontram maior dificuldade de fazerem prevalecer aquilo que pensam e acreditam.

As “guerras” identitárias buscam especialmente sobrepor uma perspectiva histórico-social sobre outras, confirmando principalmente as identidades hegemônicas, tornando-as mais aceitas e, em contrapartida, outras identidades lutam para permanecerem vivas e superar os ataques sociais que lhes atingem diretamente.

Assim, os conflitos identitários configuram-se especialmente por dois fatores: de uma lado nós temos os grupos que buscam universalizar as culturas, tirando as especificidades de cada uma delas e diminuindo a sua importância para os grupos. Essa perspectiva é defendida principalmente pelos grupos que se norteiam pelas ideias eurocêntricas e têm maior apoio social de suas ideias, história e saberes. De outro lado, os grupos que historicamente foram colocados à margem da sociedade, defendem-se das tentativas de subjugação, desenvolvendo novos canais de comunicação para expor seus valores e saberes.

Segundo Kabengele Munanga, esse entendimento poderá nos ajudar a desvendar a especificidade do racismo em nosso país e compreender melhor os próprios discursos anti-racistas que reúnem tanto os pensadores da chamada direita, quanto os de esquerda. Os de direita acusam os negros em busca de afirmação da sua identidade de criar falsos problemas ao falar de identidade negra numa sociedade culturalmente mestiça; os de esquerda muitas vezes os acusam de dividir a luta de todos os oprimidos, cujas identidades numa sociedade capitalista deveria ser a mesma de todo e qualquer oprimido. (MUNANGA, 1994 apud GOMES, 2005, p. 44).

A consciência do que se é, individual e coletivamente, permite aos sujeitos a identificação do outro, do diferente de si. Sodré (2015, p. 39) aponta que “A identidade de alguém, de um 'si mesmo',   sempre dada pelo reconhecimento do 'outro', ou seja a representa o que o classifica socialmente. Essas classifica es de identidades estão cada vez mais num processo de disputas nas rela es de poder na sociedade e nos ambientes políticos.

Nessas situa es, em que os sujeitos recuam nos conflitos ou silenciam suas identidades não se colocam em uma condi o de mudança identitária, pois sua consciência histórica e social fortalece sua identidade. Ou seja, as rela es impositivas de identidades apenas lhes mostram as dinâmicas sociais e desvelam quem são o “eu” e “outro” na ciranda das identidades.

As identidades podem ser reconstruídas, partindo de experiências vividas, diante das cirandas das relações sociais e do fortalecimento da consciência histórico-social, como por exemplo, as construções e reconstruções das identidades das mulheres negras que, apesar de terem a identidade de gênero de um mesmo grupo de mulheres de outras etnias, têm experiências sociais diferentes.

Nessa toada, observa-se que nos conflitos identitários e nas imposições submetidas a grupos oprimidos socialmente, acontece uma tentativa de desconstrução dos sujeitos, através da descaracterização e desvalorização de seus valores e saberes identitários.

Contudo, apesar dos indivíduos contemporâneos sofrerem a influência do seu tempo com as imposições de saberes e valores, isto não significa que os valores ancestrais não sejam preservados. Os elementos que compõem as identidades dos sujeitos não se diluem, ao contrário, mantêm-se resistentes devido a uma consciência e autoconhecimento.

Quando o sujeito tem acesso a sua identidade ancestral, que é a formadora do conhecimento dentro dos grupos sociais, faz uma junção dos novos valores e saberes. Com esses, oferecem aos sujeitos uma releitura identitária, ou seja, as alianças entre as identidades novas e antigas, não apagam os valores primários ancestrais, mas os ressignificam.

As resistências dos valores ancestrais ocorrem, por serem as bases formadoras dos grupos sociais e dos sujeitos de forma individual. Esses construíram-se a partir das diversas experiências desenvolvidas nos grupos pelos seus sujeitos. Esses valorizam as vivências conjuntas e dão significados específicos à sua existência.

Podemos exemplificar com pessoas pertencentes a comunidades tradicionais, que mesmo tendo acesso a diferentes valores e culturas, continuam mantendo os elementos dos valores primários, como os indígenas, quilombolas e ciganos, que acessam as universidades ou funções na sociedade, na busca pelo conhecimento e/ou colocação social que não perdem suas identidades tradicionais.

Nessas situações, os grupos atuam para fortalecer as identidades e superar as imposições presentes nas relações sociais e manter vivos os saberes e valores dos grupos submetidos pelos sistemas, permitindo o fortalecimento dessas identidades oprimidas socialmente.

Os grupos atuam também como espaços para que as vozes silenciadas encontrem lugar de fala e escuta, de manifestações de seus saberes, oportunidades que venham a surgir dos conhecimentos individuais e coletivos dos participantes, formando assim valores identitários.

Os conflitos identitários fortalecem as identidades coletivas, pois despertam nos sujeitos os entendimentos dos valores e tradições que baseiam as identidades. Os embates despertam um mergulho na ancestralidade, em busca do total entendimento dos significados culturais, para que tenham segurança durante os embates.

A consciência histórica e social permite que os grupos étnicos, socialmente excluídos compreendam os elementos ideológicos impostos pelos grupos dominantes que têm a intenção de submetê-los, para assim anular as manifestações de suas identidades.

Diante desse processo de dominação os sujeitos de forma individual ou em seus grupos identitários, coletivamente, movimentam-se pela liberdade de serem quem são, de expor seus valores, pela ocupação de lugares sociais antes não alcançados. Esses movimentos constantes e a busca pela liberdade identitária são fatores determinantes de conflitos.

A liberdade procurada pelos grupos é a oportunidade de construir novos espaços para as identidades subjugadas socialmente, permitindo que suas vozes encontrem lugares de escuta, oportunizando aos seus sujeitos auto representarem-se e aos seus grupos.

É importante ressaltar, porém, que apesar das relações por vezes conflituosas entre o “eu” e “outro”, eles se ligam na completude das suas identidades, pois quando falamos o que somos automaticamente estamos também apresentando o outro, as características do “eu” opõe-se as do “outro”.

As diferenças compõem as identidades, pois a partir delas os sujeitos e seus grupos baseiam-se para viver em sociedade. Para defender um ponto de vista utilizamos como parâmetro o oposto, por exemplo sou “heterossexual”, ele é “homossexual. Apenas são necessárias as definições de características porque existe uma diversidade de outras.

Nessa perspectiva, o outro oposto ao “eu” serve como elemento de análise para a formação identitária, como em um espelho, os sujeitos observam o social e analisam quais os seus lugares, que elementos lhes compõem e quais os que são opostos,

diferentes, o lugar do outro é o que não é o meu. E nas relações entre o “eu” e o “outro” os sujeitos constroem suas identidades.

A identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença. Isto reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos. Por sua vez, na perspectiva que venho tentando desenvolver, identidade e diferença são vistas como mutuamente determinadas. (DA SILVA, 200, p. 76)

Nessa perspectiva, a identidade e a diferença, o “eu” e o “outro” estão ligados e separados. Quando discutimos a formação dos sujeitos, sem a presença do outro, oposto, não existe a referência do contrário, o que inviabiliza a construção da consciência do que se é. A identificação do outro, contrário do “Eu”, é construída nos embates e nas lutas nos diversos espaços sociais; é a defesa do que se é, dos valores e saberes ligados à formação, em detrimento do outro visto como o diferente.

As manifestações identitárias se expressam nas mais diversas características dos sujeitos: quando se anuncia o “eu”, as características pertencentes a ele também são expostas, como na identidade nordestina. Significa que o sujeito pertence à região Nordeste e não à região Sudeste.

A identidade quilombola é negada pela historiografia oficial, denominando tais povos como isolados da sociedade, mas o reconhecimento da diversidade étnica e cultural vem romper com essa ideia e traçar novas reflexões como fazem Almeida (1986), Silva (1977) e outros pesquisadores. Tais autores contribuíram significativamente para incorporar na contemporaneidade a ideia de que os quilombos não são apenas resíduos sociais deixados pela escravidão, consistem em grupos organizados que resistiram até os dias atuais com seus modos de vida, suas crenças e características únicas que enriquecem a identidade de todo o país.

3.3 As cirandas das identidades quilombolas

As questões relacionadas às identidades quilombolas estão intrinsecamente ligadas às origens étnicas, representadas através dos valores tradicionais dos povos africanos e afrodescendentes de quem descendem, compreendendo seus processos históricos e sua importância histórica para a formação do Brasil.

Os valores e saberes ancestrais têm relação direta com as heranças tradicionais, pois se manifestam através de elementos específicos de povos

ancestrais em forma de espiral, ou seja, os conhecimentos advindos da ancestralidade se renovam, adquirindo novas traduções com as influências de saberes contemporâneos, não perdendo porém a base identitária dos costumes e modo de vida.

Percebe-se que as identidades tradicionais não são imóveis. Com a globalização, o fácil acesso a outras referências e a novos saberes ocorrem novas formas de manifestações culturais e modos de vidas, somando-se aos antigos saberes que mantêm de forma contínua as identidades dos povos.

Nessa perspectiva, as identidades para as comunidades quilombolas são importantes formas de resistência, pois mesmo com todas as tentativas de apagamentos, iniciados a partir do escravismo criminoso e seguindo até os dias atuais, que visam negar sua existência e anular suas formas de manifestação cultural, a exemplo da criminalização dos quilombos, da capoeira e de manifestações religiosas. Diante de um contexto de opressão os povos negros resistiram e resistem com expressões identitárias, como a umbanda, as irmandades dos homens pretos, os quilombos e quilombolas.

As discussões relacionadas às identidades quilombolas precisam envolver questões ligadas às culturas, aos valores e às tradições, pois essas dimensões estão fortemente ligadas à oralidade e à memória, elementos fundamentais para a formação dos povos africanos e afrodescendentes, sendo constantemente construídos e reconstruídos.

3.4 Memórias e atemporalidade nas identidades quilombolas

As heranças das tradições africanas e as suas traduções pelas culturas afro-brasileiras podem ser melhor compreendidas através das análises das comunidades quilombolas, pois essas cumprem um papel importante na preservação das identidades desses povos, mantendo os valores e saberes ancestrais atualizados. Mesmo diante das mudanças sociais impostas pelo tempo, esses valores primeiros permanecem vivos e atuantes nas vivências e nas interrelações sociais.

As memórias são elementos fundamentais para a sobrevivência das identidades quilombolas, porque trazem os ensinamentos herdados pelos ancestrais

afro-brasileiros e africanos, permitindo assim que as novas gerações tenham acesso aos ensinamentos, tornando-os sempre ativos socialmente e atemporais.

Partindo dessa premissa, é importante ressaltar que os aspectos repassados com maior ênfase entre as gerações, utilizam-se especialmente dos saberes dentro dos círculos identitários, da construção do “eu” e do “nós” e não do outro, do diferente. Nesse aspecto, observa-se um direcionamento mais intenso para o que se é, ou pelo que é o grupo do que pelo que os outros são.

Características importantes para a construção dos saberes e manutenção dos ensinamentos ancestrais é a oralidade, pois essa tem a função de passar os conhecimentos atemporais de gerações para gerações. Tradição dos povos africanos, a oralidade exerce um papel muito importante na transmissão das memórias de cada comunidade, fortalecendo sua cultura e permitindo traduções que possibilitam aos sujeitos inserirem suas identidades individuais nos círculos identitários dos grupos.

A tradição negro-africana transmite o essencial. “É um sistema de auto interpretação”. Através da tradição oral, a sociedade explica-se a si mesma... A história falada dos africanos se aproxima de uma verdade ontológica, ou mais exatamente, ela fixa o olhar do homem nas questões ontológicas ignoradas pela história científica das sociedades europeias. (ZIÉGLER, 1971, p. 163)

No processo de construção das identidades dos grupos, os saberes coletivos são repassados, principalmente, por meio da oralidade, destacando os ensinamentos dos mais velhos para os mais novos. Os conhecimentos são um recurso repassado de boca a ouvidos, utilizado para a elaboração dos saberes quilombolas, a oralidade é uma das grandes heranças africanas para os afro-brasileiros.

Nesse sentido, entende-se que a oralidade é a voz das memórias ancestrais; linguagem principal utilizada, anterior ao surgimento das línguas escritas, utilizadas pelas culturas africanas como uma metodologia base para ensinamentos e aprendizagens sobre a vida cotidiana e a realidade social.

As tradições orais são elementos essenciais para a manutenção dos saberes e valores da população negra. Herança afro-brasileira, essa manifestação cultural é pilar para a sustentação ancestral, caracteriza-se como principal forma de comunicação entre as gerações, apreendida com bastante força nas manifestações culturais da população negra no Brasil, presentes na umbanda, no candomblé, nas comunidades quilombolas e demais grupos afro-brasileiros. A linguagem da oralidade manifesta-se principalmente através de diálogos, mitos, contos, danças e gestos.

A oralidade, como tradição coletiva da população negra, está intimamente ligada às identidades culturais afro-brasileiras. Ela mantém vivos os valores ancestrais, permitindo suas traduções entre as gerações e os saberes étnicos oriundos dos diferentes grupos étnicos africanos, são parte da formação do povo brasileiro, traduzindo-se, no Brasil, através das tradições orais que superam a distância e o tempo, mantendo viva a ancestralidade.

Nesse contexto, a identidade nacional está relacionada à memória cultural afro-brasileira, sendo necessário frisar a importância da oralidade para a história e a memória do povo negro no Brasil, que se expressa em inúmeros espaços e ocasiões, nos diferentes agrupamentos e manifestações culturais negros, como quilombolas, umbanda e movimentos sociais.

Apesar do desenvolvimento de diversas formas de comunicação e de construção de conhecimentos, as identidades afro-brasileiras mantêm a oralidade como base para a comunicação ancestral e o diálogo entre os descendentes e ascendentes. É na sensibilidade do conhecimento que é repassado através da escuta e das falas que conhecem suas tradições, seu espaço tradicional. A tradição oral é também um dos principais meios para o desenvolvimento dessas novas formas de comunicação, como no caso da escrita, que ganha força através das memórias dos povos africanos.

Os ensinamentos são repassados por gerações, com narrativas que caracterizam as linguagens identitárias locais, os modos de vida, as expressões e manifestações culturais. A tradição oral objetiva repassar conhecimentos ancestrais, ressignificando as tradições antigas, mantendo ativos os aspectos identitários que caracterizam o grupo.

A tradição oral exerce assim o papel de ensinar a muitas gerações conhecimentos ancestrais de modo que mantenham vivas as relações interpessoais e grupais e os saberes, permitindo a construção da identidade dos povos, em diferentes períodos históricos. Para os povos negros os ritos, as danças, a alimentação e os modos de vida se constituíram até hoje, desde a diáspora na travessia do continente pelo Atlântico, e mesmo com toda opressão imposta pelos colonizadores, vem mantendo-se por gerações as identidades negras vivas socialmente.

A oralidade dentro das organizações afro-brasileiras, assim como nas africanas, tem o poder de organizar, de ensinar e, em muitos casos, até mesmo de fazer justiça, através do diálogo, dos acordos de muitas ações coletivas e individuais. No caso das comunidades quilombolas pode-se ter por exemplo as decisões de onde irão ser realizadas as plantações dos roçados, as trocas dos dias de serviços e as lutas para proteger a sua cultura.

A identidade quilombola pode ser considerada como a forma mais expressiva de continuidade dos saberes e valores que caracterizam uma comunidade. Ela contém a base dos conhecimentos ancestrais, elementos essenciais para a sobrevivência cultural do povo, guardiã dos modos de vida, dos conceitos primários de um povo.

Ressaltamos que é partindo da tradição oral que as comunidades conseguem manter a base para construir-se e reconstruir-se, superando as mudanças sociais impostas pelos opressores e pelo tempo. A oralidade pode ser entendida como as vozes das memórias ancestrais para as comunidades de quilombos, daí constituem sua força nas decisões, não é uma questão de manter-se intocável com o tempo, e sim de manterem-se vivos, de não perder o significado histórico.

As identidades afrodescendentes e quilombolas utilizam-se da tradição oral para se afirmarem de forma incisiva dentro dos grupos, utilizando simbologias específicas dentro da cosmovisão africana e dos elementos individuais locais, as crenças e ensinamentos são mantidos vivos e adaptam-se às releituras sociais e históricas. Tomando por exemplo os conceitos culturais afro-brasileiros, como religiosidade e dança, seguem mantendo os seus símbolos e particularidades, apesar das releituras que são incorporadas pelas influências das identidades individuais dos sujeitos.

As características das manifestações da oralidade para as comunidades quilombolas, permitem a assimilação dos valores e princípios históricos pelos sujeitos sociais. Essa assimilação leva à consciência do que se é, de como se constituiu coletivamente e individualmente, tornando possível a construção da identidade quilombola. É o sentido histórico, o conhecimento do que é nessa construção coletiva, a partir dos elementos simbólicos que fortalecem os vínculos dos sujeitos com seu grupo ancestral.

Para as comunidades quilombolas os conhecimentos ancestrais por muitas vezes são repassados através das falas e ouvidos, partindo das contações das histórias orais, transmitidos principalmente dos mais velhos para os mais novos. Particularidades e ensinamentos relacionados à cosmovisão são elementos essenciais para o repasse desse saber e manutenção da identidade.

E devemos entender mito no sentido que lhe dá Eliade (1992), ao dizer que ele é o relato de uma verdade sagrada, ou seja, de um evento primordial ocorrido no início do tempo, do que se passou a origem. Seus personagens são deuses ou heróis não humanos, cuja gesta é um mistério que o homem não poderia conhecer se fosse revelado. Então, contar o mito é fundar a verdade absoluta através da revelação do mistério. (MARTINS, 2012, p. 38).

As memórias coletivas, nas comunidades quilombolas são importantes representações de suas construções axiológicas, que dão sentido histórico às ações sociais, transformam-se em saberes que são repassados por gerações.

A tradição oral, dessa maneira, tem grande destaque, pois é a partir dela que os mecanismos de transmissão dessas memórias são mantidos vivos nas comunidades, superando as ações do tempo. A resistência quilombola passa especialmente consciência de sua identidade, através da continuidade dos saberes ancestrais, que se mantêm vivos a partir das memórias coletivas transmitidas pela oralidade. Percebe-se que mesmo com todas as mudanças sociais, impostas pela globalização, elementos formadores da cultura negra continuam essenciais para a vida nas comunidades, como a alimentação, as danças e manifestações religiosas.

A identidade quilombola tem ligação íntima com a consciência das diferenças, entre o que se é, suas características históricas e seus saberes sociais, e de quem são os outros. Ou seja, a partir da consciência identitária percebe-se as diferenças entre si e o outro. Para as comunidades de quilombos historicamente o autoconhecimento histórico e social, a consciência de si, são elementos base para a construção da identidade negra e quilombola.

As ideias disseminadas pela cultura dominante de forma racista, em relação às culturas afro-brasileiras, expõem uma dicotomia entre a supervalorização da cultura eurocêntrica em detrimento das culturas africanas. Desse modo o que se relaciona ao continente europeu torna-se referência, ganhando destaque em todos os setores da formação social. Por outro lado, o que é produzido e colocado em prática pelos africanos e afro-brasileiros, geralmente é folclorizado, invisibilizado e desconsiderado.

Cunha Jr. (2009) afirma que a identidade a partir da ancestralidade é a principal referência das comunidades quilombolas, pois ela se baseia em conhecimentos ancestrais, que se mantêm atualizados. Esses conhecimentos contribuem para que as memórias ancestrais permaneçam atemporais, através da oralidade que continua ecoando nos territórios quilombolas. São manifestações dos saberes e conhecimentos coletivos e afetam significativamente aqueles que pertencem ao território, ou seja, a construção das identidades individuais sofre influências da coletividade.

Nesse sentido, observa-se que a falta da consciência ancestral coletiva da identidade quilombola contribui para a negação da identidade individual. A desvalorização social da cultura afro-brasileira, gerada por um sistema racista e a consequente falta de conhecimento sobre a cultura afro-brasileira propicia um imaginário negativo para a sociedade e particularmente para as pessoas negras, que se afastam de suas referências identitárias e negam as identidades coletivas ancestrais.

A negação da identidade negra está intimamente ligada à forma como o sistema representou historicamente a imagem do negro e de sua cultura; a depreciação de tudo que está relacionado aos afro-brasileiros perpetua um imaginário social com adjetivos negativos e depreciativos, levando-os a evitar uma ligação com esses adjetivos. Isso é perceptível quando analisamos as representações sociais.

Um fator que poderia contribuir para a melhoria da autoimagem da pessoa negra, socialmente, seria o desenvolvimento de uma identidade negra coletiva, pois esse acontecimento lhe proporcionaria uma ideia mais coesa do que seria, de fato, a cultura afro-brasileira e o que ela realmente representa. Essa identidade conjunta proporcionaria aos indivíduos, que são vítimas de racismo, um maior poder de defesa contra esse ato inaceitável. (SILVA; RIBEIRO, 2015)

A construção da consciência negra na sociedade brasileira sofre com o lugar historicamente reservado às identidades afro-brasileiras e por representações repletas de racismo e estereótipos que inferiorizam não apenas as pessoas negras individualmente, mas o povo negro como um todo. O ideal imagético de negros inferiores e brancos superiores forma-se na consciência dos negros, contribuindo para reprimir a auto identificação e o pertencimento ao grupo afro-brasileiro.

Os valores ancestrais, mesmo vivos nas comunidades quilombolas, muitas vezes são negados, individualmente, no convívio social. Isso ocorre por parte dos quilombolas para evitarem o constrangimento de serem identificados como inferiores, suscitando o desejo de pertencerem a grupos com melhor imagem social e levando-

os assim a negarem sua própria identidade ancestral. O desconhecimento acerca dos saberes ancestrais faz com que as relações de pertencimento sejam frágeis, diminuindo a aproximação com a identidade quilombola.

Existe na sociedade brasileira uma promoção vigorosa dos elementos culturais eurocêntricos e o sistema trabalha, detalhadamente, na desconstrução das identidades afro-brasileiras, em todos os setores sociais, como nas instituições de ensino, que mesmo com a aprovação da Lei Nº 10.639/2003, que determina a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, não aplicam de forma exitosa na prática e muitas vezes são realizadas atividades apenas no mês de novembro. As mídias são outro ponto a ser destacado, pois repassam e fortalecem a imagem do negro como submisso, mantendo vivo, assim, o ciclo vicioso que dissemina representações dos grupos afro-brasileiros como inferiores.

Os padrões estabelecidos socialmente, que relacionam os elementos da cultura afro-brasileira à inferioridade, regulamentam o que será aceito e bem recebido e o que terá rejeição social. Nessa premissa, com a construção da imagem social do negro como inferior, a aceitação da identidade afro-brasileira é contida por parte dos próprios negros, por receio da rejeição, e de não poderem acessar os espaços almejados, de serem colocados à margem. Essa recusa pode ser resultante, também, da necessidade de ser aceito socialmente. A busca por adequação aos modelos socialmente aceitos, leva os indivíduos negros a procurarem uma aproximação com os elementos identitários de outras etnias.

As comunidades quilombolas encontram dificuldades de fortalecer suas identidades e mesmo diante da grande gama de saberes e memórias ancestrais esse acontecimento ocorre principalmente por conta dos conflitos sociais estabelecidos, dentro de um ambiente hostil e conflituoso. O medo do embate faz com que evitem se manifestarem sobre suas memórias ancestrais com mais tranquilidade, o que dificulta a construção da consciência histórica nos territórios quilombolas. Nesse sentido, é essencial discorrerem com bastante profundidade sobre os valores e saberes relacionados à tradição oral, pois assim as identidades quilombolas e o pertencimento ao grupo ganham mais força e sustentação diante dos conflitos.

O fortalecimento da identidade está diretamente relacionado ao pertencimento. Algumas ações podem contribuir para o fortalecimento identitário nas comunidades quilombolas, as experiências das práticas vividas dentro das tradições e os costumes

contribuem para resgatar o pertencimento dos indivíduos ao grupo. Esse pertencimento se faz repleto de símbolos e significados, de memórias ancestrais, de representação e consciência, aspectos essenciais na construção identitária.

Identidade é de fato algo implícito em qualquer representação que fazemos de nós mesmos. Na prática é aquilo que nos lembramos. A representação determina a definição que nos damos e o lugar que ocupamos dentro de um certo sistema de relações. O idem latino faz referência à igualdade ou estabilidade das representações, possibilitadas pela ordem simbólica e pela linguagem, mas também à unidade do sujeito consigo mesmo. A consciência, enquanto forma simbolicamente determinada, é lugar de identidade (SODRÉ, 2015, p. 35).

As identidades afro-brasileiras existentes nas tradições quilombolas no território brasileiro contribuem para as manifestações da oralidade dentro das comunidades, pois elas agem na educação e na formação dos sujeitos sociais, deixando explícitos suas histórias individuais e coletivas, a diversidade de conhecimentos existentes nos territórios e possibilitam o pertencimento dos sujeitos aos seus grupos.

A oralidade traz consigo os conhecimentos ancestrais das comunidades tradicionais e a diversidade dos saberes envolve elementos relacionados a incontáveis áreas do conhecimento científico e popular. A construção de uma identidade positiva nas comunidades quilombolas permite releituras desses múltiplos conhecimentos, fortalecendo também as identidades coletivas dos territórios.

Segundo Bâ (2010) os problemas causados pelas identidades negadas podem ser superados pela valorização da oralidade, pois essa desperta o pertencimento e dá destaque às heranças dos saberes e culturas ancestrais. Através das identidades recuperadas há a possibilidade de ajustes nas relações sociais, permitindo mais igualdade entre os grupos, com maior atenção e respeito aos espaços coletivos e individuais dos sujeitos, como nos fala Oliveira (2014):

A identidade individual e coletiva tem suas bases ou pontos de referência em conhecimentos vividos pessoalmente e em ensinamentos, na tradição em grupo, etc. Esses itens são encontrados na memória. É ela que guarda as diretrizes de organização e de aceitação de um grupo social. (OLIVEIRA, 2014, p. 69).

No Brasil há uma explícita negação das comunidades quilombolas e daquilo que as constitui. Para tanto, o mecanismo utilizado para a tentativa de apagamento é desvalorizar e desrespeitar os saberes ancestrais e representá-los como menos importantes do que os saberes científicos. Outro componente desses mecanismos

são as tentativas de silenciar as memórias ancestrais do território e assim enfraquecer as identidades quilombolas.

As comunidades quilombolas são ambientes de produção de saberes que estão intimamente relacionados com os processos sociais e históricos, envolvendo os sujeitos com seus antepassados, assim como com o que foi construído por eles. Esses encontros geracionais ocorrem através das memórias ancestrais, que superam as tentativas de apagamentos e se reinventam na forma de apresentar-se a partir das traduções das novas gerações.

As tradições orais também consideram os saberes construídos pelas identidades individuais dos sujeitos, que recebem os saberes das identidades coletivas do território através das memórias e oralidade e fazem suas traduções para a vida social, levando em consideração suas visões de mundo.

É importante ressaltar que as identidades coletivas são o conjunto dos saberes e valores base, construídos por todos os sujeitos que os compartilham, independente da geração em que estes viveram. Dessa maneira, para construir-se a identidade coletiva é necessário considerar as identidades individuais dos pertencentes ao grupo.

No que diz respeito às ações contrárias ao fortalecimento das identidades afro-brasileiras é importante fortalecer os conhecimentos oriundos das memórias ancestrais, pois esses são a representação dos saberes dos grupos. O sentimento de pertencimento aos quilombos sedimenta as consciências sobre quem se é e o significado do grupo social, conseqüentemente fortalecem as identidades coletivas e individuais dos sujeitos e dos grupos.

O multiculturalismo presente na sociedade é filtrado pelo eurocentrismo, que representado como base ideal para todas as culturas e repassado como referência única; ao mesmo tempo, a disseminação de informações em massa, oriundas da globalização, coloca em cheque as identidades dos grupos sociais tradicionais, que têm características específicas e se mantêm através dos conhecimentos ancestrais.

A Globalização permite mais facilidade das informações e acesso a novas culturas, esse acesso, em contraponto vai distanciando os mais novos dos saberes ancestrais. Nas comunidades quilombolas as informações externas podem contribuir para o não fortalecimento da identidade. Essas influências vão se diluindo na comunidade ao ponto de haver um apagamento da cultura ancestral do quilombo preservada pelos mais velhos.

O interesse em depreciar as identidades quilombolas é parte de uma intencionalidade racista, de excluir o que foge do que é considerado um padrão cultural hegemônico. Esse tipo de visão contribui para formar sujeitos passivos, que não reagem diante do preconceito e da discriminação racial e desse modo reduz ou submete seu modo de vida e sua existência, tanto individualmente quanto coletivamente, como grupo étnico. Nesse sentido, é o que observa D'Adesky (2001, p. 40).

A identidade cultural implica um processo constante de identificação do “eu” com o outro e com o todo e desse todo com o eu, o que implica uma espécie de comunhão, ou aceitação de modo cordial, algo mais profundo do que os elementos básicos do epicentro de etnicidade comum (raça religião e lugar).

Os estigmas sociais que atingem os afro-brasileiros podem ser considerados como uma grande violência histórica. A população negra e em especial a população quilombola continuam à margem da sociedade, sofrendo com o racismo e as discriminações em diversos espaços sociais, além de serem continuamente reduzidas ou anuladas a sua importância histórica, sua sobrevivência em condição precária e sua vida em constantes riscos.

Vale destacar o papel fundamental dos movimentos sociais negros na defesa e valorização das identidades negras, do direito a condições dignas de existência. Foi a partir das lutas e reivindicações que se tem conquistado políticas públicas que valorizam a cultura negra e denunciado as diversas formas de racismo praticadas na sociedade. Mas, apesar dessas conquistas através do movimento negro e quilombola, ainda será necessário superar diversas barreiras e conquistar um acesso igualitário aos diferentes espaços.

É importante destacar que o respeito às identidades negras e quilombolas na sociedade deve se dar de forma ampla e não limitada a momentos festivos. Seria enriquecedor para o fortalecimento da identidade cultural brasileira, pois essas identidades são fundamentais para a melhoria do país. É preciso o reconhecimento da enorme contribuição dos afro-brasileiros em diversos campos, para o desenvolvimento do país.

Os saberes oriundos das comunidades quilombolas poderiam ser amplamente utilizados na vida social brasileira, como por exemplo nas áreas da saúde e educação e nas manifestações culturais de modo geral. Contudo, esses saberes são vistos pela sociedade racista como algo de menor importância, por essa razão são trazidos à tona

em datas pontuais e não como algo que constitui a realidade brasileira, tornando-a cultural e socialmente mais rica, mais democrática e interessante.

Neste capítulo, destacamos os aspectos conceituais de quilombos, quilombolas e as identidades que os formam e os cercam socialmente, destacando sua formação histórica e organizações sociais. Os quilombolas desenvolvem suas identidades coletivas e individuais através das suas relações sociais e com suas bases ancestrais. A seguir, destacaremos os conceitos e características da formação do território.

4 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: EM BUSCA DA IDENTIDADE COLETIVA E INDIVIDUAL QUILOMBOLA

As relações territoriais quilombolas fazem parte da luta dos remanescentes dos quilombos dos grupos identitários étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria de identificação específica de um povo que busca legitimar suas tradições e sua terra. Conceituando o que iremos discutir temos uma visão geral que território/territorialidade é “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território” (LITTLE, 2002, p. 3).

Os geógrafos Milton Santos e Maria L. Silveira buscaram representar os brasileiros pelo seu território, de forma que os mesmos acreditam que:

[...] conectando-se a divisão e expansão do território à divisão do trabalho, que define, a cada momento a capacidade de agir das pessoas, firmas e instituições (...) e as localizações econômicas resultavam da combinação harmoniosa entre as necessidades de cada produto e as condições preexistentes (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 51).

Ainda segundo Milton Santos, o debate sobre o território vem desde muitos anos e o estudioso aponta que:

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (SANTOS, 1998, p. 137).

É muito importante a própria comunidade se identificar como tal, e ter consciência e identidade étnica enquanto grupo, sabendo de sua ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Isso irá facilitar o alcance dos direitos territoriais negados ao longo da história do negro no Brasil. A terra também deve ser utilizada de acordo com a presunção de ancestralidade negra, onde as atividades produtivas estejam ligadas às características comuns àquele povo, os quais, ao lado de todas estas outras características, conformam uma comunidade quilombola.

Os aspectos supracitados fazem referência a leis que regem estas tradições por meio do Decreto Nº 5.051, de 19 de abril de 2004, apresentando status

constitucional, uma vez que foi aprovado seguindo o rito equivalente às emendas constitucionais, os quilombolas podem se resguardar nesta legislação em busca de seus direitos, embora saibamos que a existência da lei não garante que os direitos existenciais, territoriais sejam reconhecidos.

O território quilombola é legitimado no Artigo 2º do Decreto Nº 4.887/2003, e são consideradas terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos aquelas utilizadas para a garantia de sua produção e reprodução física, social, econômica e cultural. Quando vislumbramos este entendimento podemos perceber que foi dado aos quilombolas uma ampliação justa do que seja sua terra, pois não se leva em conta somente a terra em si, demograficamente falando, mas toda a visão sociológica, cultural, principalmente histórica deste povo. Assim sendo, um território quilombola seria um instrumento que ultrapassa o sentido da terra e chega a carga simbólica agregada a mesma, a partir de seu uso pleno e continuado pela ação de um determinado grupo humano.

As legislações brasileiras confirmam e reconhecem as necessidades e os direitos autênticos dos remanescentes quilombolas, e aponta que:

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

Toda essa carga que envolve o território quilombola deve ser vista com muito apreço e atenção, tanto pelos próprios quilombolas quanto pelos que deveriam aplicá-los, levando em consideração as prerrogativas da Constituição e tudo que lhes é garantido por lei. A luta ainda é bastante árdua e o domínio dessas características como foi lembrando no início deste capítulo, a atribuição de sua identidade é essencial para a efetivação, pois é a partir da legitimação que ocorre a efetivação do direito ao território, pois o território é o todo que garante a perpetuação da vida e a comunidade e seus membros são uma de suas partes. Dessa forma podem se apresentar como titulares dessa história.

De acordo com o INCRA, órgão regulador nesse cenário, ao se pautar o território quilombola é preciso levantar todas estas peculiaridades históricas, considerando a ocupação atual das terras, mas o que é de direito e os espaços para tanto necessários à reprodução física e social da comunidade, permitindo que os mesmos consigam cultivar suas vivências de forma justa, honesta e tranquila, como

qualquer outro cidadão brasileiro. Deve-se entender que o pertencimento ao grupo étnico, como é neste caso, é submeter-se ao que é historicamente regado para eles que vão se mantendo de geração para geração. De acordo com o órgão regulador:

No caso de um grupo étnico camponês, como os quilombolas, que fundam sua existência sobre o uso intensivo e extensivo, prático e simbólico de um determinado território, esse elemento acaba por assumir um papel essencial a reprodução física e social do grupo. Portanto, o território para um grupo camponês tradicional ocupa o lugar de elemento central no processo identitário grupal (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2013).

O fato de estar permanentemente na terra não gera por si só uma identidade territorial étnica, uma série de dimensões que simbolizem socialmente o povo deve existir. A relação de um povo com sua terra é de extrema importância e perpassa por uma construção bastante complexa de estreitamento histórico-social, onde as formas de acesso vão para além da ocupação da terra.

A territorialidade quilombola está intrinsecamente ligada ao corpo étnico desse povo, que possui há anos a mesma cultura, língua, religião, hábitos e origem, formando uma homogeneidade, a qual permanentemente cria um diálogo com a própria história do Brasil. O território quilombola é uma herança de seus ancestrais, herança esta que abre um leque de possibilidades de conhecimento, como foi dito anteriormente, onde a própria origem do país se confunde com a deste povo.

Este assunto abrange uma ressignificação importante na análise da história do Brasil, sem deixar de lado a grande relevância em se tratar este assunto no que diz respeito às normatividades de reconhecimento legal, para que a autonomia da população quilombola seja efetivamente reproduzida.

A efetiva argumentação e lógica também da identidade étnica é justamente a existência de um território que foi conquistado séculos atrás e transcorreu todo esse tempo lutando pela mesma terra, buscando não ser disseminado como os índios ou isoladas como muitas aldeias, jogadas às margens da sociedade, mas procurou-se perpetuar, ampliar os caminhos da geração em famílias tradicionais dentro do convívio dos antepassados.

Existe uma territorialidade própria, a qual significa para eles sua própria história, que por muitas vezes esbarrou em processos jurídicos que quiseram levantar a hipótese de criar apenas normas que vissem a terra como instrumento de disputa. A consanguinidade que manteve os hábitos vivos até hoje, e por isso, temos os

remanescentes quilombolas que vivem em muitos locais idênticos aos de seus antepassados, é preciso compreensão por parte das autoridades responsáveis quanto a necessidade de respeito e fornecimento de estrutura ideal para que continuem vivendo ao seu modo e no lugar que seus avós, bisavós, tataravós conquistaram.

As lutas pela regularização territorial são essenciais para as comunidades quilombolas, porém existem muitas outras, como o direito a manutenção dos valores e culturas e o direito a vivenciar as identidades étnicas. Nesse sentido, os ataques que dificultam o acesso irrestrito à terra, são também direcionados a dificultar o auto reconhecimento das identidades quilombolas.

A territorialidade quilombola, nesse sentido, caracteriza-se pelos espaços sociais, em que se manifestam as tradições e valores culturais do povo, em torno da qual são elaborados os modos de vida ancestrais, baseados nas demandas políticas, econômicas e culturais dos quilombolas.

O artigo 68, citado no início deste capítulo visou assegurar esta titularidade aos quilombolas mesmo sabendo que em muitos locais o mesmo não é respeitado. O esforço dos remanescentes quilombolas, dos movimentos sociais que os apoiam, antropólogos e demais atores sociais que estão engajados nesta questão, têm sido no sentido de conjugar a aplicação do referido dispositivo às diretrizes dos artigos 215 e 216 da Constituição, que dispõem sobre os direitos culturais. Regulamentando tais preceitos constitucionais, uma inovação importante, obra da mobilização crescente no âmbito dos direitos dessa população e com a ajuda das redes sociais, foi implementada por meio do Decreto Nº 6.040/2007, ao ser instituída a Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e das Comunidades Tradicionais como uma conquista efetiva, pelo menos no ponto de vista legal.

As conquistas motivam as comunidades remanescentes quilombolas a fazerem seus direitos serem postos em prática. É sabido que cada comunidade tem sua própria história, cada território atravessou as transformações que lhe determinavam as contingências. Esse direito é exercido pelas famílias que hoje vivem nesses locais e, por meio de seu trabalho, num acordo entre a apropriação privada e pública do território e seus recursos vão se criando fortes localidades quilombolas ao longo do Brasil.

O reconhecimento dos territórios quilombolas, de seu valor cultural, atemporalidade que ali existe, trazendo uma importância inestimável à história de

nosso país, se sobrepõe a quaisquer formas de querer desvalorizar ou de preconceito também enraizado nesta nação. Existem sim, barreiras que podemos chamar de barreiras étnicas, as quais impossibilitam a livre movimentação deste povo sem que precisem sempre resistir a algum tipo de problema quanto aos seus direitos. Nome esse que já vem carregado de significado. Quando se tem um direito, não deveríamos ter a necessidade de brigar por ele. O fato é que a identidade cultural é exatamente o elemento encantador que dará dinâmica e que vinculará as decisões sobre a destinação, o uso e as transformações do território à deliberação do principal sujeito implicado, qual seja, a comunidade quilombola.

Não se espera uma compreensão fácil do que seja o território, principalmente aquele pertencente a povos específicos, mas não podemos é deslegitimar a noção de território, a democracia e a liberdade das memórias étnicas que vêm em conjunto com os remanescentes quilombolas. O reconhecimento deve ser o mais próximo da realidade, fiel com os fragmentos de diversas áreas como cultura, hábitos que se juntando vão formar a consciência étnica deste povo.

O agrupamento étnico torna ainda mais necessário que esse grupo pertença a um território. Não vamos encontrar uma entidade homogênea e intacta, pois com o tempo os vários séculos permitiram que outras culturas se misturassem dando pluralidade, a depender da localidade de onde esteja a população quilombola do Brasil.

O INCRA explica que não somente ele é responsável por essa política. Segundo publicação do órgão, em 2014, a política federal para quilombos está vinculada ao Programa Brasil Quilombola (PBQ), coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR). Esse programa foi lançado em 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. E como desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto Nº 6.261/2007), que agrupa as ações de diversos ministérios voltadas às comunidades em quatro eixos principais, quais sejam: 1) Acesso a Terra; 2) Infraestrutura e Qualidade de Vida; 3) Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; e 4) Direitos e Cidadania.

Ao INCRA cabe titular tais territórios, mas são os municípios que irão expedir os títulos em seus domínios, dessa maneira vê-se tamanha diversidade dado o fato de que de um município para o outro as leis específicas podem mudar o atendimento

a esta demanda. Por exemplo, alguns estados, como Rio Grande do Sul, possuem já uma lei mais exclusiva para tratar do assunto.

Ainda segundo dados do INCRA, em 2017, em relação ao território nacional (8.515.767 km²), a área trabalhada pelo INCRA em favor das comunidades quilombolas não chega a 0,12% da extensão territorial do país. Muitos especialistas apontam que sendo tão pequena a margem de participação dos quilombolas não se pode apontar que tal parcela da população seja responsável por qualquer objeção ao desenvolvimento do país, sendo assim, não deveria ser tão complicado identificar e titular tais territórios.

De acordo com Leite (2010, p. 18), “a invisibilidade dos grupos rurais negros no Brasil é a expressão máxima da ordem jurídica hegemônica e expõe uma forma de violência simbólica”. A característica principal é a criminalização daqueles que lutam para permanecer em suas terras. Isso é o que mais ocorre no Brasil e não é possível não enxergar tal realidade de discriminação e desrespeito com os negros e sua história. Algumas pesquisas e mobilizações políticas de remanescentes de quilombo trazem para a realidade dos debates a reclamação dos direitos fundamentais da população negra brasileira. Sabe-se que desde a década de 1980 o debate sobre a questão quilombola entrou no cenário político nacional e culminou, no ano de 1988, com os quilombos tornando-se matéria constitucional (MOURA, 2001).

A maioria das comunidades quilombolas remanescentes vivem em zonas rurais ou em zonas urbanas menos abastadas. Com isso, sempre tiveram que ser sinônimo de resistência para serem enxergados como cidadãos e ter seus direitos, do mais simples ao mais complexo. Para Leite (2010) o conceito de identidade social dá espaço para o reconhecimento das instâncias organizativas dos grupos que se auto reconhecem, a partir de noções de pertencças construídas e legitimadas no interior dos próprios grupos, embora decorrentes de dinâmicas e forças sociais em movimento.

São muitas histórias, que guardam conflitos antigos. Esperava-se que com a evolução da sociedade não fossem mais gerar grandes confusões sociais ou mesmo jurídicas. Infelizmente, na realidade atual não se modificaram todas as situações do passado, em que o negro ainda se encontra marginalizado e são poucas as chances, no Brasil, de modificar o cenário envolvendo tais conflitos de ordem territorial e social. Os quilombos devem ser vistos como resistência, como herança histórica deste país. Quando não conseguimos ter a dimensão desta necessidade histórica, acabamos por

negligenciar uma parte importante da nossa própria vivência. A criminalização de várias práticas e grupos negros, que se fossem realizadas por pessoas brancas seriam vistas de forma diferente, explicitam a forma mais comumente usada para transformá-los em “foras da lei”, justificando com isso a sua exclusão social pela via da condenação penal e com isso fechando os ciclos de oportunidade desde o início. É desde esse lugar que muitas lideranças de grupos negros passaram a ser cassadas, encurraladas e banidas (LEITE, 2010, p. 30).

Ao falarmos em território quilombola o que vem à mente de muitas pessoas é a visão de terreiros de candomblé, capoeira, danças diversas de origem africana (e nada a ver com as brasileiras), roupas africanas etc. Quando na realidade muitos dos remanescentes quilombolas atuais já se misturaram com a cultura branca brasileira. Por exemplo, no Nordeste do estado do Ceará, as comunidades remanescentes quilombolas são em sua maioria católicas e neste aspecto a Igreja tem uma forte influência política, econômica e cultural sobre a forma como se vive nestes lugares.

Ao lembrar desta comunidade, de acordo com estudo de Nascimento (1980), a formação do quilombo de Pitimandeuá se deu a partir do agrupamento de negros na fazenda Menino Jesus e, durante todo o período de existência de Pitimandeuá, a comunidade revendia o excedente de seus produtos agrícolas com comerciantes de Castanhal e Belém, ou dirigiam-se eles mesmos para as feiras livres das cidades, a fim de comercializarem a farinha produzida nos retiros da comunidade, também chamados de casa de farinha. Essa relação constrói um forte laço de solidariedade entre os quilombolas, ao mesmo tempo em que cria possibilidade de autonomia. E vemos então a forma como se constrói uma identidade territorial em determinado lugar. Foram estas características que definiram o resgate da historicidade quilombola e a miscigenação com as demais organizações culturais.

O Brasil é uma mistura de povos, de cores, de experiências que não devem se sobrepor uma às outras, mas sim se unirem para formar um povo produtivo, constantemente fortificado em suas raízes diversas. Essa deve ser a estratégia de uma forma geral, independentemente de falarmos dos quilombos, dos camponeses, índios ou quaisquer outros. Tal pensamento fortalece inclusive o processo de apropriação dos latifúndios e das áreas, pois ao alocar-se em determinados lugares respeitando as fronteiras de identidade é que se atinge a autonomia.

De acordo com os últimos documentos levantados pelo INCRA, segue assim as terras tituladas no Brasil para os quilombolas:

Figura 5 – Terras Quilombola tituladas e em processo no Incra



Fonte: INCRA,2017.

O Brasil dos quilombolas está presente de forma ampla no território brasileiro, vivo dentro de outros territórios, mas se sentindo intruso. Como vemos no mapa acima, ainda há muito que ser legalizado. A demarcação de terras quilombolas é uma luta de anos, como vem sendo dito e em toda parte encontram-se pessoas que procuram dedicar-se a resistir e garantir este direito. Há uma história que resiste

dentro destas comunidades. Esta questão só será melhor resolvida diante de ações de órgãos como o INCRA, dos órgãos locais de cada cidade ou estado e do próprio Ministério Público sobre o Estado. Esse último tem a função de desapropriar as fazendas, considerando dois tipos de titulação: a) conceder o título individual para os que têm a terra a partir da herança dos fundadores da comunidade; e b) desapropriar e indenizar os fazendeiros, devolvendo e redistribuindo a terra (COUTO, BRITO e PINHEIRO, 2018).

O que vemos são disputas que envolvem fazendeiros, que com seu poder aquisitivo têm maior influência quanto ao domínio da terra e aqueles que segundo Milton Santos são pioneiros nestes territórios. Destacamos que as comunidades quilombolas formam mais de 3.500 assentamentos no território nacional. São uma das mais incisivas marcas da presença negra na territorialidade brasileira, fruto de uma resistência que perdurou por gerações sucessivas.

Se seguirmos os documentos da Fundação Cultural Palmares, atualmente, o Brasil possui 3.475 comunidades remanescentes de quilombos, sendo 2.819 delas certificadas por esta entidade. A Fundação faz parte do Ministério da Cultura e é responsável pela preservação da cultura e promoção de políticas públicas voltadas à população negra. Acrescente-se o fato de que para alcançar esta titularidade são estabelecidos critérios críticos que o INCRA lança sobre estas comunidades e os estados e municípios que também podem agir neste contexto, por isso torna-se ainda mais difícil conseguir essa declaração.

Para melhor entendermos, a Comissão Pró-Índio de São Paulo auxilia na busca de algumas comunidades, dado o fato de existirem muitas etapas a cumprir, que começa após abertura do processo com a Certidão da Fundação da Comunidade de Palmares, análise de um comitê regional, passando pela consulta de vários órgãos nacionais, entidades que irão atestar e se for necessário contestar tais processos. Aqueles que passam por estas etapas ainda devem ser analisados por questões de situação fundiária, para chegar até a Casa Civil e Advocacia Geral da União. Mesmo depois de todo esse processo, ainda existem diferentes caminhos como vícios de títulos, até a possível outorga do título e registro em cartório.

De acordo com a própria Comissão Pró-Índio alguns dos fatores apontados como motivos para a lentidão na expedição da declaração são a burocracia existente

e as disputas pelo território, além da redução do orçamento do Incra nos últimos anos e a falta de interesse governamental pela promoção desta política nacional.

Devemos então nos perguntar por que há tanta dificuldade em devolver o que pertence aos povos por direito. Além das disputas com fazendeiros e donos de terra com alto poder aquisitivo, como foi dito, ao conseguir a titulação, as comunidades passam a ter acesso a políticas públicas, gerando algumas despesas que estados, municípios e o próprio governo dificulta. Mas sem dúvidas, a obtenção do título é de suma importância quando vemos que “é o que permite que esses povos planejem com mais segurança o uso das riquezas naturais, criando melhores condições de vida e oportunidades de geração de renda”, segundo integrante da própria comissão Pró-Índio aqui citada.

Aquelas comunidades que não possuem a legalidade estão à margem da sociedade e encontram muitas dificuldades de serviço de saúde, saneamento básico, educação e até mesmo serviços básicos como água e energia. E mesmo aqueles que conseguem a regularização às vezes acabam por perder suas terras, como já ocorreu em Goiás, onde um território quilombola foi reduzido em 80%, de acordo com a Agência Brasil. Fato ocorrido em 2018.

O que estamos buscando com essa reflexão é o fim destes conflitos, das mortes, das dificuldades em dar aquilo que de direito é desta população remanescente dos quilombos. Há o desejo que as políticas públicas sejam direcionadas a este povo. De modo que toda a questão histórica que envolve o território quilombola possa refletir positivamente na cultura dessa parte do Brasil e no fim do racismo. Ter esta consciência de que a questão racial também influencia no território é primordial para que se desenlacem os nós que possam garantir os direitos aos povos quilombolas.

5 CONTEXTUALIZANDO A REGIÃO ESTUDADA: A VIDA DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM TORNO DO RIO JAGUARIBE

5.1 Bacias hidrográficas

Nesta seção descrevemos e analisamos o território estudado, as características da bacia hidrográfica e a distribuição das águas entre as grandes empresas e os moradores, assim como sua divisão, através de mapas e os problemas da seca que afetou o estado do Ceará.

Bacias hidrográficas são regiões (faixas de terras) que possuem diversos cursos de água que convergem para um rio principal. As águas que percorrem essa região como as das chuvas são uma das formas de formação das bacias que escoam para esse rio principal formando uma única foz.

Sobre as gestões das águas no estado do Ceará, no período anterior à 1980, os rios que compõem o estado do Ceará não eram perenes. Passaram a ser a partir das políticas públicas voltadas para a gestão das águas, que proporcionaram estudos e ações dialógicas com territórios nacionais e internacionais. Ou seja, a partir das políticas públicas e gerenciamento e organização das águas do estado o Ceará passou a ter, segundo técnico da COGERH, 4 mil quilômetros de rios perenizados.

Na época antes de Tasso Jereissati, que eu não sei precisar exatamente, os rios não eram perimetro, hoje em 2017 nós temos no estado do Ceará, talvez se aproxime nas condições normais, no inverno normal onde os açudes chegam a quase 50% nós chegamos a ter perto de 4000 km de rio perenizado. (Ex-gerente da COGERH Quixeramobim, 2017)

Segundo Da Silva; Da Costa; Lima e Lima (2006), os açudes Orós e Castanhão são reservatórios de águas importantes para a perenização da Bacia do Jaguaribe. O primeiro, apesar de ser um dos 18 reservatórios da Sub-bacia do Alto Jaguaribe, localizado na parte final dela, contribui mais com as sub bacias do Médio e do Baixo Jaguaribe. O segundo localiza-se no Médio Jaguaribe e pereniza uma parte dessa sub-bacia e o Baixo Jaguaribe.

Segundo o entrevistado, o Rio Jaguaribe já foi considerado um dos rios mais secos do mundo, o que dificultava a vida da população abastecida pela sua bacia, com as políticas de recursos hídricos, além da melhor administração das águas, foi inserido em muitas localidades a energia elétrica através das águas das bacias.

A Bacia do Rio Jaguaribe mudou em dois aspectos: eletrificação da bacia e perenização dos rios. Um depende do outro: só há irrigação se houver energia e só com energia eu não tenho irrigação, pois falta água. Logo, isso hoje chega perto de quatro mil quilômetros irrigados. Você precisa ver na COGERH em qual ano foi implantada a Lei de Recursos Hídricos, eu sei que foi no segundo governo do Tasso Jereissati, Política de Recursos Hídricos que foi implantada no governo de Ciro. (Ex- gerente COGERH Quixeramobim, 2017)

Nessa perspectiva, a Bacia do Jaguaribe, que ocupa uma área de 75.669 km², de terra, que corresponde a 55% do estado do Ceará é considerada a maior bacia do Estado. Historicamente, do ponto de vista geográfico, não podemos afirmar que houve mudanças no curso da Bacia do Jaguaribe.

O Rio Jaguaribe é o principal da bacia que leva seu nome. Para o seu abastecimento existem vários afluentes, ou seja rios menores que correm para ele. O Rio Banabuiú é um de seus principais afluentes. Por ser menor que o Jaguaribe despeja as águas no maior, por sua vez o Rio Quixeramobim escoas suas águas para o Banabuiú, pois nesse caso o último é o maior. Isso caracteriza uma bacia hidrográfica, uma troca de águas entre maiores e menores reservatórios de águas.

Para fins administrativos o Rio Jaguaribe é subdividido em três partes: o Alto, o Baixo e Médio Jaguaribe. Como observamos no mapa de localização das bacias abaixo, desenvolvido pela Companhia de Gestão de Recursos Hídricos - COGERH e a Secretaria de Recursos Hídricos do estado do Ceará.

Figura 6 – Mapa das Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará



Fonte: Governo do Estado do Ceará, 2009.

A imagem acima mostra que a Bacia do Jaguaribe (CE) ocupa toda a região leste do território cearense, configurando-se assim como a maior bacia hidrográfica do estado, sendo utilizada principalmente para o consumo humano, assim como para práticas econômicas como a pesca, a indústria, a pecuária, e a agricultura.

5.2 Sub-Bacias Hidrográfica do Rio Jaguaribe

De acordo com o relatório da COGERH (2009), a sub-bacia caracteriza-se por uma área de drenagem localizada ao sudoeste do estado do Ceará, que cobre cerca de 24.639 km do território do estado, seu principal afluente é o Orós. Essa sub-bacia abastece 24 municípios, sendo a maior das três que compõem a bacia do Rio Jaguaribe.

A Bacia do Médio Jaguaribe drena nove municípios inteiramente: Jaguaribe, Alto Santo, Milhã, Ererê, Pereiro, Iracema, Potiretama, São João do Jaguaribe, Deputado Irapuan Pinheiro, Limoeiro do Norte, Solonópole e sete parcialmente: Icó, Jaguaribara, Jaguaretama, Orós e Tabuleiro do Norte.

Os solos provenientes dos sedimentos, com grande potencial agrícola, Vermelho-Amarelos, resultantes dos resíduos do Apodi, os quais são cultiváveis e utilizados no artesanatos e produções de materiais domésticos como potes, filtros e louças. As formas essenciais de vegetação são a Caatinga, aberta e densa na maior área da bacia além da Mata Ciliar, altamente destruída, localizada em parte do leito do Rio Jaguaribe.

De acordo com a COGERH (2009), o Baixo Jaguaribe drena uma região que abrange 13 municípios do estado do Ceará, sendo três completamente e 10 parcialmente. Quanto às condições de abastecimento de água e saneamento básico, apenas 64% das moradias têm acesso adequado às águas e o saneamento básico dessa região é deficiente.

Dentre as três sub-bacias que compõem a bacia do Rio Jaguaribe, apenas duas delas abastecem as regiões onde estão localizadas as comunidades quilombolas da região, as sub-bacias do Baixo e do Médio Jaguaribe. No baixo estão localizadas três quilombos cearenses: Santa Terezinha no município de Russas e no município de Aracati localizam-se as comunidades do Cumbe e Córrego de Ubaranas, no Médio Jaguaribe situa-se a comunidade Bastiões, distrito do município de Iracema.

5.3 O problema das secas e as tentativas de políticas

Com grande parte do seu território localizado em região do semiárido nordestino, o estado do Ceará, tem sua história marcada pelos problemas das secas. Esse fato recorrente tem seu primeiro registro em 1603 (RIOS, 2014) e aparece em todos os períodos históricos como colônia, império e república.

As secas que atingiram e atingem os cearenses afetam especialmente as populações com menos recursos financeiros, ocasionando-lhes a renúncia do seus territórios, obrigando-os a migrar para outras regiões, causando-lhes mortes por motivos diversos (fome e doenças).

As preocupações de vários setores sociais com políticas contra a seca, que são intensas no estado do Ceará, datam do Período Imperial, quando D. Pedro II enviou para o estado representantes, para investigar a situação e soluções. Do meio das explicações vistas estavam o represamento de águas em barragens; abertura de poços; irrigação; elaboração de vias de ferro e de rodagem (BRAGA, 2011).

Estudos referentes ao Nordeste brasileiro, bem como o conhecimento referente ao clima regional, deixam nítidos não ser a falta de chuvas a única responsável pelos resultados negativos, relatados, mas sim, é devido à má distribuição da água. (MIN, 2005).

Para Gomes (2015) as políticas públicas incentivaram a irrigação destinada às zonas semiáridas, com presença de seca forte na região, objetivando diminuir ou mitigar casos de migrações e desemprego.

Neste ângulo, por sua estrutura de relevo constituída de área do sertão, como arquétipo, serra vale, aluvião, e tabuleiro alto, o Jaguaribe contém ciclos importantes, como o ciclo da pecuária do algodão, carnaúba, fruticultura irrigada ao longo da historicidade, isto é, desde os séculos XVIII ao XX, ciclos amiúde ocorridos nesta região. (REIS; CUERLLA, 2015)

Por conseguinte, estudos afirmam que ao chegarmos em 2010, a temperatura média do planeta crescerá cerca de 4,5° C, causando intensificação dos processos de desertificação, induzindo a maiores casos de dificuldades sociais e econômicas em populações (MARENGO, 2010). Assim, é possível afirmar que enquanto o racionamento hídrico for colocado em prática o desenvolvimento econômico nordestino e a diminuição dos índices de pobreza encontrarão barreiras para sua efetivação.

As tentativas e projetos para a resolução dos problemas ocasionados pelas secas no estado, por muitas vezes não objetivavam contribuir para sanar as dificuldades enfrentadas pelas populações e sim evitar qualquer tipo de desabono para as elites da época, como foram os casos dos campos de concentrações do estado que buscavam apenas separar os que fugiam das secas e as elites. (RIOS, 2014).

A irrigação, a partir de 1957, passa a ser uma aposta para superar as adversidades sociais resultantes das secas. As políticas voltadas para resolver esses

problemas em períodos anteriores a esse eram tratados com medidas emergenciais e construções de açudes para armazenar água. (ORTEGA; SOBEL, 2010)

Os perímetros irrigados são áreas preparadas e trabalhadas para a agricultura, com a utilização de um sistema de irrigação. A ideia é permitir que os agricultores continuem produzindo em períodos de menos chuva. No Vale do Jaguaribe existe uma diversidade de produtos cultivados nos perímetros.

Segundo Braga (2011), as localidades do Baixo Jaguaribe eram demonstrações do ponto de crescimento moderado do seu local em seus pontos rurais. O fluxo do dia a dia por meio de atividades comerciais, culturais, jurídicas, administrativas e técnicas espaciais urbanas tinham um ritmo lento e muitos costumes e ações estavam submetidos ao mundo rural. Para interpretar melhor a entrada da fruticultura irrigada no Baixo Jaguaribe é fundamental ressaltar que no Ceará esses contornos irrigados têm disponibilidade de recursos hídricos devido às políticas de desenvolvimento hídrico federal e estadual e a diversidade de relevo, por ser desenvolvida em regiões de sertão, montanha e vale, com inundações e recipientes altos.

Considerando o real estado das dificuldades ambientais achados ao longo da Bacia do Jaguaribe, deduz-se que muito há de ser feito pelos administradores regionais para que alguma conclusão objetiva possa ser considerada, tais dificuldades são resultantes, em sua grande prevalência, por resolução das políticas inconsistentes de moradia, uso e ocupação da terra, sem qualquer critério de responsabilidade com meio ambiente.

A população nordestina convive historicamente com períodos de secas demasiadas e duradouras, que afetam suas atividades agropastoris, tornando difíceis a melhoria de seus modos de vida. A região semiárida abrange uma área com cerca de 940.000 km², tendo 8 estados do Nordeste e Norte de Minas Gerais. No semiárido nota-se a presença de quase 1,7 milhões de estabelecimentos agropecuários, sendo que 89% diz respeito aos agricultores familiares. (SILVA, 2015, p. 55)

É indiscutível que nos últimos anos os conflitos envolvendo a posse de água no país dobraram, sendo que o maior registro foi encontrado na região Nordeste, com seu ápice em 2013 (GONÇALVES, 2013). O aumento súbito de água é proveniente da implantação de empresas que utilizam os recursos naturais, aumentando, contudo, o consumo hídrico regional e os pontos negativos atrelados a sua utilização.

Sendo assim, as políticas de desenvolvimento rural nordestinas favorecem paulatinamente as empresas nacionais e também as multinacionais, que utilizam os recursos naturais, formando certa massa de trabalhadores rurais não especializados que ficam suscetíveis a salários mínimos, deixando o semiárido em uma situação de desigualdade social incisiva, dado que a expansão do agronegócio demanda altas de consumo hídrico, especificamente a Bacia do Vale do Jaguaribe demanda 103,8 milhões de m³ anualmente. Isso pode levar a conflitos sociais e ambientais, devido ao gasto hídrico exorbitante. Little (2001, p. 107) afirma que os conflitos sociais e ambientais são definidos como as disputas entre grupos sociais, susceptíveis ao contexto e meio social em que se inserem. Tais conflitos socioambientais são classificados, em suma, como os conflitos envolvendo os recursos naturais, impactos ambientais, como é o caso do não cumprimento às exigências de pragmatismo mais sustentável.

Portanto, para a área da ecologia, os estilos e práticas de vida indígena, que foram ao longo do século XVI questionadas e banalizadas pelo homem branco europeu, com um viés etnocêntrico, agora neste século, são vistas como lições a serem seguidas pela comunidade do século XXI. Assim, o conhecimento ecológico é tido como a essência da análise da relação que envolve os sistemas sociais e os naturais, com a intenção de identificarem os mecanismos adaptativos para com as perturbações, com vistas ao manejo sustentável dos recursos existentes.

Tratando-se do Baixo Jaguaribe, localizado no Ceará, a política que respalda os recursos hídricos e o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos (SIGERH) foram instituídos desde 1992. No ano de 1993 foi criada a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH). Para que a sociedade em consonância com os colegiados, participem desta política de intervenção, Pinheiro (2011) disse que a política determinou um modelo descentralizado com o fito de permitir a participação da sociedade civil nas decisões tomadas pertinentes, a gestão do recurso hídrico.

Outrossim, é importante ressaltar a existência de conflitos envolvendo o aporte hídrico entre as empresas que se encontram instaladas nas áreas nordestinas, deixando os pequenos agricultores limitados e distanciados do consumo de recursos hídricos, devido também aos conflitos que envolvem o abastecimento hídrico humano. Todavia, diante do impasse existente torna-se necessária a conscientização das

partes que os recursos naturais são escassos e precisam ser utilizados de forma consciente para que não ocorra o seu esgotamento.

Quanto aos impactos ambientais, as implantações tecnológicas inerentes aos avanços da modernização capitalista e da era globalizada, como a implantação do agronegócio, provocou cataclismos ambientais sérios, como o desmatamento, a contaminação do solo devido ao uso e abuso de agrotóxicos, principalmente na região do semiárido.

Tendo em mente a escassez de água no semiárido, como um problema, ou imbróglio, amiúde ocorrido na sociedade e existente ao longo da historicidade, ou seja, como algo recorrente, existe um conflito de posse de recursos existentes, referente a bacia hidrográfica, com a tentativa de resolução do problema com a construção de açudes e conscientização populacional e industrial para o provimento do desenvolvimento mais sustentável.

A água, por ser um recurso natural, imprescindível para o provimento homeostático, da sociedade humana, está cada vez mais sendo utilizada de forma desmesurada, visando o lucro, mercantilista, na produção insumos agrícolas. Contudo, a seca, conseqüente do consumo desenfreado, tem provocado no Ceará o desaparecimento das lagoas, as migrações e a migração de empresas e agricultores, devido ao nível do aquífero Jandaíra ter diminuído, comprometendo o bombeamento hídrico dos poços utilizados.

Em meio a situações de risco, devido à escassez hídrica provocada pela permanência da seca no semiárido, os conflitos de posse de recursos hídricos ainda continuam, dado que muitos produtores plantam em áreas maiores do que o legalmente permitido, dificultando ainda mais o racionamento hídrico, intensificando o caso da falta de água. Em alguns casos as comunidades rurais são abastecidas por caminhões pipa devido à falta de água. Esses recursos são utilizados para amenizar o decréscimo da qualidade de vida, mediante escassez hídrica.

6 COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO JAGUARIBE (CE): CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRIA

Neste capítulo apresentamos as comunidades quilombolas situadas no Vale do Jaguaribe (CE). Nele destacamos e fazemos análises de três das quatro comunidades localizadas no território, seus saberes, resistências e identidades, formadas dentro da ancestralidade do território.

Quatro são as comunidades localizadas na região da Bacia do Jaguaribe no estado do Ceará: Bastiões, localizada no município de Iracema; Santa Terezinha, em Russas; Cumbe e Córrego de Ubaranas, em Aracati.

Geograficamente o Vale do Jaguaribe é uma região do estado do Ceará que apresenta diversidade nas formas de relevo. Podemos observá-las quando identificamos em seu território áreas caracterizadas como serra, litoral e sertão.

Entre os quilombos localizados nessa região também percebemos essa diversidade, considerando que a comunidade Bastiões está situada em uma serra; a comunidade Santa Terezinha, no sertão; o Cumbe e o Córrego de Ubaranas no litoral cearense. Como podemos observar no mapa abaixo.

Para a comunidade, a forma de utilização das águas pode ser considerada fator determinante para as mudanças do modo de vida social, em muitos aspectos. A falta ou dificuldade de acesso aos recursos hídricos marcam a história local, tendo por muito tempo mudado apenas as características dos problemas, persistindo até o momento que passou a ter acesso à água encanada, através da distribuição com a SISAR, que ocorreu no ano de 2019.

As dificuldades de acesso à água eram um problema para o distrito há bastante tempo. A água encanada, por exemplo, só chegou à comunidade há aproximadamente dez anos. Antes disso, a comunidade teria que ir diretamente às cacimbas, aos rios e açudes da região para ter acesso à mesma.

Historicamente, os problemas envolvendo a questão da água aconteciam especialmente pela sua má distribuição. Mesmo após o abastecimento através da encanação, com a organização da prefeitura e sem a cobrança de taxa, inicialmente o abastecimento ocorria através de 3 chafarizes. Porém, a comunidade reivindicava que o abastecimento ocorresse diretamente para suas residências, contudo, com a quantidade limitada para cada casa os moradores realizavam uma espécie de "desvio" do abastecimento, utilizando motores que puxavam mais água para suas residências, o que prejudicava a outra parte da comunidade que não conseguia ter acesso.

Nos períodos de infância e na adolescência, para termos acesso à água tínhamos que buscá-la nos rios ou no açude, dependendo da utilidade que daríamos a ela. A comunidade, em virtude da necessidade de beber, buscava água para o consumo nos seus cacimbões e no açude Santo Antônio, situado em um dos sítios pertencentes aos Bastiões. Água para outras necessidades era retirada principalmente do rio (intermitente) que havia dentro do distrito.

Os processos necessários para conseguir água, para atender as necessidades da família, eram longos e cansativos, iniciavam-se com a busca e preparação do jumento, que ficava próximo aos roçados, pois tinham mais espaço e alimentos. O caminho até lá era distante e de difícil acesso como já relatamos, mas, como íamos em grupo, brincávamos o caminho inteiro e essas dificuldades eram mais facilmente superadas. Observamos a representação desse processo na fala do entrevistado.

Precisa preparar o jumento pra ele carregar a água, primeiro coloca a esteira e depois coloca a cangalha pra não machucar o jumento, e depois coloca as ancas na cangalha, amarrava com cordas a cangalha por debaixo do jumento, pra ela não correr o risco de virar. (LÍRIO, 17 anos, 2016).

Os trajetos que davam acesso aos pontos de água, como os açudes e cacimbas, levavam muito tempo pela distância e o difícil acesso. Quando lá chegavam, normalmente já estava repleto de pessoas com os mesmos objetivos. Eles então posicionavam o jumento, pouco afastado da água, para não sujá-la e iam os dois enchendo as âncoras e eram necessários muitos baldes de água para enchê-los por completo. Quando isso acontecia meus tios tampavam-no, cada um enchia seus dois baldes e prendia-os nos galões, com os baldes sobre ombros e o jumento na frente, iniciavam a caminhada de volta para casa. No retorno, os passos eram mais lentos por causa dos pesos que carregavam, mas não podiam desviar a atenção do animal, pois corria-se o risco de ele jogar todo o trabalho fora, se encrespar com outro de sua raça. Podemos observar parte desse processo na fala do jovem morador.

[...] antes, aqui na comunidade tínhamos que acordar 1:00 ou 2:00 da manhã para "pastorar" água da cacimba ou do cacimbão (poço). Buscávamos água com à utilização do jumento[...]. (FLORÊNCIO, 20 anos, 2016).

As águas retiradas dos cacimbões eram utilizadas para o consumo (beber) e nas casas das comunidades ela era, em alguns casos, armazenada em potes feitos de barro. Quando chegávamos em casa com a água encontrávamos o pote já lavado e as âncoras eram descarregadas. Para retirar as impurezas que porventura tivessem vindo junto, colocava-se um pano limpo na "boca" do pote antes de colocar água em um processo de coá-la. Esses trabalhos se repetiam algumas vezes para atender às necessidades da família. Por outro lado, as águas do açude eram utilizadas principalmente para as outras atividades domésticas e normalmente armazenadas nos "tanques" feitos de alvenaria, ou tambores de plásticos.

Por se localizar em uma região serrana, o clima na comunidade na maior parte do ano é frio, assim, a água armazenada nos potes ficam, na maioria das vezes, em uma temperatura agradável, nem muito quente e nem muito gelada. Por essa razão ainda hoje algumas pessoas preferem beber a água dos potes do que as retiradas das geladeiras.

Algumas atividades relacionadas à água movimentavam a vida social da comunidade e davam um sentido cultural às atividades cotidianas, no período em que não havia água encanada, como a ida aos açudes para lavar roupas, como relatamos anteriormente.

Uma dessas crianças da comunidade, hoje jovem morador, expõe em seus relatos o significado desses momentos na sua história.

[...] chegava no dia de sábado, as mulheres iam lavar roupa no açude, eu me lembro que tinham umas dez pedras, colocavam-se as bacias em cima, e só podia tomar banho depois que todo mundo tinha terminado de lavar roupa, porque senão as roupas iriam ficar sujas. Ai, o pessoal ficava esperando o meu avó, aí quando passava a última lavadeira, as crianças desciam para o açude, e depois era só farra, o açude não era tão pequeno mas cabia todo mundo, e todo mundo se divertia. Essa é uma história que eu me lembro muito, e era bom demais! [...]. (CRISÂNTEMO, 25 anos, 2017).

Quanto aos jovens, muitos deles já eram casados, pois na comunidade é comum o casamento na juventude. Os que não haviam constituído família contribuía com as atividades familiares, as mulheres permaneciam em casa para realizar as tarefas domésticas enquanto as mães lavavam as roupas e os homens acompanhavam os pais no trabalho do roçado.

O dia de trabalho das mulheres da comunidade não terminava aí. Quando chegavam a casa, além de organizar as roupas que haviam sido lavadas, as mulheres, que não tinham filhas também precisavam fazer atividades domésticas e preparar o almoço do dia. As meninas também ajudavam nessas atividades, enquanto os garotos brincavam na rua ou assistiam TV, até o almoço ficar pronto.

Por sinal, brincar de correr era o divertimento preferido dos garotos, pois quase todas as suas atividades eram organizadas nesse sentido. Enquanto isso, no fim de tarde as crianças brincavam no quintal de casa de bonecas ou de pedrinhas, e os adolescentes jogavam futebol ou carimba, no caso das garotas. Em todos os casos, pela condição financeira, os brinquedos ou brincadeiras eram inventadas ou adaptadas à falta de recursos. É desse momento que o jovem fala:

[...] Na época, como não havia brinquedo nós mesmos que criávamos o nosso próprio brinquedo, eu recordo que antes amassávamos a lata de óleo de cozinha, deixávamos ela no formato de um quadrado, fazíamos "buracos" na frente e no verso da lata, em seguida, colocava-se um pedaço de madeira entre os buracos da lata, e a borracha das sandálias havaianas que as pessoas jogavam no lixo, eram cortadas em formato circular para serem feitas as rodas do carrinho. Esse era o nosso carrinho de brincadeiras, quando havia algum tipo de obra na localidade reaproveitávamos restos de madeira que era serrada na ponta, e virava mais opção como brinquedo [...]. (FLORÊNCIO, 20 anos, 2016).

As bonecas que brincávamos na serra no período de infância eram construídas com matéria prima como milho e o barro vermelho. Como não tínhamos dinheiro para comprar brinquedos minha avó materna, Maria Amaro as fazia. O trabalho com barro

é prática comum na comunidade, com esses materiais muitos moradores fabricavam tijolos e utensílios domésticos, como potes e panelas.

Há aproximadamente dez anos a forma de ter acesso à água na comunidade mudou. A partir desse período até os dias atuais a água passou a ser encanada. Com isso, aconteceram também algumas mudanças culturais, como toda aquela relação com o rio e o açude. Esta já não existe mais.

Apesar de ser encanada, a água da comunidade nesse primeiro momento não era fornecida por nenhuma empresa de tratamento. Ela continuava vindo do mesmo açude, Santo Antônio, que é um sítio pertencente à comunidade. A encanação foi realizada pela prefeitura do município de Iracema e funcionava da seguinte maneira: próximas ao açude foram construídas duas cisternas que a população chama de caixas d'água, nas duas foram instalados dois motores e uma encanação que distribuía água para todas as ruas dos Bastiões.

Existia um funcionário da prefeitura responsável por ligar os motores das cisternas e destinar a água para cada uma das ruas. A encanação foi feita individualizando as ruas, cada uma só recebia água duas vezes por semana e durante algumas horas. Esse por sinal era um dos motivos da insatisfação e muitas vezes até de conflitos na comunidade. Muitos desencontros e falta de bom senso surgiram com o novo sistema de distribuição de água e isso fez surgir alguns atritos na serra.

Logo nos primeiros anos de instalação desse novo sistema de acesso à água os moradores não tinham conhecimento dos dias que estavam determinados para que suas ruas fossem contempladas com o abastecimento de água. A surpresa da chegada da água nas torneiras, muitas vezes fazia com que eles não conseguissem armazenar a água necessária para atender às necessidades das famílias durante a semana e esse fato causava confusões entre as pessoas responsáveis pela liberação da água e a população.

Com o tempo, a comunidade e a prefeitura entraram em consenso, e encontraram uma solução razoável para ambas as partes, ficando então determinado para todos em quanto tempo e em quais dias cada rua receberia água. Essa organização, porém, só resolveu os conflitos de forma temporária, pois outros problemas surgiram em torno da questão da água.

Mesmo com o “acordo” existente entre as partes, outros desacordos apareceram dentro da mesma problemática para atrapalhar a calma que cerca a

cidade. Os problemas atuais sobre o acesso à água na comunidade surgiram em torno da diminuição do tempo de abastecimento de cada rua.

Há aproximadamente dois anos a água chegava às torneiras das casas umas cinco horas da manhã e permanecia quase a manhã toda. Isso permitia que os moradores conseguissem armazenar a água que necessitavam para a semana, pois, só teriam acesso durante dois dias. As roupas, por exemplo, eram lavadas ainda com a água saindo das torneiras e isso permitia que não precisassem utilizar a água armazenada para esse fim.

Hoje, esse acesso ocorre dois dias por semana, mas dura um pouco mais de duas horas, por essa razão, nos dias da chegada da água, é preciso deixar todos os recipientes prontos para conseguir armazenar o maior volume possível. Ainda assim, a população sofre com a escassez, pois a água armazenada não tem suprido as suas necessidades. Em muitas casas com maior número de pessoas existe a dificuldade até para conseguir lavar as roupas, pois se precisa dar prioridade a outras necessidades das famílias em relação aos recursos hídricos. Em relação a essa dificuldade a interlocutora faz uma análise da sua condição social:

Eu acho que até hoje, inclusive na rua onde eu moro, o maior problema é a questão da água, porque ela não é encanada, e o açude que abastece a cidade, devido a seca já não tem tanta água. A distribuição da água é muito errada, porque na segunda e terça feira ela é distribuída em algumas ruas, e assim vai, na minha rua são duas vezes por semana, mas é tão fraca que não consegue encher a caixa d'água, temos que ficar enchendo "tambores" e enchendo essas coisas. (CALÊNDULA, 17 anos, 2016).

Diante dessa situação alguns moradores construíram em suas casas caixas d'água com o sistema de encanação próximo do que abastece a comunidade e isso fez surgir outro problema para o restante da rua, pois quando os motores das casas são ligados para direcionar o recurso para as suas caixas d'água as famílias que moram depois delas não conseguem pegar água, porque a vazão não tem "força" para chegar até as casas que necessitam. Nessas ocasiões, o mal estar fica explícito entre os moradores. Muitas vezes, a água chega a partir das vinte e três horas e permanecem duas horas somente.

As questões envolvendo os recursos hídricos da comunidade estão sempre a movimentar a comunidade, pois apesar das instalações de todo o processo de encanação ter sido feito através da Prefeitura de Iracema, qualquer problema que

porventura venha a acontecer com relação a essas instalações, é resolvido pela comunidade.

Recordo de um momento em que um cano da instalação da água quebrou e toda a comunidade ficou sem água por quase uma semana. Como esperar que a prefeitura resolvesse o problema de forma rápida? E qual forma seria racional? Os moradores se reuniram e em grupos saíam de porta em porta buscando colaborações para o conserto e a resolução do problema.

O Distrito dos Bastiões desenvolve atividades de agricultura de subsistência, como o cultivo de milho, feijão e fava. Para tanto, é utilizado o sistema de meia, segundo o qual o dono da terra cede espaço para os agricultores plantarem e recebem uma parte da produção. Outra atividade desenvolvida na comunidade é o artesanato, que é popularmente chamado na comunidade por “tela”.

Os relatos orais acerca da fundação da comunidade indicam que os primeiros moradores a ocuparem aquele território foram três homens negros da família Bastiões, por isso o nome da comunidade seria o mesmo, que vieram fugidos da Bahia. Essa família sobrevivia da agricultura e da pesca. Seus membros moravam sozinhos nesse terreno que era cercado por mato. Segundo os mais velhos havia nesse período uma única casa no centro da comunidade onde hoje está fixado o cruzeiro na praça do distrito.

Uma das versões que narra o surgimento da padroeira da comunidade conta que foi durante uma dessas pescarias que teve início a relação da comunidade com Nossa Senhora do Carmo, pois um dos Bastiões, ao lançar a rede de pesca puxou nela a imagem santa. Essa relação religiosa se consolida com as duas negras que habitaram a comunidade posteriormente.

Outra versão, também oriunda da tradição oral da comunidade, narra que a imagem da Santa foi comprada pelas duas novas donas das terras, junto aos frades pernambucanos que passavam por lá durante uma viagem que faziam.

A família Bastião posteriormente negociou suas terras com duas mulheres negras, Maria Bribiana e Feliciano. Essa família povoou a comunidade e deu origem a descendentes com o surgimento de outras cinco famílias: Sá, Jacob, Assis, Tomé e Rafael. Essas negociações, segundo a memória popular, aconteceram na época de D. Pedro I, não existindo, porém, documentos que provem tal fato. Por outro lado, um

dos jovens depoentes, após algumas pesquisas escolares feitas por ele na comunidade, assim descreve o surgimento:

Minha tia e minha avó que já são falecidas, contaram-me que à origem da comunidade (Bastiões), deu-se a partir da vinda de duas irmãs negras que fugiram da Serra da Barriga traziam consigo uma quantidade significativa de ouro. Ao chegarem na comunidade as irmãs passaram pelo sítio de nome, saco pertencente ao vale do Jaguaribe. As duas irmãs foram aconselhadas para que ficassem na comunidade porque lá era seguro para elas. Encontraram uma família onde, o pai e os filhos tinham o mesmo nome e apelido de: Sebastião, assim, surgiu o nome da comunidade: Bastiões (Referência, aos membros da família, com o mesmo nome). Ao chegarem na comunidade as duas irmãs negociaram com o senhor Sebastião à venda das terras no valor de, 28 sortes de terra logo, após a troca ter sido feita a família deixou o local. Minha tia, falava que na época as duas negras compraram as terras do centro da comunidade até embaixo, ali no morcego (Acho que é essa palavra) elas não compraram todas as terras da comunidade porque era só aquele território que pertencia àqueles homens (referência aos antigos donos: Sebastião e filhos), mas depois de um tempo as irmãs começaram a expandir o seu território. (FLORÊNCIO, 20 anos, 2016).

Com o passar do tempo, um desses descendentes, Raimundo Assis, tornou-se o grande patriarca da comunidade. Segundo alguns moradores, ele era tão estimado que nem o padre (personagem respeitado pela comunidade há muitos anos) questionava suas decisões. Esse não venderia suas terras para brancos, pois acreditava que quando eles estivessem na comunidade submeteriam os negros à escravidão. Depois da morte de Raimundo Assis, seus herdeiros iniciaram a venda de parte de suas terras para famílias de não negros, então, novas famílias foram incorporadas à vida social da comunidade. Dona Acácia fala deste momento:

Padrinho Raimundo Assis não deixava ser construído nenhum "barraco" de branco aqui. Não deixava ser feito nenhum barraco por branco, essas casas "novas" aqui, só foram construídas depois que ele morreu padrinho não deixaria serem construídas. Isso aconteceu porque os brancos foram chegando e comprando terras que estavam sendo vendidas aqui. E, é por isso que a "rua foi ficando deste "tamanho", o negro não manda mais em nada, quem manda na comunidade agora são os brancos. (ACÁCIA, 80 anos, 2016).

Segundo Bezerra (2012), os moradores dessa comunidade revelaram uma postura positiva em relação ao Sr. Raimundo Assis, que os protegia de uma provável dominação, caso os brancos chegassem ao distrito.

Com essa nova configuração, as famílias de não negros passaram a ser maioria na comunidade. De certo modo, o receio de Raimundo Assis se concretiza, pois novos grupos de lideranças se tornaram donos das terras e dos pequenos comércios da localidade, tendo assim maior poder de decisão na comunidade.

Durante anos, muitas gerações de jovens moradores da comunidade viam apenas duas opções para suas vidas quando terminasse o ensino médio: tornarem-se trabalhadores rurais ou viajarem para o Sudeste do país em busca de empregos remunerados. Essa última opção era a escolha da maioria. Como observamos na fala do depoente:

[...] aqui movimento de trabalho pra você ganhar um dinheiro mais ou menos... É carteira assinada, esse tipo de coisa não tem. O comércio aqui não oferece nada que sirva pra um jovem se manter, então a gente fica fazendo alguma coisa que aparece, trabalhar de servente de pedreiro, fazer qualquer coisa e no momento mesmo eu tô pensando em voltar pra São Paulo, já fui em São Paulo por que basicamente o que é oferecido pra gente não da pra se manter. E a gente é obrigado a voltar em São Paulo, tentar mais alguma coisa, passar um tempo lá pra ver se consigo um dinheiro, alguma coisa. Por que trabalhar no roçado não dá. (GERÂNIO, 21 anos, 2016).

É notória a insatisfação da juventude com a falta de oportunidade de emprego e estudo na comunidade. As opções dos jovens que desejam dar continuidade aos estudos e se realizar profissionalmente são escassas e de pouca qualidade, muitas vezes os cursos existentes não atendem aos interesses da juventude.

Podemos analisar a fala do Gerânio (21 anos), a partir de dois pontos relevantes: a ausência de mercado de trabalho que permita a permanência da juventude local na comunidade e suprir suas necessidades de forma digna, como qualquer outro trabalhador; o segundo ponto é que, mesmo com a negação de direitos básicos dos trabalhadores e até mesmo a falta de opções de emprego, os jovens buscam muitas alternativas para permanecer na comunidade.

Em se tratando das necessidades do povo desse lugar, de suas tradições e de seu cotidiano, ao passo que alguns costumes se modificam, outros ficaram mais fortes e estão presentes na nossa cultura e tradições; observo que, dependendo da época do ano, a forma de diversão dos jovens muda, assim como a comida típica e o trabalho do roçado. A diversão é intercalada entre banhos de riachos e de bica, nos meses chuvosos; as festas juninas, a comemoração da tradicional festa da padroeira no meio no primeiro semestre. Durante o restante do tempo, de forma criativa, os jovens tentam sair da monotonia, pois se reúnem na pracinha, jogam futebol, fazem teatro de rua e ficam conectados à Internet sempre que podem. Como observamos nos relatos do interlocutor.

Aqui pra o jovem se divertir depende né! Se tiver chuva e água na bica ou nos barreiros nós vamos pra lá, se não tiver, como faz tempo que não tem aí

nós vamos jogar bola na quadra, ficar conversando na praça e mexendo na Internet. (LIRIO, 18 anos, 2017).

Como somos privilegiados com um clima bastante agradável, com temperatura amena na maior parte do ano e um clima frio durante os períodos chuvosos, tornamos ainda mais criativos quando se trata de aproveitá-lo. Em um ponto alto que fica acima da comunidade, de onde se tem uma vista privilegiada, denominamos de Santo Cruzeiro e lá se costuma fazer piqueniques. Consideramos que é um ponto turístico do lugar, não há quem o visite e não tire uma fotografia. Outro lugar bastante visitado por jovens no período chuvoso é uma bica d'água na descida da serra.

Da serra se vê o Vale do Rio Jaguaribe e a comunidade rural, como foi dito anteriormente, pratica a agricultura de subsistência, utilizando para isso o “sistema de meia”, que se realiza da seguinte maneira: o proprietário da terra disponibiliza uma parte da mesma para o arrendatário plantar e “cuidar” (limpar o terreno e deixá-lo pronto para o plantio), na colheita os arrendatários precisam deixar uma parte da produção para o proprietário. O Jovem relata suas experiências com esse tipo de trabalho.

O trabalho na roça é plantar, limpar, encoivará e quando der o legume nós apanha ele e separa o que é nosso e o que é dos donos dá terra. Tem que levar lá pra pesa o de todo mundo. (LIRIO, 18 anos, 2017).

O dia de quem trabalha nos roçados começa bem cedo. Logo de madrugada os trabalhadores, mulheres, homens, jovens e idosos já estão de pé. As mulheres, além de trabalhar na roça, também são donas de casa e precisam deixar tudo organizado para que as crianças possam ir à escola. Por volta das quatro horas da manhã elas iniciam a caminhada com destino ao trabalho. Se na casa há muitos filhos, algumas mulheres são escolhidas para permanecerem em casa e realizarem os afazeres domésticos. Práticas que atravessaram gerações como observamos na fala da presidente da associação dos afrodescendentes.

Quando eu era jovem eu não ia para o roçado. Minha mãe ia pra roça e eu ficava em casa, fazia as lutas de casa. Pilava milho, pilava arroz, moía, cozinhava feijão. Fazia tudo da lida de casa. (ZINIA, 54 anos, 2019).

A caminhada é longa, a maioria dos roçados é distante da comunidade. Vestidos com camisas de mangas longas, calças jeans, botas e chapéus nas cabeças para se protegerem do sol e dos espinhos, eles seguem caminhando, carregando no corpo o bornó (bolsas feitas de materiais resistentes) por entre as matas, superando

os espinhos e se equilibrando nos desníveis existentes nos terrenos irregulares. Dentro dos bornós que carregam, estão alguns utensílios que auxiliaram os trabalhadores na atividade, como as sementes, os fósforos e o facão. Lá também são carregadas duas garrafas, uma com água e outra com café, uma merenda, o fumo e o papel para o cigarro, não podem faltar. Nas mãos carregam outros instrumentos de trabalho como a enxada e a foice, para limpar o mato que cresce em meio às plantações.

O retorno para casa acontece por volta das treze e quatorze horas da tarde, com o sol em seu horário mais quente. No período da colheita, o retorno para casa se torna mais difícil ainda, pois, além do cansaço físico resultante do trabalho pesado e do forte sol, os trabalhadores precisam carregar sacas de feijão e milho na cabeça, uma vez que o animal não consegue carregar tudo. Em sua memória, Lírio se lembra dos anos de infância:

Aqui quando nós vinha do roçado, quando chegava debaixo desse pé de mangueira era minha felicidade. Eu vinha do roçado dali, vinha varado de fome, suor na cara e o sol quente pegando fogo. Quando chegava naquela cancela eu renovava minhas forças, corria e vinha comer manga aqui debaixo. (LIRIO, 18 anos, 2017).

O trabalho da agricultura de subsistência na serra é realizado a partir do sistema de meia, em que o proprietário da terra fica com uma parte da colheita e os agricultores com a outra. A divisão da colheita na Comunidade Bastiões acontece de duas formas diferentes, de acordo com o produto produzido. No caso do milho, a cada três carreiras plantadas os donos da terra ficam com uma carreira. Portanto, os proprietários da terra precisam pagar funcionários para colher seu produto, pois os agricultores só têm a obrigação de colher a própria parte.

Em relação à divisão do feijão entre os agricultores e os proprietários das terras, é feita através da contagem de quilos; a cada três quilos colhidos, um quilo é destinado ao dono da terra. Para ser feita essa contagem os agricultores precisam colher toda a produção nos pés dos legumes e na volta da colheita levar tudo até o proprietário, que irá fazer a pesagem e a divisão.

Além de todo esse trabalho, em alguns momentos surgem problemas que dificultam ainda mais a vida dos agricultores da comunidade, como nos períodos em que as plantações são invadidas por pragas. Nessas ocasiões, os moradores, mesmo que de forma individual, porém organizada, conseguem combater as pragas

denominadas por eles de cascudos, com o uso de venenos próprios para as plantações de feijão. Esse material utilizado no combate às pragas precisa ser comprado em outros municípios, pois a comunidade não está preparada para esse acontecimento. Além dessas dificuldades, a escassez de água é mais um problema que se impõe aos trabalhadores dessa comunidade.

Outro problema que atinge os agricultores é o fato de muitas vezes eles terem que retirar os produtos antes do tempo, por que os proprietários das terras avisam que colocaram os seus animais dentro da área que ficam os roçados dos meeiros. Desta maneira os produtos são colhidos antes de estarem apropriados para o consumo e toda a produção de quem trabalha na roça é perdida.

Outro grande problema enfrentado pela comunidade é a distância para o município sede, Iracema, que é entre quarenta e quatro e quarenta e cinco quilômetros. A dificuldade dessa distância está na necessidade de buscarmos, fora da serra, recursos para a sobrevivência.

Os recursos que buscamos em outras cidades e municípios vizinhos são os que não produzimos dentro da nossa comunidade. Hoje, os Bastiões produzem através da agricultura de subsistência feijão, milho, fava e o jerimum. Por essa razão, existe a necessidade de procurarmos fora da comunidade outros elementos, também, necessários à sobrevivência da população.

Na serra existem comércios e os comerciantes são os responsáveis por irem em busca dos outros suprimentos para a revenda dentro do distrito. Dentre as pequenas mercearias, três se destacam por serem as que mais atendem às necessidades da população. Além de abastecer a comunidade com os utensílios que faltam, os comerciantes também comercializam o frete de seus veículos. Eles são os condutores dos veículos fretados, que chamamos de pau-de-arara.

Os veículos usualmente usados para fretes, motos, carros pequenos e pau-de-arara, são caminhões ou caminhonetes com a carroceria aberta, algumas delas são adaptadas com bancos de madeira ou ferro com trançado de material plástico, que são afixados a carroceria, para que as pessoas possam se sentar. Outros carros não têm nenhum tipo de banco, as pessoas ficam agrupadas em pé e se sentam em estepes e de mantimentos, como o gás de cozinha por exemplo.

Esses transportes são para a maioria dos moradores os únicos meios de locomoção quando precisam resolver seus problemas no município de Iracema ou nas

idades vizinhas, uma vez que a comunidade não dispõe de ônibus ou outros meios de transporte coletivos. Além disso, poucos moradores têm condições de possuir veículos próprios. Sobre essa problemática o entrevistado relata:

Lá essa questão do transporte é outro problema de muito tempo, por que quem não tem sua motinha ou seu carro tem que depender dos carros de frete e são carros demais, pro cara ir ali a Iracema o dinheiro que se paga pelo frete dá pra colocar bem três ou quatro litros de gasolina para as motos e se for pra mais longe, como muitas vezes tem que fazer exame em limoeiro ai pode preparar o bolso que o negócio é pesado. (CRISÂNTEMO, 25 anos, 2017).

Sabido de sua importância para a comunidade e da falta de concorrência, principalmente para os serviços de frete, os proprietários dos veículos se utilizam disso para ter cada vez mais lucro. O valor cobrado pelo frete da serra para o município de Iracema ultrapassa os limites do bom senso, pois é maior do que o valor cobrado para deslocar-se de Iracema para Fortaleza. Considerando que alguns problemas não conseguem resolver na cidade de Iracema, é necessário ir até cidades vizinhas como Russas, Limoeiro e Jaguaribe e pau dos Ferros e o valor do frete pode ultrapassar a quantia de duzentos reais. Esse valor já compromete a renda até dos aposentados, que são as pessoas da comunidade que têm uma renda fixa, ainda mais dos agricultores, que vivem do trabalho na roça e dos “bicos” que fazem para ter como manter as famílias.

Por muitos anos os paus-de-arara serviram até como carro da saúde, uma espécie de ambulância, que por mais de vinte anos acontecia informalmente, através do frete dos carros, e, posteriormente, a Prefeitura de Iracema oficializou e escolheu um dos comerciantes para ser o responsável por esse serviço na comunidade.

Os pacientes transportados no pau-de-arara, além de sofrerem com os seus problemas de saúde, precisavam superar as péssimas instalações desses automóveis. Dependendo do estado do paciente ele era carregado até o hospital na carroceria da caminhonete.

Mesmo com dificuldades que podem ser comparadas a outras comunidades rurais pobres, a população dos Bastiões busca viver de forma comunitária e assim, tentam preservar suas tradições às quais ainda transmitem, através das práticas religiosas e da oralidade às novas gerações.

A religiosidade é algo que consegue movimentar e transformar a rotina de vida dos moradores. São três as religiões cultuadas, duas delas compõem a história dos

Bastões: o catolicismo, que segundo relatos de moradores antigos é presente desde o início da comunidade; outra é uma religião de matriz africana, que na serra é chamada de Xangô, existente entre essa população há bastante tempo; e o culto protestante dos evangélicos é parte da comunidade há aproximadamente dez anos.

As manifestações religiosas católicas são características da comunidade, que tem como padroeira Nossa Senhora do Carmo. Há também grande devoção a São Sebastião, seu co-padroeiro. A festa de Nossa Senhora do Carmo, que acontece no mês de julho, é o principal evento religioso, que exige dos moradores uma preparação intensa. Nessa época do ano, o ritmo dos Bastiões fica frenético, pois é o momento em que ela recebe um grande número de visitantes.

As manifestações religiosas são fatores tradicionais e ancestrais que mais movimentam a pacata comunidade de Bastiões. Os eventos religiosos seguem praticamente o ano inteiro com referência a diferentes santos, porém ganha destaque a festa da padroeira, que acontece no mês de julho. Em muitos momentos religiosos destaca-se a Bandeira, momento que são erguidas as Bandeiras do Santo cultuado, no cruzeiro localizado na praça, enquanto cantam os hinos do santo exaltado.

As tradições religiosas iniciam-se no mês de janeiro, com a festa de São Sebastião, que ocorre de 11 a 20 de janeiro, a festa é um dos destaques dos eventos religiosos. As noites dos dias 11 ao 19 são organizadas por uma família ou grupo, chamados de notários.

No mês de março, de 11 a 19, são realizadas as novenas e erguida a bandeira de São José. O mês de maio, chamado de mês mariano, em referência a Maria, do dia 1 ao 31 são realizadas novenas, é necessário destacar que dia 3 desse mês acontece a tradicional exaltação da Santa Cruz, que ocorre a partir das três horas da madrugada com o toque dos sinos das igreja, às 4 horas as pessoas se localizam em frente ao altar de nossa senhora do Carmo e rezam 100 Pai Nosso, 100 Ave Maria, 100 Glória ao Pai, enquanto rezam ajoelham-se, beijam o chão e levantam-se também por 100 vezes. Ao fim da reza é cantado o Bendito da Santa Cruz. No mês de junho são realizados terços em reverência a Santo Antônio, São João Batista e São Pedro.

A reza da Santa cruz é desde bem antigamente, é coisa que meu avô contava e que os avôs dele já faziam. Acontece todo dia 3, as três horas toca a primeira vez o sino, três e meia toca de novo e as quatro horas já é pra entrar e começar a reza. (ALFAZEMA, 80 anos, 2015)

O mês de julho é o mais agitado do ano, pois ocorre a festa da padroeira da comunidade, Nossa Senhora do Carmo. A devoção a Santa, segundo a memória local, inicia-se com a chegada das duas mulheres negras fundadoras da comunidade, Bibriana e Feliciano, que compraram a imagem da Santa de dois frades que estavam de passagem por um dos sítios próximo aos Bastiões, mas desejavam retornar a Bahia.

Um pequeno altar de madeira foi colocado onde hoje localiza-se a igreja católica, para que pudessem realizar as novenas em latim que passaram a ocorrer todos os anos, de 07 a 16 de julho. Assim, teve início a tradicional festa de Nossa Senhora do Carmo, principal manifestação cultural da serra dos Bastiões.

A chegada de nossa senhora do Carmo aqui eu sei, porque tio Zé Tomé já me contava o que os mais velho que ele diziam, a santa veio com quatro Frades de fugiam de uma guerra no Pernambuco, eles compraram uma parte de terras aqui onde hoje e Aquinopoles e outra em Pereiro, eles fizeram uma barraca de palha e colocaram nossa senhora. Aqui tinham duas nega e elas iam lavar roupas num olho d'água lá perto da santa, quando terminavam iam rezar lá. Quando acabou a guerra os Frades quiseram voltar, e venderam a santa para as negas, elas trouxeram ela e fizeram o altazinho dela com aquele armário pequeno de madeira que ainda hoje ta lá na igreja, era só uma barraquinha também lá. (ALPÍNIA, 70 anos, 2021)

No mês de outubro é erguida a bandeira, realizadas as 9 noites de novenas de Nossa Senhora de Fátima, no período de 04 a 13. Em novembro, muitos eventos religiosos são relacionados às almas e a todos os santos. Dia 1º é realizado o tradicional terço de todos os Santos, que é rezado todo cantado. No dia 2 acontecem o terço e o ofício das almas também cantado, são realizados a partir das 5 horas no cemitério da comunidade, no primeiro domingo após esse terço das almas são iniciadas as 9 noites de novenas das almas, para serem finalizadas em uma segunda-feira.

As produções culturais desenvolvidas pela comunidade Bastiões, ao longo de sua história apresenta grande variedade e contém, entre outras expressões, apresentações de bumba-meu-boi, artesanato e teatro.

A expressão cultural bumba-meu-boi, também conhecida nos Bastiões como caretas, foi desenvolvida por várias gerações de moradores locais, inicialmente servia como forma de diversão e alívio das dificuldades vividas, especialmente nos períodos de secas. A atividade iniciava após as festas de fim de ano e continuava até o dia 6 de dezembro, quando realizava-se o encerramento.

O artesanato de rendas, crochê e telas acompanham a história dos Bastiões, pois desde as senhoras ancestrais até as gerações atuais, esses artefatos são produzidos para vendas e para a utilização pessoal.

Os artefatos produzidos artesanalmente na comunidade servem como complemento da renda familiar de muitos moradores. A tela, feita com linhas e que tem como resultado toalhas de mesa, saídas de banhos entre outros, foi por anos a fonte de renda principal de diversas famílias, que produziam a parte inicial do artesanato e vendia pela quantia mínima de R\$ 10,00, apesar de ainda ser produzida, por ocasião da pandemia da Covid-19 a revenda está comprometida.

O teatro é uma manifestação cultural desenvolvida pelos jovens locais, assim como as outras, todos os elementos como figurino, roteiro e direção são desenvolvidos e produzidos pelos componentes do grupo. As peças são baseadas na cultura e vivências da comunidade.

O trabalho com barro é um símbolo da tradição local, muitas casas antigas foram construídas a partir de tijolos e telhas desenvolvidas pelos moradores através dessa prática artesanal, as madeiras utilizadas nas construções eram retiradas das matas localizadas no território. Outros utensílios também eram produzidos utilizando o barro, como potes que armazenavam água e as produções dos rocados e panelas.

As produções de tijolos e telhas eram realizadas em períodos chuvosos, pois necessitavam que o açude que abastece a comunidade, Santo Antônio, estivesse cheio, essa é uma atividade que requer bastante água.

O processo de produção que era realizado por um grupo de pessoas, passa por pelo menos três etapas, inicialmente organiza-se o ambiente que será trabalhado. A escavação para soltar o barro acontece em seguida, juntamente com o processo de molhar a terra, enquanto uma pessoa escava, outra molha. É necessário ficar atento para que se alcance o ponto ideal, nem muito mole e nem duro demais. Essa etapa ocorre durante o dia.

Outra etapa do processo é enformar o material produzido. Também de forma conjunta coloca-se o barro nas fôrmas de madeiras, que são comumente chamadas de grades na comunidade, para que ganhe o formato desejado.

À noite ocorriam o que consideramos a última etapa do processo de produção, quando as pessoas queimavam os tijolos desinformados, eram cavados buracos e colocado fogo dentro. Enquanto os tijolos eram queimados as pessoas divertiam-se.

Esse último processo apenas ocorria no período da noite, porque a fumaça incomodava os vizinhos durante o dia.

Tradicionalmente, a Comunidade Bastiões desenvolveu por anos a produção de panelas e potes, através do trabalho com o barro vermelho. Atividade realizada especialmente por grupos de mulheres que receberam os conhecimentos de suas ancestrais. Em muitas famílias, a produção e venda desses artefatos eram a única maneira de sustentar as famílias.

Quadro 1 - Manifestações culturais tradicionais da Serra dos Bastiões

Manifestação	Mês
Festa de São Sebastião	Janeiro
Novenas de São José	Março
Novenas da Virgem Maria	Maio
Exaltação a Santa Cruz	Maio
Festa de Nossa Senhora do Carmo (padroeira)	Julho
Novenas de Nossa Senhora de Fátima	Outubro
Terço de Todos os Santos	Novembro
Terço das Almas	Novembro

Fonte: Elaboração própria (2020).

As lutas da comunidade para ter acesso aos seus direitos é comum. Os empecilhos ocorrem não apenas pelo conflito interno, mas principalmente pelo poder público. Nessa perspectiva, destacamos como exemplo o acesso à vacina contra Covid-19. Na ocasião recebemos um número aproximado de doses para vacinar essa população. Seguindo as orientações divulgadas pela CONAQ, comunicamos aos moradores como seria o processo. No momento da aplicação, os agentes responsáveis pela vacina não permitiram a aplicação das doses nos quilombolas residentes nos sítios da comunidade, mesmo após a imunização total dos quilombolas que residem no centro dos bastiões. Vale destacar que no "fim" da imunização restaram 150 doses, que foram levadas à sede do município de Iracema e não tivemos informações oficiais sobre o destino. As demais pessoas quilombolas apenas conseguiram ser vacinadas com o processo de vacinação do município, não tendo assim acesso ao direito prioritário à vacina.

Entre os períodos de 2006 e 2007 a Comunidade Bastiões inicia os processos para ser reconhecida como Remanescente de Quilombos pela Fundação Palmares. Para tanto, foi formada a primeira associação quilombola do território. Essa busca ocasionou e ocasiona conflitos quanto à identidade dos sujeitos. Como consequência acontecem atritos e ameaças às lideranças, que estavam silenciadas a anos, no entanto, voltou à tona em 2022 com a retomada das buscas pela certidão.

A forma de vida e organização social da Serra dos Bastiões é repleta de experiência de cuidado com o lugar, com suas práticas e tradições. Essencialmente desenvolvida por moradores, em todos os detalhes. Como exemplo o trato com a terra nos locais de plantação; a limpeza dos lugares de esportes os jovens reúnem-se para tirar o mato; a limpeza da igreja, que é realizada aos sábados, por uma equipe de mulheres voluntárias. Abaixo algumas fotos dos Bastiões.

Figura 8 - Foto da placa que indica a chegada no açude do Santo



Fonte: Arquivo pessoal (2020).

Figura 9 - Foto da população analisando o nível da água do açude



Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 10 - Foto do açude Santo Antônio na Serra dos Bastiões



Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 11 - Foto do Roçado dentro da comunidade Serra dos Bastiões



Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 12 - Foto dos trabalho com o milho, após a colheita



Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 13 - Foto da canjica, comida típica da serra dos Bastiões, feitas com milho, 2020



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 14 - Fotos dos milhos e urucu, secando no sol, Serra dos Bastiões



Fonte: Arquivo Pessoal (2018).

Figura 15 - Foto da igreja católica da Serra dos Bastiões



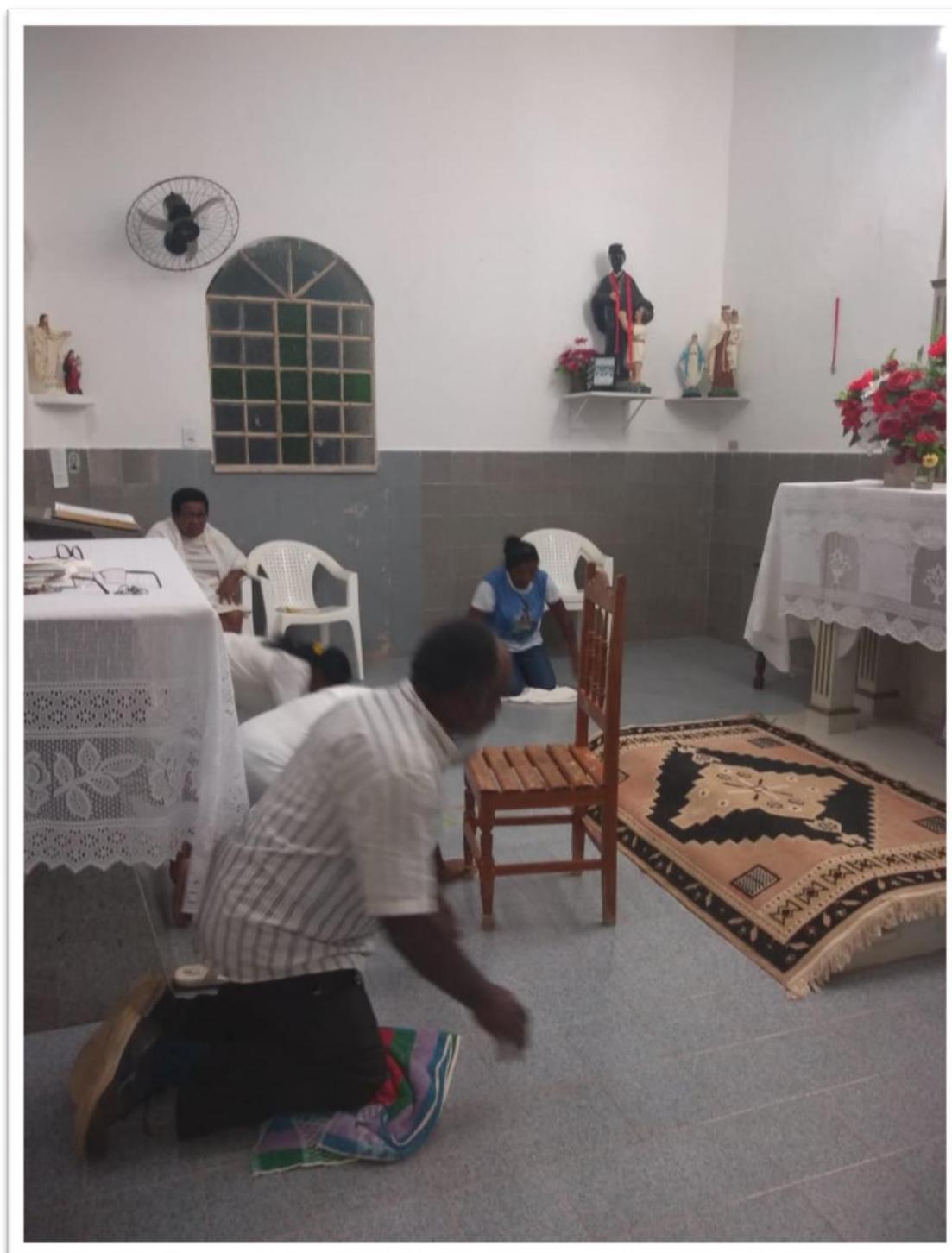
Fonte: Arquivo Pessoal (2018).

Figura 16 - Foto da reza da Santa Cruz, 2021, Bastiões



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 17 - Foto da tradicional reza da Santa cruz, realizada na madrugada do dia 1 de maio



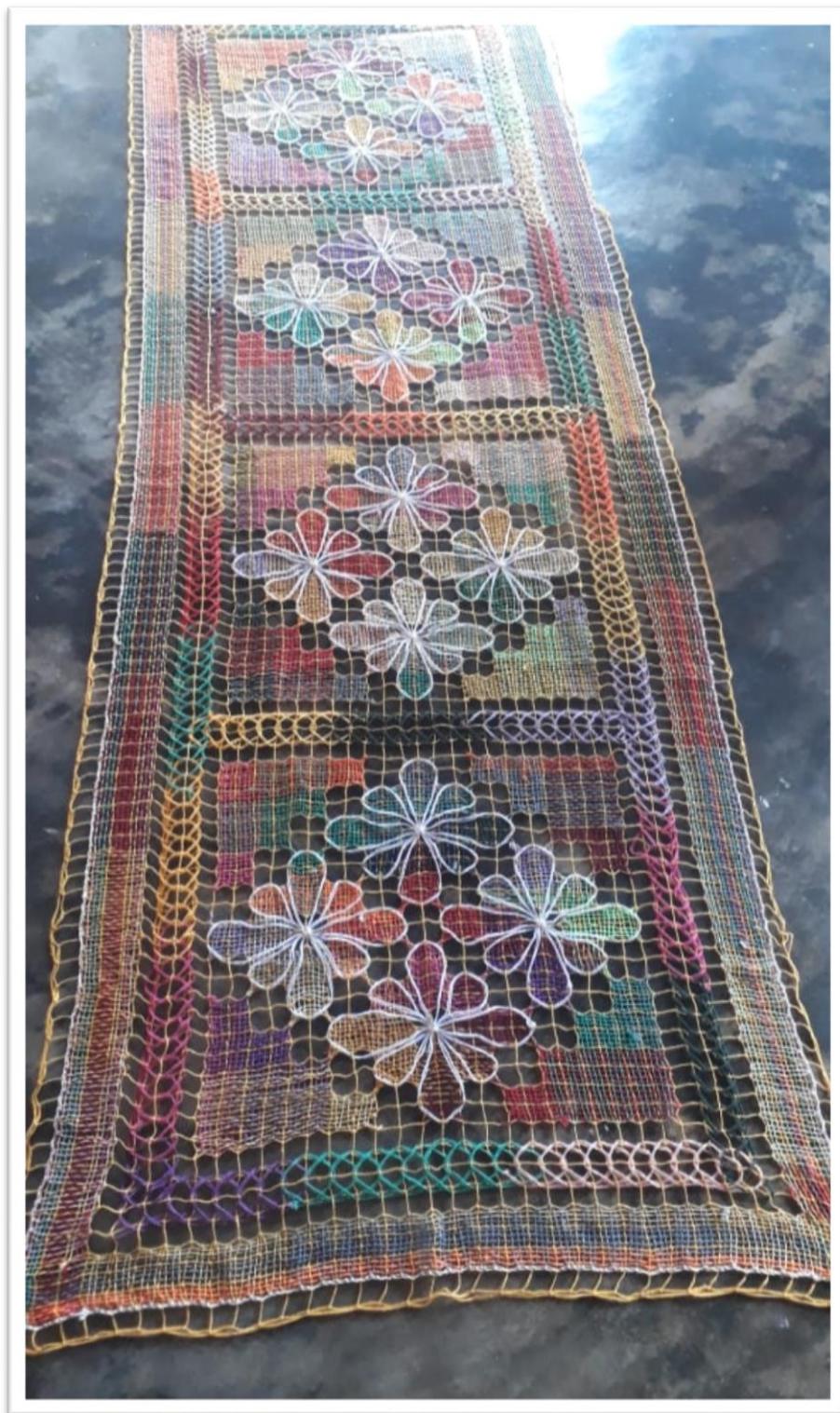
Fonte: Arquivo Pessoal (2018).

Figura 18 - Foto da tela, artesanato feito na Serra dos Bastiões



Fonte: Arquivo Pessoal (2018).

Figura 19 - Foto caminho de mesa feito com a tela, Bastiões, 2021



Fonte: Arquivo Pessoal (2018).

Figura 20 - Foto da tabuleta da tela, instrumento utilizado na Serra dos Bastiões, 2020



Fonte: Arquivo Pessoal (2018).

Figura 21 - Foto da produção de agulhas e tabuletas para fazer o artesanato, na Serra dos Bastiões



Fonte: Arquivo Pessoal (2018).

Figura 22 - Foto caminho de mesa de crochê, Bastiões, 2021



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 23 - Foto de criações de animais na Serra dos Bastiões



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 24 - Foto de telhas antigas produzidas na Serra dos Bastiões



Fonte: Arquivo Pessoal (2021).

Figura 25 - Foto da forma de fazer tijolos na Serra do Bastiões



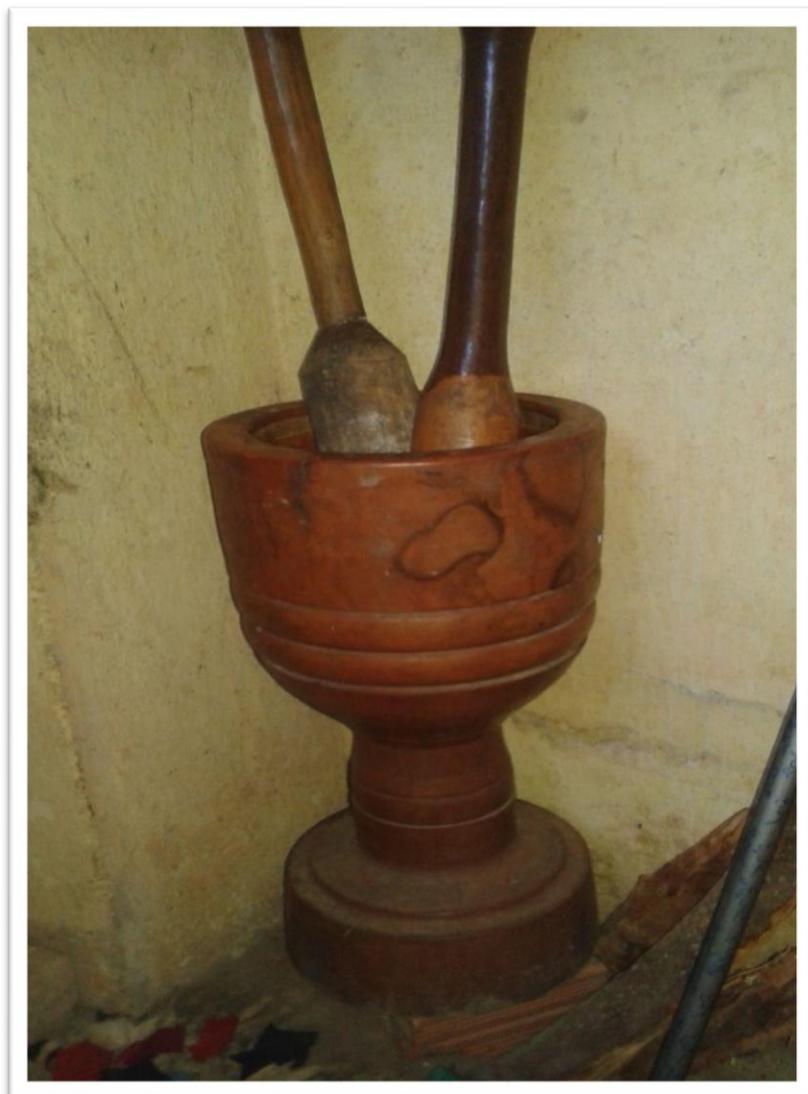
Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 26 - Foto do moinho Serra dos Bastiões



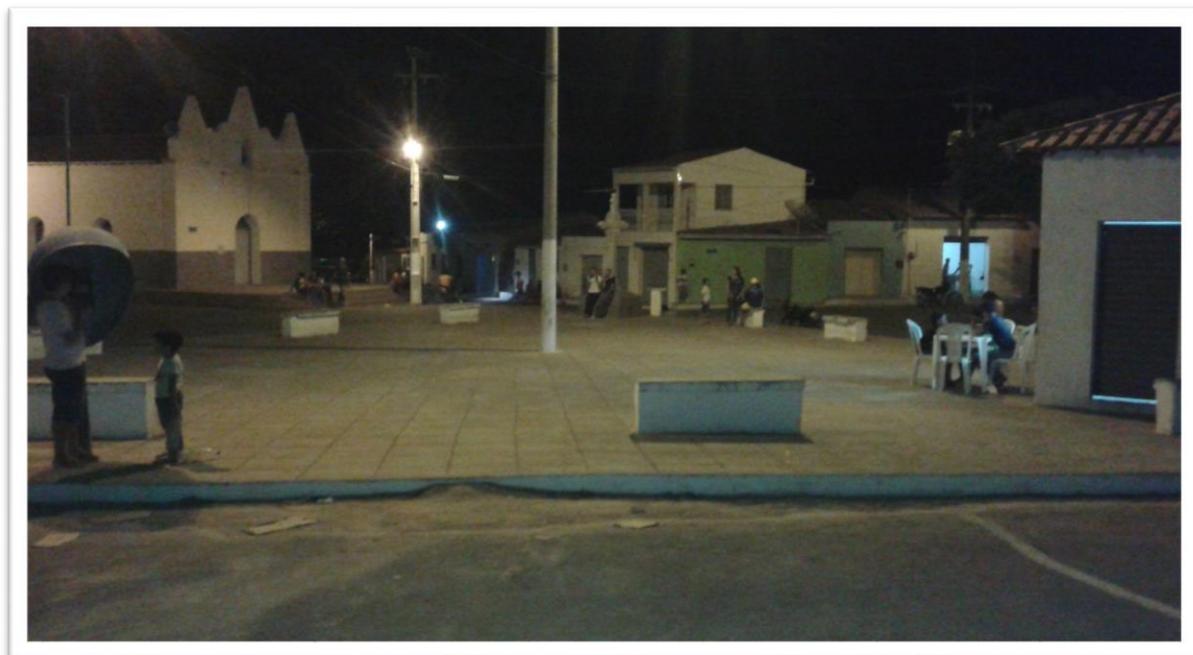
Fonte: Arquivo Pessoal (2021).

Figura 27 - Foto dos pilões da Serra dos Bastiões



Fonte: Arquivo Pessoal (2021).

Figura 28 - Foto da praça dos Bastiões



Fonte: Arquivo pessoal (2021).

Figura 29 - Foto da rede produzida na Serra dos Bastiões e feita do próprio algodão que era também produzido na Serra



Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 30 - Foto da creche da Serra dos Bastiões



Fonte: Arquivo pessoal (2021).

Figura 31 - Foto das ruas da Serra dos Bastiões



Fonte: Arquivo Pessoal (2021).

Figura 32 - Foto do campo de futebol da Serra dos Bastiões



Fonte: Arquivo Pessoal (2021).

Figura 33 - Foto da ancoreta utilizadas para carregar água em jumento



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 34 - Foto do jumento com a cangalha para desenvolver trabalhos na Serra dos Bastiões



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 35 - Foto de pé de cabaça na Serra dos Bastiões



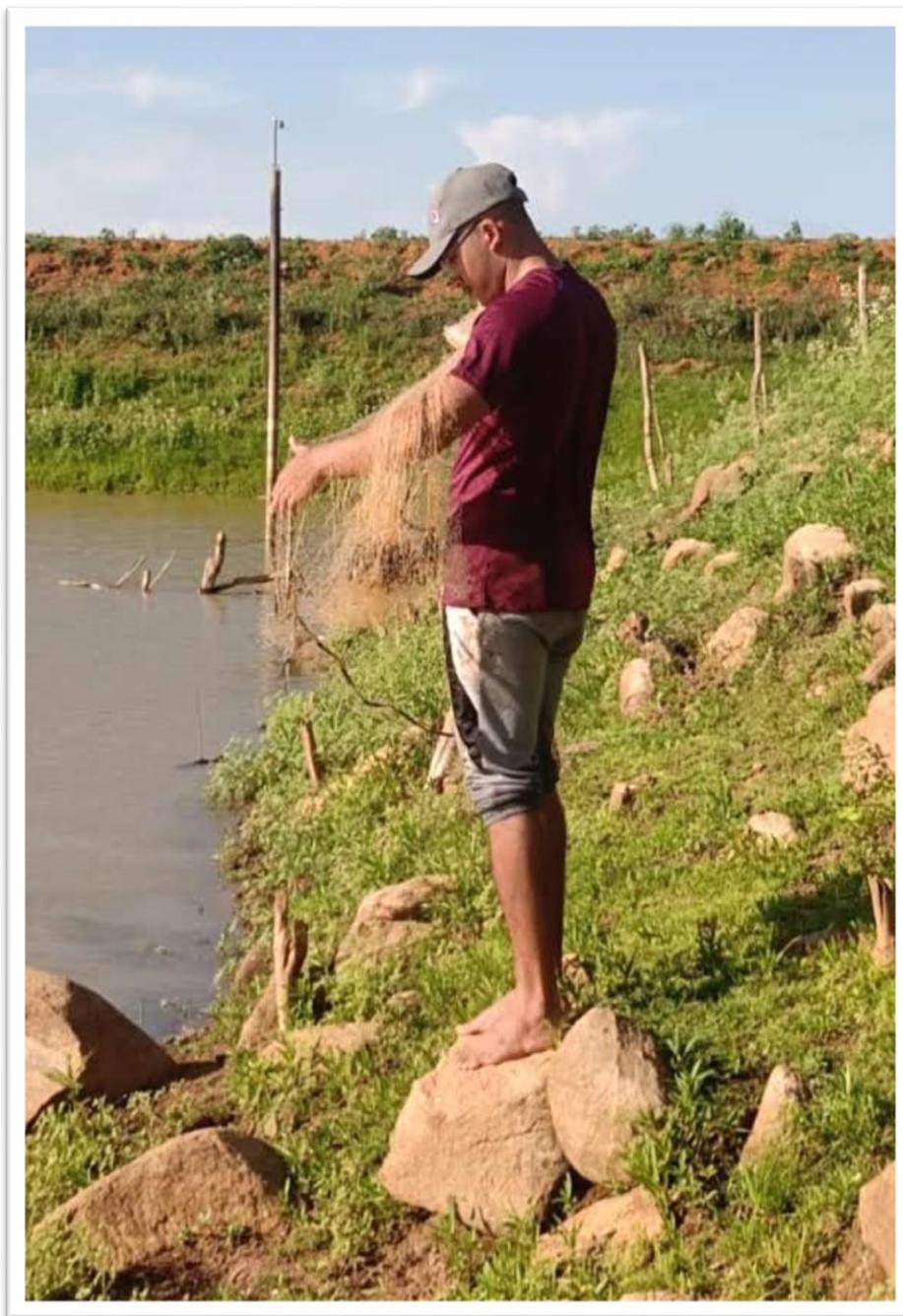
Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 36 - Foto jovem pescando com as redes, Bastiões, 2022



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 37 – Foto de moradores pescando, Bastiões, 2022



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 38 - Foto pesca em açude ao redor da Serra dos Bastiões, 2022



Fonte: Arquivo pessoal.

6.2 Cumbe: a comunidade móvel

A comunidade Cumbe localiza-se em Aracati, dentro da mesorregião do Jaguaribe, sendo abastecido pela Sub-bacia do Baixo Jaguaribe. A comunidade é cercada por dunas, pela foz do Rio Jaguaribe e por manguezais. Essa estrutura é determinante para a formação da história local e para o modo de vida da população.

O Cumbe tem como principais atividades econômicas a pesca e a cata de mariscos, que entre o rio e os mangues dividem as áreas de trabalhos dos pescadores e marisqueiros que acabam se adequando à situação da natureza. Como nos conta o pescador:

Em tempos de chuva não podemos ir para os mangues porque estão alagados de água, nesses tempos pescamos no rio, quando não está chovendo vamos para os mangues para a cata do caranguejo (ANTÚRIO, 40 anos, 2019)

A economia do Povoado Quilombola do Cumbe nem sempre foi baseada na pesca. Em um passado recente, a região era famosa pela produção e venda da melhor aguardente da região. Essa atividade se baseava, obviamente, na produção da cana de açúcar, que com os movimentos das dunas acabaram sendo desinstalados.

O povo daqui passava grande parte do tempo trabalhando nesse engenho, por que a historiografia do estado e do próprio Aracati, vai dizer que era famosa, a cachaça produzida no Cumbe. (CRAVO, 2019)

Segundo Nascimento (2014), no final do Século XIX havia muitos engenhos produzindo a afamada aguardente na cidade de Aracati e que se situavam à margem direita do Rio Jaguaribe, na localidade do Cumbe e em localidades vizinhas. Nada menos que doze distintos engenhos exploravam a produção de cachaça e rapadura afamados em todo o entorno.

O Cumbe está localizado a 12 km da sede do município de Aracati, pode-se ter acesso a ela através das águas do Rio Jaguaribe, pelas dunas ou pela estrada carroçal.

A comunidade é formada por 168 famílias, em sua maioria ampla autodefinidas como “quilombolas”, segundo censos recentes. Além da pesca, não é raro encontrar seus moradores envolvidos na prática de artesanato e agricultura de subsistência. A comunidade, devido às influências a seu modo de vida, precisa urgente de regularização fundiária, identificando, demarcando e registrando o território

quilombola, gerenciando o território coletivo como meio propício para a defesa de invasões de empresas de diversos setores.

Cumbe, palavra de origem africana que significa quilombo, a comunidade situada no litoral leste do estado do Ceará, tem sua história pautada na luta e resistência da população negra, que sofreu com sistema de escravização do estado até as imposições impostas pelo sistema empresarial.

A história da comunidade confunde-se com a história do negro no Brasil, pois como conta as memórias quilombolas, os primeiros moradores do Cumbe que entre outras atividades trabalhavam em engenhos com um sistema de trabalho semiescravo.

O meu pai não era, mas os seus antepassados eram escravos. Era um regime semiescravo, é uma outra escravidão, tipo: quando uma pessoa estava servindo um dono de engenho, estava lá morando com ele e quando não era possível, mandavam sair das suas terras, sem nada, era a moradia pelo trabalho. (CRAVO, 2019)

A situação dessa população era de enorme submissão aos desejos dos donos dos engenhos, as casas para as moradias só poderiam ser construídas de palha para não criar vínculo com a terra e para facilitar a retirada caso não fosse mais o desejo dos proprietários.

As memórias coletivas da comunidade relatam que os donos de engenho não permitiam a construção de casas de taipa, por isso, as casas só poderiam ser construídas com a utilização de palha de coqueiro, por serem mais fáceis de serem destruídas quando os donos dos engenhos não permitiam mais o trabalho das famílias. Essas, obrigatoriamente tinham que sair do território, caso as famílias contestassem sua permanência as residências eram queimavam. Dessa forma, os trabalhadores da região no século dezenove aproximaram-se das áreas de mangue, onde hoje localizam-se o Cumbe, pois essas áreas eram consideradas sem valor para a época.

Como forma de resistência, muitos que viviam essa situação buscaram outros lugares para a moradia, instalaram-se nas áreas mais próximas do mangue, que na época não tinham valor agregado e construíram a Comunidade do Cumbe, nesse território, adaptando o estilo de vida aos elementos fornecidos pela natureza.

Na Comunidade do Cumbe havia bastantes sítios de banana, cana de açúcar, de côco, de manga, eram culturas muito ricas na região. Esses, pertenciam aos

proprietários das terras e os moradores trabalhavam neles em troca de comida e moradia. As produções ocorriam separadamente, tinha os sítios das mangas, os da banana e assim sucessivamente, os engenhos fabricava rapadura e cachaça, os trabalhos na comunidade eram realizados com o auxílio de burros, que tinham a função de levar as canas de açúcar dos canaviais para os engenhos. Para isso, eram montadas estruturas nos burros, que dava pra levar as canas dos dois lados, essas estruturas são chamadas de causar e cambito. O causar transportava elementos como o côco e a manga, já os cambitos levava a madeira e a cana de açúcar.

Meu pai dizia que para poder ter o alimento no dia a dia dele, ele tinha que fazer trabalho, não era pôr dinheiro era pago por comida, tinha o almoço pelo trabalho, eu lembro de uma tia minha que trabalha por comida e ela dizia que era mãe solteira e ela dizia que pra não faltar alimento, ela trabalhava na mesma família que meu pai trabalhou, era uma família grande era referência, minha tia trabalhou como babá também para ter o alimento dela, recebia só a comida. (DÁLIA, 40 anos, 2022)

A partir dos anos de 1967 o município de Aracati necessitava de uma fonte para o abastecimento de água, que cobrisse a necessidade do município. Dessa maneira, com a análise do território, ocorreu a decisão de utilizar as águas do Cumbe. Em 1967 a CAGECE montou estruturas para tratar as águas dentro da comunidade Cumbe. Esse período marca mudanças no abastecimento de água do município de Aracati, que passa a ser abastecido pelas águas da comunidade Cumbe, com as águas oriundas das lagoas dessas dunas.

O Cumbe tem em seu território um extenso reservatório de água doce, área que faz parte dos pontos de exploração externa da comunidade. No final dos anos 1980 para início dos 1990, ocorre a entrada das empresas da carcinicultura, com a criação de camarão em cativeiro, que instalam-se nas áreas de pesca dos pescadores no manguezal. Esse fato dá início aos conflitos internos na comunidade, os motivos dos embates são os prejuízos causados pelas empresas, como o desaparecimento das áreas de mangue, a privatização das margens do mangues, que impediam os acessos dos quilombolas às regiões, com o desaparecimento dos caminhos a lugares importantes que os obrigaram a fazer um percurso bem maior, ou seja, forma privatizando o mangue.

A comunidade movimentava-se seguindo os comandos da natureza, pois nas grandes cheias do Rio Jaguaribe, por diversas vezes, os moradores precisaram deixar suas moradias porque as águas chegavam a atingir até metade das casas, para fugir

das enchentes a população armava barracas de palhas em cima das dunas até que as situações retornassem à normalidade.

Apesar de hoje que as nossas terras é na mão dessas famílias, e que pra nós é muito importante as dunas, o manguezal tem uma riqueza pra nós, era onde tínhamos a nossa renda e o nosso lazer, a duna trazia uma cultura pra gente, subíamos nas dunas por causa das enchentes, dependia de como era o inverno, os açudes enchiam e tínhamos que subir para as dunas mais cedo. (DÁLIA, 40 anos, 2022)

Outra situação que aparece corriqueiramente na história local são as movimentações que nos lembram uma “dança” entre a comunidade e as dunas móveis do território, pois é a partir dos movimentos das dunas que os moradores buscavam novos lugares para se instalarem, por essa razão parte da história local encontra-se soterrada, aparecendo apenas durante a movimentação das áreas. Como observado na narrativa abaixo.

As famílias programavam-se para mudarem-se para as dunas, através da observação da natureza, quando o Rio Jaguaribe começava a receber mais águas, era o sinal da natureza para organizar as mudanças. Cada família fazia sua própria mudança e preparava-se para ficar hospedada em cima das dunas, até que as águas baixassem.

Só tinha uma pessoa que tinha televisão e aí a última enchente foi em 84, tem uma enchente muito grande em 74, mamãe dizia que cavava um buraco na duna e sentada muito irmão, e também tinha cheia pequenas também, quando chovia que não chegava nas nossas casas nos não subíamos, mais outras família subia, as cheias de 74 e 84 nos todos subimos porque água cobriu as casas. (DÁLIA, 40 anos, 2022)

A estrutura das casas eram feitas de taipa, todas eram feitas de pau a pique, carnaúba para fazer a estrutura de cima e bastante pau de mangue. Para construir as casas, os moradores retiravam a madeira dos mangues, o talo da carnaúba era utilizado para enxamear. Depois de feita a estrutura era realizada tapagem dos espaços entre as madeiras, que era utilizado barro. Nessa atividade todos ajudavam. As casas da comunidade eram quase todas de taipa, mais por causa das enchentes que derrubavam-nas, as famílias mudaram para as casas de alvenaria, pois são mais resistentes.

Se você for você vai ver a igreja católica lá no pé da duna, e você pode se perguntar: “Porque a igreja está aqui sozinha?”, é por que o Cumbe era lá, e com a proximidade das dunas o povo foi construindo e a igreja ficou lá. É uma comunidade móvel, se você olhar o mapa da mapoteca do Itamarati de 1813, o Cumbe já aparece, nós estávamos lá no encontro do rio com o mar. Por que isso? Pelo movimento das dunas. (CRAVO, 2019)

Os contos narrados através da história oral fazem relação com os encantados das dunas, que para os moradores eram uma cavalaria e o rei Dom Sebastião comunicando-se com o seu povo através da linguagem dos tambores. A leitura dos toques dos tambores feita pelos antigos moradores é que eram sinais para não saírem de suas casas.

Nas grandes enchentes de bastante chuva os moradores utilizavam as palhas do coqueiro e da carnaúba para cobrirem as barracas, pois o território era repleto de coqueiros. Quando as famílias percebiam que teriam cheia subiam as dunas para fazer suas barracas, utilizando forquilhas para as estruturas e palhas de coqueiros para cobrir dos lados, as partes de baixo e a de cima das barracas. A organização das barracas nas dunas era próxima às das casas na comunidade, pois as famílias do Cumbe têm a cultura dos vizinhos, que gostam de ficar perto uns dos outros.

As dunas do Cumbe tinham bastante água nesse período, as famílias utilizavam as águas dos poços para beber e cozinhar, também eram utilizados para lavar roupas. Nos reservatórios de águas das dunas tinha bastante piabas, essas eram utilizadas para a alimentação, as crianças muitas vezes faziam a atividade da pesca, utilizando tarrafas dirigiam-se para as lagoas, além de levá-las para casa, faziam os peixes nas margens para comerem com a farinha levadas das barracas, faziam pirão e assavam o peixe. Nas dunas tinha muita fruta nativa.

Essas frutas têm um sabor de história de infância que só dá na duna, o murici pitanga, eu lembro que nos comia muito com açúcar, que se chama cambica de murici que é uma comida indígena, minha infância foi o que mais me incentivou a lutar, uma infância que eu vivi intensamente. (DÁLIA, 40 anos, 2022)

A história oral relata que o cemitério era o refúgio dos negros, as memórias eram relatadas para as crianças nas dunas e essas são recontadas pelas gerações subsequentes, como local histórico para a comunidade. Muitas experiências foram vividas a partir das memórias ancestrais. Nos rituais ancestrais as crianças eram orientadas a irem deixar flores no cemitério.

Com meus irmãos e tinha um caminho que era inesquecível esse caminho nos comia goiaba, caju, também tinha umas água corrente que descia da duna bem gelada e os mais velhos dizia que quando saísse do cemitério tinha que se lavar para tirar a areia do cemitério, e nós já passava nas águas correntes para tirar a areia, tinha também uma mulher que morava vizinho ao cemitério o nome dela é Vicensa, ela era uma negra, que gostava de usar um pano na cabeça, ela me trazia muitos traços africanos trazia muito o semblante, ele viva com um irmão, ela não chegou a ter família, ele também tinha traços africanos muito forte, olhe ai como eu quando era criança já tinha

a curiosidade, lá no cemitério santa cruz os negros faziam virilha, o morro da santa cruz é o morro mais alto, avistava o mar e o rio Jaguaribe até o território do Cumbe, ai eles percebia se vinha um tom de ameaça, pelo mar, pelo rio. (DÁLIA, 40 anos, 2022)

O território traz para os quilombolas do Cumbe um ambiente repleto de afeto e de religiosidade. O cemitério Santa Cruz é secular, lugar de manifestação de fé, onde os devotos depositavam peças em agradecimento das graças alcançadas. Elementos que representam partes do corpo, como peças de cabeças, de pés e de mamas. Para as crianças essas peças eram parte de suas brincadeiras.

Eu e meus irmão brincamos muito com as peças no cemitério, botava debaixo da blusa, tinha mama grande e pequena, tinha cabeça grande, tinha cabeça de criança, perna, braço, e quando a gente é criança é muito curiosa, com o tempo foi se decompondo, eu tenho fotos aqui do cemitério santa cruz e agora tem pouca coisa mais ainda tem cabeça, mama, pernas e braços. (DÁLIA, 40 anos, 2022)

Essa lenda afetou o cotidiano da comunidade por muitos anos, pois até os anos 1980 as mulheres juntavam e lavavam as roupas da semana de suas famílias no rio próximo às dunas, nos horários determinados pela história local. Elas relatam a relação com o que eles chamam de encantados das dunas.

E na comunidade, até a década de oitenta essa lenda fazia parte do imaginário local, porque ainda era no período em que as mulheres juntavam a roupa da semana e iam lavar nas lagoas das dunas. Então quando dava doze horas do dia tinham algumas que ouviam as batidas de tambores de Dom Sebastião, tinha outras que viam ele passando sobre as dunas, tinha outras que viam ele entrando no mar. (CRAVO, 2019)

A religiosidade do Cumbe manifesta-se especialmente através da igreja católica de Nosso Senhor do Bonfim. As atividades dos ativistas e moradores, por muitas vezes têm relações com a pastoral dos pescadores. Igreja e comunidade seguem posicionamentos próximos nas lutas quilombolas.

Sabia, mas hoje eu contando minha história com meu conhecimento da minha história, da minha identidade, quem foi a minha comunidade, teve registro, Samia eu me emociono, as visitas na comunidade, os escravos que dizia que tinha, eu vi isso escrito, isso me emociona demais. (DÁLIA, 40 anos, 2022)

As memórias religiosas na Comunidade Cumbe relatam que os negros não podiam sentar-se junto com os brancos nas igrejas católicas, por isso as histórias da comunidade com a religião de matriz africana são extremamente fortes. Os negros, para manterem suas práticas de umbanda, tiveram a necessidade de fazer de forma

escondida. As manifestações religiosas da matriz africana eram realizadas nas dunas. Essa tradição se mantém vivas na atualidade.

Na contemporaneidade as manifestações religiosas de matriz africanas ainda ocorrem de forma escondida, característica dessa prática na comunidade é a ausência de terreiros. As manifestações religiosas ocorriam na casa das pessoas e a informação era divulgada entre os moradores. No momento atual, porém, as famílias tradicionais dessa prática perderam o contato com a tradição, com o falecimento dos mais velhos. As novas gerações tornaram-se evangélicas. A tradição segue existindo através de outras pessoas, do mesmo modo, sem terreiro e de forma escondida.

Como relatado anteriormente, a principal atividade econômica do Cumbe são a pesca artesanal de peixes e mariscos e a cata de caranguejo. A natureza é quem determina qual e como será o trabalho dos pescadores, pois em tempos de muitas chuvas o mangue fica alagado impedindo a cata.

Os caranguejos podem ser catados de diversas maneiras, da forma mais tradicional, utilizando apenas o braço no buraco, o arroio quando os catadores fazem buracos no manguezal e tampe com galhos para que os caranguejos agarrem nas folhas e sejam puxados, entre outras formas essas são as consideradas tradicionais.

Todos os dias os pescadores saem cedo de casa para analisarem a situação das áreas de trabalhos, o rio e o mangue, para assim decidirem qual atividade desenvolveram no dia, se a pesca de peixes ou a cata do caranguejo. Os pescadores mais experientes quando estão com outros afazeres fazem suas análises através da observação do céu.

A Gente vai cedo olha como estão as águas, se vai dá pra pescar ou não. Se tiver chovido muito não dá pra catar o caranguejo, só dá pra trabalhar nas águas, mas pra isso precisa observar. Alguns mais antigo que já sabem o tempo certo das coisas olham pelo céu mesmo e conseguem decidir, mais se passar muitos dias afastado do mar ai já não consegue mais pelo Céu porque perde a referência. (ANTÚRIO, 2019)

Cumbe tem como comunidades vizinhas Esteves, Canavieira e Beirada. A região é muito rica em recursos naturais e está dentro do sistema de proteção ambiental. É por isso mesmo também repleta de ameaças, o que sedimentou a necessidade de conscientização de seu povo e de seu associativismo para a defesa de seus interesses, uma vez que o poder público nada fez para propiciar a manutenção dos valores ancestrais à esta sociedade (LEAL, 2012).

Em decorrência desta necessidade de autopreservação e autodefesa, os ativistas e profissionais do quilombo criaram uma associação profissional agregando seus pescadores, artesãos e agricultores, como estratégia de luta, resistência e afirmação da identidade dos pescadores/as quilombolas do mangue do Cumbe.

Até o nosso reconhecimento para vim, para nos era muito novo, nos se juntava nas casas dos pescadores, organizando, que nós estávamos tomando o nosso espaço, e ai foi discutido e João falou uma pauta que nos era uma comunidade quilombola e era a nossa história. (DÁLIA, 40 anos, 2022)

Surgia assim uma associação quilombola, que a partir daí se dedicaria à realização de trilhas ecológicas, aulas de campo, passeios de barco e o resgate da riquíssima tradição cultural daquela comunidade, em eventos compartilhados entre nativos e turistas e que serviram – como ainda o fazem – para conscientizar a população das necessidades e individualidades da cosmogonia quilombola e também para aprimorar a sensação de pertencimento de seu povo tão esquecido.

Com a presença INCRA, algumas famílias decidiram não se autodeclarar quilombola por conta das pressões dos conflitos, outras saíram do território, tendo o principal destino a sede do município de Aracati. Os argumentos utilizados aos que negam a identidade quilombola é que o Cumbe não é uma comunidade quilombola, pela quantidade de pessoas brancas.

Quando o INCRA veio dona Vincensa foi morar no Aracati, com a pressão das famílias fez ela se anegar isso dói, se a gente for conversar vão falar o Cumbe não é uma comunidade quilombola porque tem muita gente branca, Samia todos os negros que tinha aqui, que já morreram se negaram, não se declararão porque teve uma pressão da família, a minha família a do meu pai dos papagaios se negaram. (DÁLIA, 40 anos, 2022)

Apesar da tentativa de desvincular a história do Cumbe, como quilombola, justificando a presença de brancos, o Cumbe traz na sua história as lutas e tradições das famílias negras. Familiares diversos ocasionaram a presença de pessoas com a pele mais clara do que a dos antepassados. Esse fato, porém, não descaracteriza as identidades e tradições ancestrais. As lutas seguem baseando-se na proteção do território, que guarda os saberes ancestrais, pois a ancestralidade negra quilombola é viva e orienta o cotidiano da comunidade.

A comunidade vem travando grandes batalhas, justamente pelas invasões de empresas ao território, as instalações de grupos empresariais avançam em direção a

área que a população do Cumbe desenvolve atividades importantes do cotidiano, como o trabalho.

Os conflitos ocorrem com a utilização de estratégias desleais dos empresários, que oferecem empregos e estabilidade mínima a um pequeno grupo de moradores e, a partir disso, tem aprovado seus feitos. Esse fato intensifica os embates internos entre os moradores da comunidade.

A estratégia utilizada pelos empresários é desagregar para conquistar, quanto mais discórdia interna mais eles ganham espaços, os conflitos começaram assim, eles ficando do lado dos empresários. (CRAVO, 2019)

Em contrapartida, os antepassados da comunidade eram submetidos a extrema opressão e tinham muitas dificuldades para se contrapor a esse sistema, pois trabalhavam pela moradia e alimentação das famílias, as imposições colocavam os moradores do Cumbe em um lugar de submissão, como uma prisão em que era impossível libertar-se.

O cumbe foi construído muito deles por essa opressão, isso foi tão imposto, que se nós achar inferior em relação a nós com opressor, que fez isto com a gente e hoje a gente tá se libertando de um processo, quando eu era criança eu tinha uma amiga eu ficava em um determinado lugar ela era branca, eu me sentia feia, eu era preta, eu me sentia oposto dela, eu achava que não tinha chance por ser negra, por ser preta, e ela toda arrumadinha, e eu ficava pensando. (DÁLIA, 40 anos, 2022)

As invasões culturais e econômicas à sociedade quilombola do Cumbe aumentam significativamente com os anos, sob infundada justificativa da geração de empregos, aportaram naquela circunvizinhança a carcinicultura, parques de energia eólica e outras atividades antrópicas que vem gerando danos socioambientais de várias maneiras: o desmatamento do mangue, poluição das águas, privatização das áreas públicas, aterramento de lagoas interdunares, destruição de sítios arqueológicos, compactação de dunas móveis, mudança na dinâmica local, o que muito definem como “racismo ambiental”.

A partir desse conceito, podemos apontar a existência, conforme nos diz a autora, de conflitos socioambientais em consequência da dinâmica de invasão da Zona Costeira do Ceará, principalmente quando fazemos menção à instalação dos empreendimentos da carcinicultura, que repercute no modo de vida das comunidades tradicionais de pescadores/as do mangue, que habita territórios encravados em áreas de manguezais e apicum. (NASCIMENTO, 2014, p.37)

A carcinicultura, criação de camarão em cativeiro, é um dos motivos dos conflitos, pois para sua produção cativa são utilizados diversos produtos químicos que

afetam a normalidade dos manguezais, onde a população quilombola realiza a cata do caranguejo. Além disso, o excesso de produtos químicos ocasiona problemas de saúde na população. Como observamos na fala da liderança.

Nos nesse processo, nosso primeiro grito de socorro dessa mortandade por causa do empreendimento, e aia gente ficou alerta que o nosso mangue estava sendo afetado e com certeza nos também porque dá lhe tirava nossa renda e o nosso alimento, então o mangue era muito valioso para nos, e aí o território que eu acho que isso não vem atoa, então a gente tem uma identidade com o território e que os nossos ancestrais tinha uma relação e aí eu podia ter uma forma de luta de serem sua resistência na época, eu não sei te dizer eu acho que João pode até te trazer mais do que o meu conhecimento, eu trago o meu conhecimento de muito do que eu até alcancei. (DÁLIA, 40 anos, 2022)

O problema acentuou-se entre os anos de 2002 a 2004, pois nesse período ocorreu uma grande mortandade de caranguejos nos mangues do território do Cumbe. Por essa razão os pescadores locais foram obrigados a passar esse período de dois anos sem coletar um caranguejo na região, pois os produtos químicos utilizados na produção de camarão em cativeiro pelas empresas de carcinicultura mataram uma grande quantidade de mariscos.

Além da privatização do mangue, houve um desmatamento do mangue e com ele o desaparecimento do caranguejo, eles começam a utilizar produtos químicos e ao utilizar eles começam a contaminar o rio com esses produtos que eram lançados sem nenhum tratamento ou controle, dentro dos braços do rio, e quando a maré subia contaminava o mangue e matava tanto peixes como caranguejos (CRAVO, 2019)

Economicamente a criação de camarões privados afetou drasticamente a vida dos quilombolas, pela utilização de produtos químicos que matam os caranguejos. Os camarões passam três meses dentro dos tanques, durante esse período o camarão já está adequado para a revenda, após a retirada do camarão dos tanques, as águas da criação, contendo veneno, são direcionadas diretamente para os manguezais, por essa razão morreram muitos peixes e caranguejos, momento desesperador para a comunidade. Desse modo, apresentou a necessidade da mobilização do movimento quilombola no Cumbe, para o fortalecimento e mobilização dos pescadores.

Jogavam a água nos mangues que é usado pela comunidade, ele é o berço da vida, os peixes do mar, vem desovar nos mangues, tem muitas espécies lá graças o manguezal. O peixe grande vem desovar no mangue e depois volta para o mar, as espécies pequenas pras elas ganharem vida e voltar para os seus lugares, o mangue é muito sensível e muito importante. E teve um certo período que a gente se envergonha, quando era adolescente se associava ao Cumbe, dizia que a gente fedia. (DÁLIA, 40 anos, 2022)

O racismo imposto aos quilombolas dificultavam as relações sociais da comunidade. Os rapazes e moças, por exemplo, tinham dificuldades em dizer que era do Cumbe, pois eram frequentemente acusados de feder com a lama do mangue, e por isso, não conseguiam relacionar-se amorosamente com pessoas externas à comunidade. E isso causava constrangimento, que gerava a negação como moradores do Cumbe. Só foi superado a partir do conhecimento, do acesso às informações por parte dos moradores, que buscavam entender o que representava o território.

Nos tinha vergonha em dizer que era do Cumbe, João disse que perdeu essa vergonha quando começou a estudar no Aracati ele quando começo a fazer o ensino médio a professora João fale sobre a sua história, João fale sobre isso, e cada saber falar sem saber de nada, fale dos engenhos e ele não sabia, e ele se envergonhou de não saber, e ai tomou a proporção João é o mais velho que eu um ano, ele trouxe muito o reconhecimento da nossa história né. (DÁLIA, 40 anos, 2022)

Outro problema central da vida social da comunidade são as empresas de energia eólica, que ocasionam desde suas instalações uma série de agressões à cultura local. Os três parques de energia eólica instalados nas dunas em 2008, ocasionaram na prática sua privatização. Além disso, a “energia limpa” se impôs sobre a vida local, desconsiderando-a, soterrando lagoas e destruindo dezenas de sítios arqueológicos, históricos e pré-históricos, localizados nas dunas, que registravam a cultura da comunidade negra quilombola (NASCIMENTO, 2014, p. 55).

A organização dos moradores quilombolas do Cumbe, junto a sua associação, é fator determinante para que eles consigam superar as adversidades geradas especialmente pelos conflitos internos e obtenham os avanços na melhoria das condições de vida e manutenção de suas culturas e tradições.

O conhecimento da comunidade sobre o significado do termo quilombola era desconhecido pelos moradores do Cumbe, diante das invasões do território, os quilombolas buscaram mobilizar-se e aprender sobre todos os assuntos que envolviam a comunidade. As descobertas oriundas das lutas sociais trouxeram a valorização das lutas dos quilombos e suas importâncias para a formação do país. Esse evento trouxe para os quilombolas a valorização da auto imagem, que pela influência do racismo imposto a eles inexistia entre os moradores da comunidade.

Descobrimos que quilombos eram de pessoas que veio atrás de liberdade em busca de uma qualidade melhor de vida. Essa opressão que foi essa história que trazia do negro, e aquilo ali era incrível, ai eu meu deus do céu, eu disse que quando falarmos isso, para todos vai dar confusão, porque nós fomos tão

negados contra os empreendimentos de nos pescadoras justo essas pessoas que reconhecia como quilombola e são eles que defendia o território, ai nós já sofríamos uma perseguição porque nós já denunciava, critica porque nós já defendia o território. Nós tivemos essa negação porque nós já vinha de luta, esse povo que querem tomar as terras, mudamos o nome de pescador pra quilombola, certificado da palmares conseguimos em 2014. (DÁLIA, 40 anos, 2022)

A associação que representava os pescadores do, independente da autodeclaração ou não, tinha registro desde o ano de 2003. Com os novos conhecimentos e os novos direcionamentos de lutas, muda de nome em 2014, com a certificação da Fundação Cultural Palmares. A mudança ocorreu para o fortalecimento da identidade quilombola.

Com a auto identificação como quilombola, a comunidade, que no período da primeira associação não possuía conflitos entre os pescadores, passou a ter constantes e violentos embates, com a criminalização das lutas quilombolas e perseguições dos empresários e moradores que não se declaram quilombolas. Diante dessa realidade, alguns moradores precisaram ausentar-se da comunidade e as lideranças quilombolas desde então fazem parte de programas de proteção.

Nesse processo nós tínhamos a associação registrada em 2003, tinha muita gente registrada, não existia conflito entre nós, todo mundo era pescador. Nos era pescador não tinha estudo de nada, tudo nos aprendia na marra, nos entedia que tinha que fazer a associação registrada, nos dizia que trabalhando com CNPJ nos era amado pra algumas coisas, mais é necessário ter CNPJ essas coisa, João foi para marabá, que ele deu um tempo na comunidade por conta das ameaças, e ai nós ficamos na comunidade, e nessa época João mostrou a cara e nos ficamos na retaguarda, e hoje nós estamos mostrando a cara. (DÁLIA, 40 anos, 2022)

A associação da comunidade Cumbe surge no ano de 2003, para defesa dos pescadores e do manguezal. As pressões dos empresários sobre os moradores privou-os de ter acesso ao território, afetando profundamente o modo de vida da comunidade, além dos efeitos negativos para a cata do caranguejo, que é a principal atividade econômica da comunidade do Cumbe, impostos pela carcinicultura privada.

A gente estava muito privado, e aí a associação nasceu em 2003, mais antes eu me lembro que 2000 pra 2001 nós tivemos uma mortandade de caranguejo muito grande, então já estava sendo uma consequência das carcinicultura chegou em 96 e em 2001 nós tivemos a mortandade de dois anos de caranguejo e o caranguejo é a maior economia da comunidade, é uma prática feita pelos homens à cata do caranguejo, então ela era uma economia muito forte, e nessa época a caça incultura usava muito produto químico, era um produto que ela fazia na época da caça incultura eles jogavam diretamente nas gangorras nos braços dos rios isso aconteceu a consequência de muita morte de caranguejo, aí foi desesperador e aí nesse período, era o auge do

camarão, era para exportação eles dizia que era choque térmico com esse produto. (DÁLIA, 40 anos, 2022)

A associação quilombola é efetiva na busca por oportunidades de melhorias, com sede própria. É através dela que a comunidade consegue acessar aos projetos governamentais ou de ONGs, que beneficiem os quilombolas, como a criação de animais para a revenda e a construção de um restaurante comunitário que irá auxiliar no turismo comunitário praticado pela comunidade.

Atualmente, perseveram e se intensificam as batalhas ativistas das associações e indivíduos que lutam pela preservação ambiental e cultural daqueles sítios tão aprazíveis e preciosos. As lutas e resistências da comunidade Cumbe direcionam-se especialmente pela preservação das tradições ancestrais, que correm grande risco de desaparecimento com a invasão do território por diferentes empresas.

O território do Cumbe é cuidado pelos quilombolas como um ancestral, enquanto os empreendimentos buscam ocupar as terras da comunidade para destruir e/ou danificar as estruturas territoriais o povo quilombola alinha sua vida às características territoriais onde foram formados.

O território cuida, cura e alimenta a nós quilombolas, quando não estou bem venho aqui nas dunas ou no rio, e revejo toda a nossa história na memória, onde brincávamos, onde lavávamos roupas e tomávamos banhos, depois disso já me sinto melhor, ele também nós oferece o nosso alimento, nosso sustento, faz parte de nós. (DÁLIA, 40 anos, 2022)

Dentre as principais formas de cuidados que os quilombolas do Cumbe têm com o seu território, destacamos a limpeza do mangue, que é realizada por grupos de pessoas quilombolas da comunidade, entre crianças jovens e adultos, que adentram o mangue separam-se em equipes e com sacos de lixos saem catando os lixos espalhados na região. Ao fim do trabalho, os sacos de lixos são transportados pela balsa da associação até o ponto de encontro. Posteriormente, são colocados nos locais reservados para deixarem o lixo e a coleta retirar.

O Cumbe sofre há muitos anos com os ataques ao seu território e a negação de sua identidade quilombola, além de sofrer com diversos processos judiciais que buscam reprimir suas lutas, sofrem também com o racismo social que reduz sua história a uma lugar comum, retirando suas especificidades quilombolas.

As relações sociais desenvolvidas no ambiente escolar são um enorme exemplo desse processo de negação identitária. A escola que deveria ser um espaço

em que os educandos expressem por completo, reprime os alunos quilombolas a expressarem suas identidades no espaço.

A escola é um dos lados negativos da comunidade, porque ela não nós apoia, ela não nós apoia em eu ser quem eu sou quilombola, nós so estudamos a história do Aracati, e se dissermos que somos quilombolas podemos até ser chamados na diretoria. (TREVO, 16 anos, 2022)

Percebemos na fala do Trevo que a negação das identidades quilombolas no ambiente escolar influenciam nas suas relações com a escola, pois esse torna-se um ambiente hostil, não contribuindo para a formação integral dos sujeitos, visto que esses são constrangidos a silenciar parte importante de suas formações.

A vacinação contra a Covid-19, que judicialmente deveria priorizar as comunidades quilombolas, entre outros setores sociais, é um exemplo das ações institucionais a comunidade Cumbe. Nessa ocasião, com a falta de informações da prefeitura de Aracati sobre a vacinação para os quilombolas de seu município, os moradores do Cumbe passaram a cobrar respostas durante transmissão ao vivo nas redes sociais do gestor, que inicialmente negou a vacina para os quilombolas. Posteriormente, com as ações judiciais das comunidades, a informação repassada pelos gestores do município foi que apenas reconheciam o Córrego de Ubaranas como comunidade quilombola, pois possuíam o RTID e o Cumbe ainda está com o processo para a consolidação do seu documento.

A Vara Judicial de Limoeiro do Norte concedeu parecer favorável à Prefeitura, em respeito a negação da vacinação do Cumbe, que apenas conseguiu efetivar seus direitos a partir da mudança para a Segunda Vara de Recife.

Entre os anos de 2020 a 2021 já havia o diálogo sobre os direitos, e que nós quilombolas entraria como grupo prioritário igual aos indígenas, e assim foi lutado para que esse direito viesse pra nós, em janeiro de 2021 a agente de saúde entrou em contato comigo pedindo a lista das famílias quilombolas, eu achei estranho porque ainda estava no começo, as pessoas ainda estavam com medo, por causa da “fake News” sobre a vacina, enviamos a lista, e fomos orientando as pessoas que estavam com medo, ao mesmo tempo, estávamos vendo as outras comunidades do estado serem vacinadas, através das solicitações e organizações dos municípios, nós do cumbe ficamos aguardando e nada, então com algumas “lives” que o prefeito estava fazendo, nós entramos e começamos a cobrar, ai o prefeito veio com o vídeo dizendo que o cumbe não era quilombola, então nos organizamos em lutas em manifestações e ganhamos notoriedade e conseguimos entrar na justiça, a justiça de Limoeiro aceitou apenas a vacinação do Corrego, porque ele tem RTID. (DÁLIA, 40 anos, 2022)

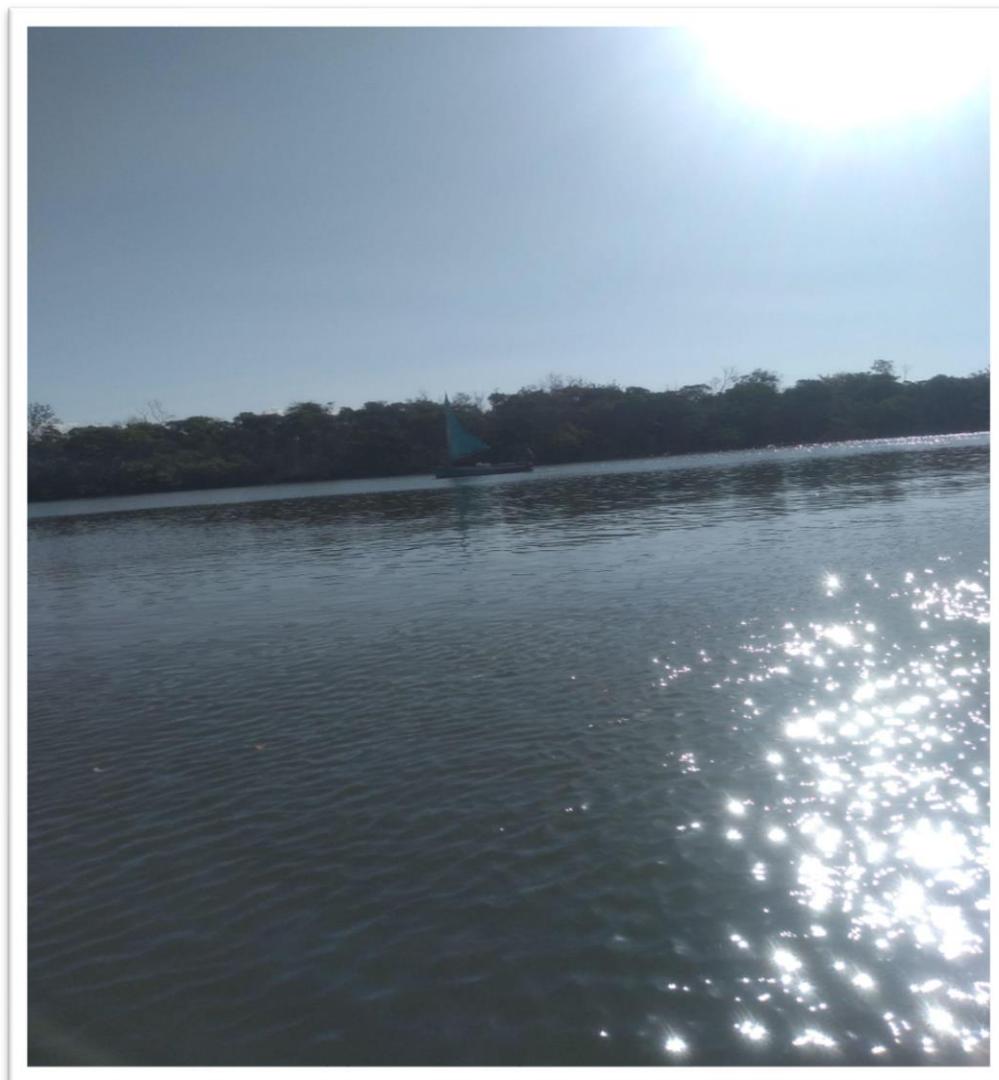
Os processos de luta atualmente na comunidade estão relacionados ao direito à vida, pois muitas lideranças do Cumbe sofrem ameaças de morte e são parte de

programas de proteção. A defesa e utilização do seu território, com os grandes empreendimentos, reduzem os espaços de convivência, trabalho e lazer dos quilombolas, privatizando-os para o uso particular, afetando as formas de vidas naturais do Cumbe, assim como o direito a manifestar sua identidade sem medo ou opressões.

Os nossos processos hoje continuam, temos dois processos na justiça contra nós, um para anular a nossa certidão da Palmares, e outra para impedir que o INCRA entre em nosso território para finalizar o nosso RTID, temos receio de que aconteceu com Ubaranas que retiraram o RTID deles, a gente sabe que pode ser os próximos, estamos nós organizando no dia a dia nesse processo, e na vigília, porque os empresários se organizaram contra nós e até contrataram um antropólogo, que é envolvido em fraude para ele fazer o contra laudo contra nós, que vem tirando hoje nossas áreas, descaracterizando nossas lutas, nossas resistências, então isso já é bem óbvio, é bem claro o que eles estão buscando, que é os recursos deles, os benefícios deles. (DÁLIA, 40 anos, 2022)

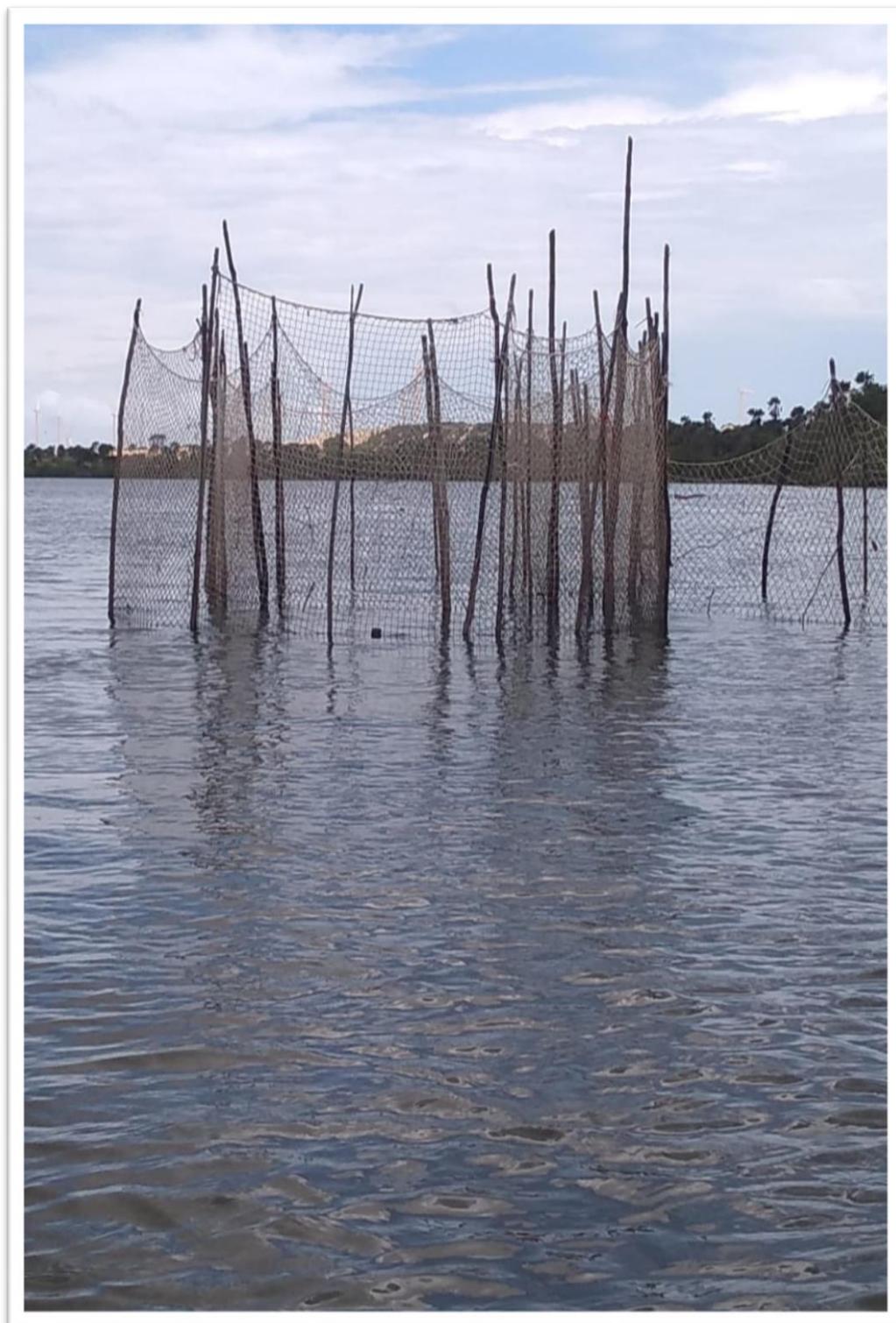
Diante do relato acima, podemos compreender que as lutas dos quilombolas no Cumbe são batalhas contra uma organização dirigida por empresários que construíram uma rede de pessoas que contribuem com suas ações, envolvendo inclusive moradores parentes dos quilombolas, que negam suas identidades, por estarem ligados profissionalmente com os empreendimentos. Ainda assim, podemos considerar que as resistências têm construído bons frutos para os quilombolas, que persistem na luta e seguem conquistando o direito de existir por completo como povo, com a manutenção da vida, das manifestações identitárias e do território. Abaixo algumas fotos.

Figura 39 - Foto do rio Jaguaribe, Cumbe, Ceará



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 40 - Foto do instrumento de pesca, chamado curral no Rio Jaguaribe, Cumbe, Ceará



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 41 - Foto da limpeza do mangue feita pelos os moradores do Cumbe



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 42 - Foto da Associação Quilombola do Cumbe



Fonte: Foto de João do Cumbe.

Figura 43 - Foto da barraca de praia da Associação do Cumbe



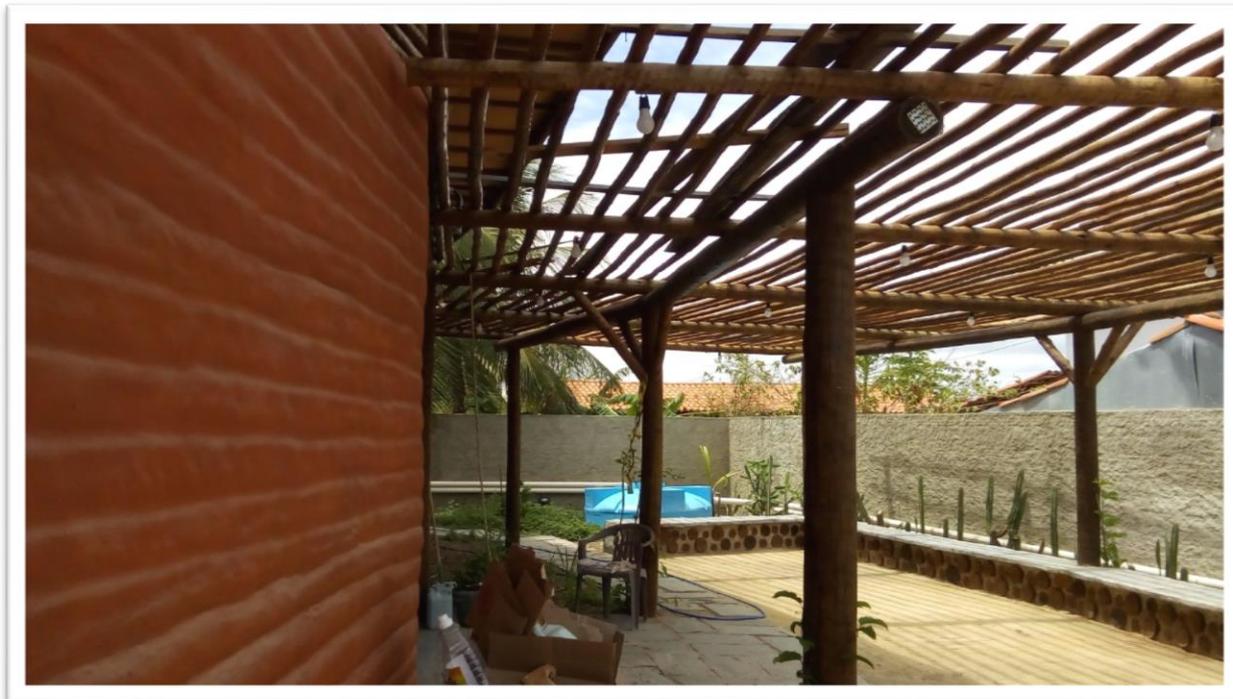
Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 44 - Foto da parte externa do Museu do Cumbe



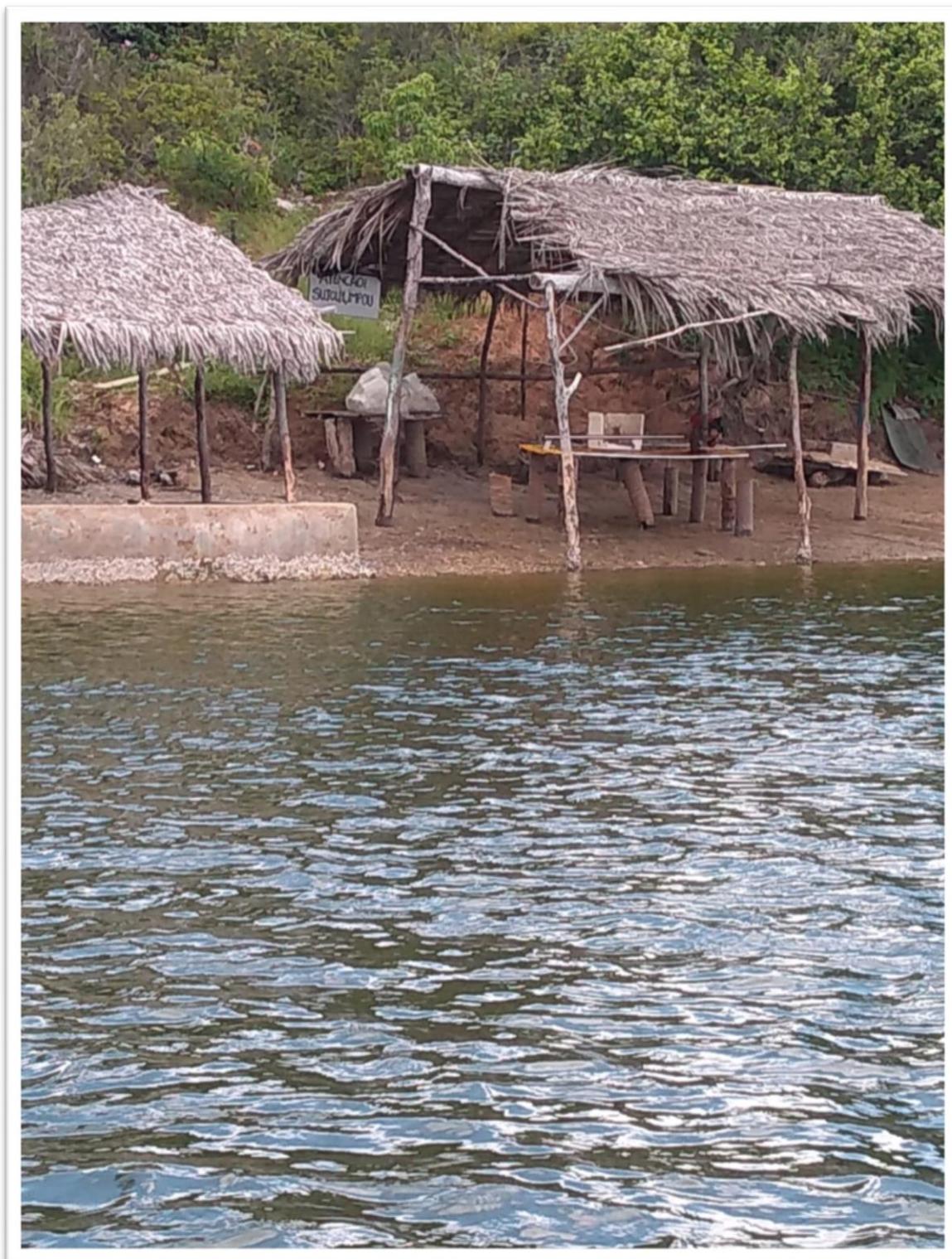
Fonte: Foto de João do Cumbe.

Figura 45 - Foto da parte interna do Museu do Cumbe



Fonte: Foto de João do Cumbe.

Figura 46 - Foto das barracas dos pescadores no território do Cumbe



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 47 - Foto de jovens jogando capoeira na praia do Cumbe. Atrás as eólicas no Cumbe



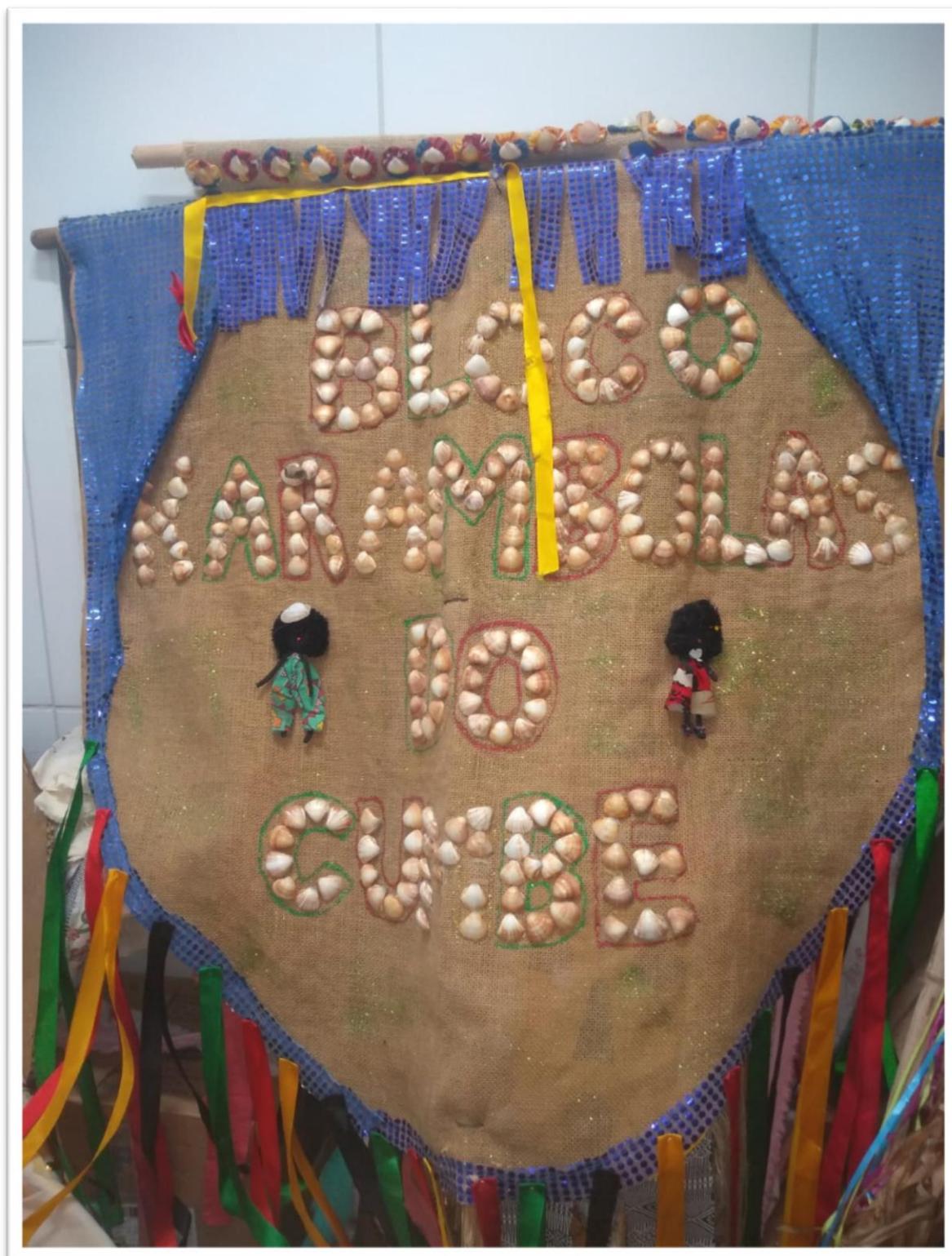
Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 48 - Fonte de água doce na praia do Cumbe



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 49 - Foto do estandarte do Bloco Karambolas



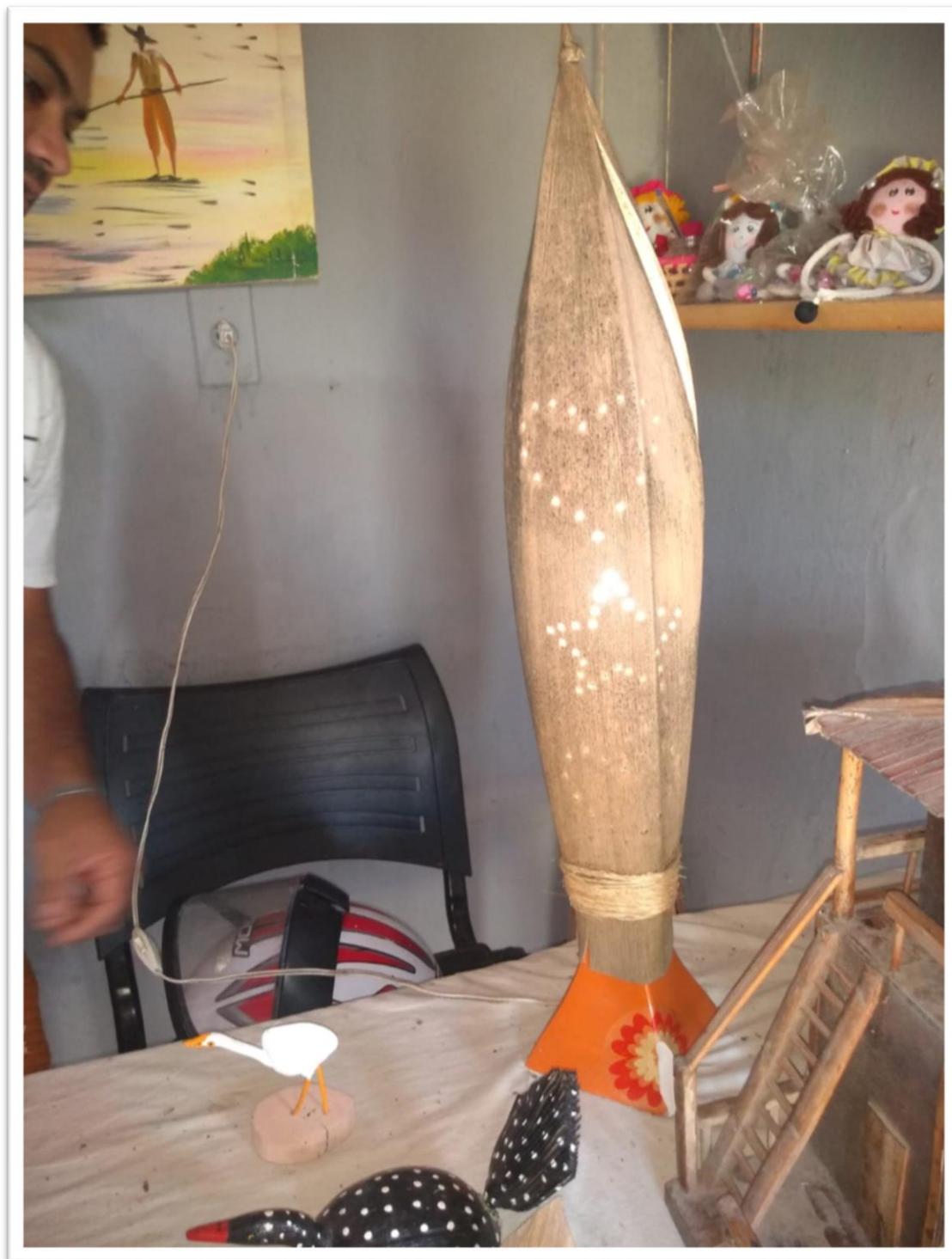
Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 50 - Foto da máscara utilizada no Bloco Karambola



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 51 - Foto de um abajur artesanal feito com material da terra



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 52 - Foto de artesanato feito com material de côco



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 53 – Árvore que os moradores chamam de Mariele, 2022



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Figura 54 - Foto da aula de capoeira na Associação Quilombola do Cumbe



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 55 - Pescadores trabalhando na pesca artesanal, Cumbe, 2022



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 56 - Atividade com os jovens de limpeza da Praia no Cumbe, 2022



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

6.3 Córrego de Ubaranas

A Comunidade Quilombola Córrego de Ubaranas é um dos territórios pertencentes ao município de Aracati, litoral leste do estado do Ceará. A comunidade está localizada na mesorregião de Jaguaribe, é abastecida pela Sub-bacia do Baixo Jaguaribe.

O território é cercado por uma vegetação com predominância de árvores frutíferas, como os cajueiros, coqueiros e oliveiras. As frutas como o caju são utilizadas em muitos elementos tradicionais, como na produção de doces e farinha de castanhas.

O acesso a Ubaranas ocorre por terra, através da BR-304, entre as matas e cercas está a placa que direciona sobre os caminhos para o território. Na paisagem do percurso até a comunidade percebe-se muitos cajueiros e algumas casas de moradores.

A comunidade leva esse nome por referência ao córrego que abastece a comunidade, desde sua fundação e ao peixe ubarana pescado naquela terra. No abastecimento de água é possível perceber uma mudança histórica, pois no passado próximo os moradores utilizavam as águas do córrego para necessidades. Além de cacimbas construídas por eles, nos períodos de secas, a comunidade se reunia e aprofundaram as cacimbas. Atualmente o armazenamento de água ocorre por meio das cisternas construídas através de programas governamentais.

A história da Comunidade contada pelos moradores confunde-se a dos períodos de escravidão no Brasil. O trabalho antigamente se dava de forma exploratória, onde os moradores trabalhavam por várias horas em troca de pagamentos irrisórios, por exemplo cabeça de peixe.

Fui para as cozinhas dos proprietário com 11 anos de idade e até fiquei 21 anos na cozinha desse povo sendo escrava, né, porque a gente era praticamente obrigada a ir. (MAGNÓLIA, 54 anos, 2019)

Ubaranas traz em sua história marcas de muita exploração, com trabalhos semelhantes ao da escravidão. Nessa situação imposta aos quilombolas, que trabalhavam apenas, por comidas, sem direitos e salários justos. Além disso, os alimentos destinados a eles, eram os rejeitados pelos proprietários e suas famílias, como cabeças de peixes. As frutas existentes no território não poderiam ser utilizadas pelos moradores locais para alimentação. Diante da escassez de alimentos as famílias

catavam as espinhas de peixes jogadas no quintal e pilavam para fazerem farinha, que serviam para alimentá-los no momento.

Aqui se passava muita fome, por que a comida que se tinha era a que os proprietários davam como pagamento, às pessoas trabalhavam só pela comida, e quando não se tinha o que comer as pessoas juntavam juntavam as espinhas dos peixes que já tinham comido, e com o sol, estavam secas, e pilavam bem muito até virar pó, quando estavam o pó comiam, como farinha. (VIOLETA, 2022)

As famílias que habitam esse território a muito mais de 100 anos, morava em casa de palha em situações sub-humanas. Quando chovia, os moradores mais antigos buscavam soluções que pouco ajudava, como utilizar palhas de coqueiros para cobrir as casas e papelão para tapar os buracos no teto das casas para molhar menos.

As dificuldades para melhorar as condições de moradia ocorriam por diversos motivos, além da dificuldade financeira que os atingia naquele momento, pois como já dissemos, os moradores trabalhavam arduamente e só recebiam pagamentos em forma de comida, escolhidas pelos donos das terras. Também pesava contra eles o fato dos donos da terra acreditarem que com a melhoria das moradias os trabalhadores se apropriam do território, tomando para eles onde viviam há muitas gerações.

Os conflitos agrários são outro ponto que marcam a história da comunidade. As principais causas são as condições a que são submetidos os moradores, sem direitos básicos, como o acesso a moradias seguras e confortáveis, toda modificação que precisavam ser feitas nas casas teriam que passar pelas análises dos proprietários. Além disso, muitas ameaças são direcionadas às famílias que buscam superar a submissão imposta em todo período histórico da comunidade.

Para cobrir nossas casas não podia de jeito nenhum colocar telhas, tinha que ser com palhas de coqueiros, e mesmo assim, tinha que pedir aos proprietários com um ano de antecedência, para tirar as palhas do coqueiro e prepará-la para cobrir, também porque era muita gente e as palhas não dava para todo mundo. (GIRASSOL, 49 anos, 2021)

A história oral local mostra que a comunidade foi fundada por grupos de pessoas escravizadas que fugiam do regime escravista. Suas instalações mais antigas, como a igreja católica, considerada uma das três mais antigas do estado, e os engenhos foram construídos por esse grupo de pessoas.

Diante dos ataques às memórias e identidades da comunidade, que ocorrem principalmente da negação de sua história ancestral, os quilombolas de Ubaranas resistem, dando continuidade a elas, através de contações e da reescrita de suas culturas e tradições, para que as novas gerações tenham acesso.

Percebe-se que é através da resistência quilombola que a comunidade mantém parte de seu patrimônio vivo, como por exemplo, a Igreja Católica, uma das mais antigas do município de Aracati, o cemitério, as diversas manifestações culturais e tradicionais como cantigas, as danças e as quadrilhas. Outros elementos são destruídos, com a tentativa de apagar as memórias e histórias da comunidade, restando desses apenas resquícios, como os antigos engenhos.

Aqui (no engenho) nós trabalhávamos nesse engenho e na casa grande, fazíamos cachaça, ali onde era a cozinha da casa tinha um forno para fazer beiju, hoje você tá vendo tem só os restos, os pedaços, derrubaram para não ter mais prova, mostrar pro povo. (VIOLETA, 2022)

No local histórico, onde localizava-se o antigo engenho, restaram apenas pedaços da estrutura como a parede, cacimba e forno. Suas histórias mantêm-se na memória do povo e continua circulando através das tradições orais, que repassam as vivências e ensinamentos e as memórias ancestrais da comunidade, que são recontada para que todos conheçam os modos de vida dos ancestrais de Ubaranas.

Uma das histórias que marcam a ancestralidade da comunidade é a de uma mulher negra ex-escravizada, que se refugia no território de Ubaranas. Para não ser reconhecida e novamente colocada em cativeiro, passa anos vestida de homem para desenvolver a confiança nos outros moradores e tirar o disfarce.

Pela história ela viveu muito tempo como homem e a partir dela se formou essa comunidade, e a história dessa mulher foi a que mais me chamou atenção. Eu não a conheci, mas as pessoas que aqui moravam, dizem que ela passou muito tempo, e com o tempo ela foi se identificando, tirando aquela roupa de homem, já foi se enturmando, é muito bonita a história. (MAGNÓLIA, 50 anos, 2019)

Como percebemos na fala da interlocutora, a história do povoado de Ubaranas, no Ceará, vem da época em que alguns pecuaristas e agricultores, senhores de engenho em sua maioria, negociavam pessoas escravizadas indo de encontro a ideia desenvolvida no imaginário estadual de que não se utilizava de escravos na região.

Nessa toada, o Quilombo de Ubaranas surge desse movimento negreiro de escravizados fugidos, libertos, nascidos livres ou alforriados e que se mesclaram nos

sertões em um povoado isolado e fechado às influências externas da cultura europeia escravocrata que até então prevalecia no país.

Mais de cem anos aqui. Meu avô que era escravo, aqui casou, aqui morou, teve papai, aqui papai nasceu, aqui papai cresceu, aqui papai casou. É toda uma história. (MAGNÓLIA, 50 anos, 2019)

Os quilombos contemporâneos, como o de Ubaranas, mantêm sua ancestralidade através das identidades de diversos povos africanos de distintas etnias e que findaram por criar uma sociedade nova com hábitos e costumes próprios.

Historicamente, córrego de Ubaranas foram produtores de cachaças, açúcar e queijos, produzidos nos seus quatro engenhos. Os ensinamentos sobre essas produções iniciaram com os primeiros moradores e seguiram outras gerações através da educação não escolar.

Aqui se produzia cachaça, açúcar, cana, queijo. O povo aqui é muito sofrido, muitos anciões já faleceram devido ao trabalho escravo que eles faziam, de cavar terra manual, de carregar a terra nas paviolas, muitos anciões da gente morreram hernados (com hérnia), estrangulados de tanto trabalhar. Antes de morrer eles iam ensinando a um a outro, as vezes aprendia olhando, e as vezes fazendo. (MAGNÓLIA, 50 anos, 2019)

Ainda em processo de reconhecimento dos órgãos governamentais no que se refere às questões quilombolas, Ubaranas busca, através da certificação quilombola de suas terras, o direito à utilização integral, sem risco de apropriação ou limitação da forma de uso por parte dos antigos proprietários.

Localizada a 15 km da sede do município de Aracati, a comunidade Córrego de Ubaranas inicia oficialmente suas lutas pelo território em 2006, quando uma das famílias buscava reconstruir a casa de uma idosa, deixando de ser de taipa para alvenaria, e os proprietários pediram reintegração de posse, com direito a acionar a polícia, para destruir a casa nova.

Quando a gente começou em 2006, a conta d'água, foi quando a filha da dona Dora, ia reformar a casa dela, ela estava construindo dentro da casa antiga, não era nem do lado, os proprietários bateram em cima, e foi uma confusão, deram um prazo pra derrubar, ou 2.000 reais se fosse recorrer da noite para o dia tínhamos que conseguir esse dinheiro, a polícia bateu em cima foi terrível. Parecia que estávamos andando no escuro, fomos atrás de pessoas, amigos nossos que já sabiam sobre isso, porque nós não sabíamos nem por onde começar. Elas nos mostraram os caminhos por onde começar, aí foi onde a gente começou a procurar o INCRA, e fomos fazendo tudo escondido, por que se a ente aparece-se imediatamente, poderíamos ser boicotados. (GIRASSOL, 49 anos, 2022)

Como parte da região Jaguaribana, que tem como característica grande índice de morte por crime de pistolagem, a comunidade tem como problema central os conflitos gerados pela péssima relação entre moradores e os ditos “proprietários” das terras. A falta de titulação da terra causa para Ubaranas muitos problemas, principalmente pelas dificuldades impostas pelos proprietários para a melhoria de vida dos quilombolas, que como já falamos eram submetidos a sobreviver em condições precárias.

A comunidade conseguiu a certificação pela Fundação Cultural Palmares, como remanescente de quilombos. A titulação da terra é outra luta da comunidade. O processo corre no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. No ano de 2015 conseguiu a conclusão do seu Relatório Técnico de Identificação e Deliberação (RTID), sendo publicado em Diário Oficial em 2018. Em 2022, o RTID da comunidade foi anulado, por ocasião de um processo, impetrado pelos proprietários, contra o INCRA.

A Associação de Agricultores e Agricultoras Quilombolas do Córrego de Ubaranas, que representa os quilombolas da comunidade, segue lutando, pela titulação do seu território, diante da anulação do RTID. Conta com o apoio de diferentes movimentos sociais e quilombolas, para recuperar as conquistas, agora negada e a continuidade do processo para a titulação.

Córrego de Ubaranas conta com aproximadamente 90 famílias. Dessas, 82 se autodeclaram como remanescentes de quilombos. Além da recuperação do RTID, que está em curso, restariam mais três etapas para a titulação do território, que são: a decretação, que autoriza a desapropriação do uso privado da terra, que ocorre através de decreto presidencial; a desintrusão, etapa em que os proprietários das terras são retirados do território, que ocorre através de notificação judicial; por último ocorre a titulação da terra, momento em que é emitido o título de propriedade coletiva da terra para os remanescentes de quilombos.

Com a delimitação territorial de uma área de 1.626 hectares, que contempla aproximadamente 90 famílias, 80 delas estão organizadas na Associação dos Agricultores e Agricultoras Quilombolas do Córrego de Ubaranas. A partir dela, a comunidade passou a ter acesso a diferentes projetos para a melhoria de vida local, assim como o direcionamento das lutas pelo território.

Historicamente, os proprietários impedem que os quilombolas construam melhores estruturas de sobrevivência e moradias mais adequadas por medo de que assim percam as terras. Além de obrigar por muitos anos que os moradores morassem em casas de taipa cobertas por palhas, atualmente os quilombolas também são impedidos de criar animais e até de construir a sede de sua associação.

Com a criação da Associação Quilombola de Ubaranas, em 2006, a comunidade passa a ter acesso a inúmeros projetos governamentais, que são desenvolvidos em favor da melhoria de condições de vida dos quilombos. Sua participação nos projetos fica limitada pelas proibições no uso da terra, como relata a interlocutora.

Nós perdemos agora um projeto de galinha que tinha que ter um galpão para colocar as galinhas e a gente não pode construir nada enquanto não se resolver a questão da terra. Então eu não tenho o direito de construir nada porque não tenho o papel da posse. (MAGNÓLIA, 54 anos, 2019)

Os conflitos seguem junto com a história das comunidades. Como forma de demonstrar dominação e poder sobre o outro grupo os proprietários destroem um dos símbolos da identidade ancestral de Ubaranas, os seus engenhos construídos pelos primeiros moradores.

A resistência da comunidade e a luta pela liberdade é determinante para a construção da sua identidade quilombola, pois é na busca por soluções para a melhoria de condições de vida que os moradores que já tinham o conhecimento de sua história e formação, quando entram em contato com outros grupos e instituições, como o INCRA, conseguem perceber e se auto reconhecer como quilombola. A interlocutora descreve esse momento.

Já éramos uma comunidade de resistência. Nós temos aqui quatro engenhos quer dizer, tinha, por que quando o proprietário soube mandou destruir tudo, levaram até as peças e nós não tínhamos como impedir. (MAGNÓLIA, 54 anos, 2019)

As grandes empresas eólicas também são parte importante dessa relação conflituosa no território, pois com os interesses na área deixa as terras mais valorizadas, despertando maior desejo dos proprietários em negociá-las. Em Ubaranas algumas tentativas foram impedidas pelo fato de a comunidade ser certificada como quilombola pela fundação cultural Palmares.

Eu percebi que depois da eólica, principalmente no caso desse Orlando, porque ele tem oito torres nos terrenos dele. Até hoje eu não entendo como essa empresa entrou aqui, fez esse estudo e ninguém nos comunicou nada.

Por que quando eles vieram aqui, fazer esse estudo onde eu moro, eu fui lá com a certificação da Palmares e eles pararam o estudo, já nesse outro não havia ninguém para impedir e eu tenho medo por que ele já tem um histórico, mas nós também temos história, nós sempre fomos uma comunidade mas só não sabíamos o nome para dar. (MAGNÓLIA, 54 anos, 2019)

O interesse e ascensão das empresas eólicas sobre as terras despertaram o desejo dos “proprietários” de lucrarem com o negócio e ao mesmo tempo se livrarem do receio de perder as terras para os quilombolas. Esse fato aumentou muito as tensões entre os dois lados da disputa territorial, chegando ao ponto de ameaças de mortes terem sido feitas às lideranças do Córrego de Ubaranas.

A comunidade trabalha com a agricultura de subsistência, que historicamente era desenvolvida através do sistema de meia e terça, em que os agricultores plantam, cuidam da plantação e após a colheita deixam uma parte para os proprietários da terra.

Os moradores aprenderam com os mais velhos a cultivar a terra e delas retirar o que precisam para viver. O trabalho com a agricultura é, portanto, uma herança ancestral e símbolo da resistência quilombola, pois é partir dela que a comunidade consegue se sobrepôr às imposições dos proprietários.

O cultivo dos roçados na comunidade é sinônimo de luta, pois eles eram um dos elementos utilizados pelos proprietários para a exploração dos moradores, já que no sistema de meia o trabalhador faz todo o trabalho de plantio e cuidado com a plantação e parte da colheita é destinada ao dono da terra como forma de pagamento por permitirem a utilização das terras.

A estrutura básica de Ubaranas está pautada na exploração dos cajueiros, da acerola. Além da agricultura, todos os elementos que baseiam essa estrutura são retirados do território, o que relaciona cada vez mais a vida em Ubaranas com seus territórios.

A organização econômica está pautada especialmente nos trabalhos com os cajueiros, com as produções do doce, as vendas de castanhas e das lenhas retiradas dos cajueiros. As madeiras são retiradas dos cajueiros, quando os trabalhadores fazem as podas da árvore, não destruindo as plantações, as vendas são direcionadas para as empresas que produzem cerâmicas, principalmente nos municípios de Russas e Limoeiro do Norte.

As pessoas vendem as lenhas dos cajueiros, para as empresas que faz cerâmicas, eles já tem as pessoas certas para vir buscar, no Aracati tem

também quem compra mas, sai principalmente para as empresas de Russas e Limoeiro. Eles não desmatam, eles são tiram as madeiras quando vão fazer as podas dos pés. (GIRASSOL, 49 anos, 2022)

Diante da realidade de exploração do trabalho da população quilombola em Ubaranas e o desenvolvimento de uma consciência de resistência, o grupo organiza-se de modo a não aceitar as imposições dos dominadores. A ação negativa dos quilombolas no que se refere ao sistema de meia causa um grande conflito entre os proprietários e os quilombolas, pois os primeiros tentaram impedir o plantio, ocasionado ameaças de destruição da plantação e processos judiciais por enriquecimento ilícito. Como narra a interlocutora.

Eles se reuniram, quiseram passar um trator em cima da plantação, a gente se reuniu e disse que não ia permitir, aí uma das proprietárias colocou dezoito processos contra o meu marido e os homens, nós fomos para o foro, aí o advogado deles não entendia e graças a Deus nosso advogado sabia. (MAGNÓLIA, 54 anos, 2019)

As dificuldades de renda também são reflexo dos conflitos entre as duas partes. Os grupos de quilombolas, em especial as lideranças, sofrem bastante com a falta de oportunidade de emprego. Entre os principais motivos estão as retaliações dos proprietários das terras, que por ter influências com os empresários das empresas do município de Aracati manipulam a situação para que os quilombolas não permaneçam nos trabalhos.

Diante dessa situação, os moradores completam a renda das famílias com projetos desenvolvidos através da Associação Quilombola, como a produção de polpas de frutas, que são produzidas com as frutas locais e revendidas para outras locais.

Elementos importantes da história de Ubaranas são os cajueiros, espalhados por toda a extensão de terras da comunidade e são base para a economia local, com significado especial para a memória do povo, pois as tradições orais partem especialmente desse elemento da natureza.

Na economia e na vida cotidiana de Ubaranas, os cajus são utilizados por completo, uma parte é utilizada para a feitura de doces e as castanhas escolhidas e selecionadas as melhores, para serem vendidas e para a produção de farinha.

O doce de caju é utilizado para a alimentação e como remédios naturais, para combater a gripe. Duas técnicas podem ser utilizadas para sua feitura: a manual ou com o auxílio da prensa. O início do processo dos trabalhos é a plantação dos

cajueiros. Em Ubaranas uma grande parte das plantas utilizadas para trabalho é plantada com o processo de enxerto, onde são plantados novos cajueiros e quando alcançam a espessura de uma caneta são cortados e realizada uma abertura no caule, ao mesmo tempo é retirado dos cajueiros gigantes, que dão bons frutos, galhos que terão sua parte de baixo organizada para encaixar no caule preparado. Posteriormente, eles são amarrados para juntarem-se, tornando-se um só.

A questão do cajueiro, ele poder ser enxertado, você planta um novo cajueiro, que pode ser no chão ou no saquinho de semente, quando ele tiver na grossura de uma caneta, você corta ele, tira os galhos e deixa só o tronco, o pau, que a gente chama de cavalo. Então você tira um galho do cajueiro selecionado, do olho ou perto do olho, que seja, da grossura do cavalo. é preciso abrir o tronco no meio, fazendo uma lasquinha nele, no galho selecionado fazer tipo um palito, tira uma banda de lado e outra do outro, encaixam, bem encaixado, um dentro do outro, depois é só pegar um saco plástico e enrolar bem e amarrar com saquinho de dindin, para não pegar vento ou água. Aquela aguinha do cajueiro vai colar, depois de ser colado o cajueiro novo foi apenas a base, os frutos partiram do ganho colado. (GIRASSOL, 49 anos, 2022)

Os novos cajueiros enxertados são bem mais baixos e produzem os frutos no padrão desejado para a venda, pois as escolhas do galho a serem enxertados baseia-se especialmente na castanha desejada, que é a parte do fruto mais cobiçada pelos compradores, para a exportação. Além disso, com a produção de frutos constantemente gera-se renda por mais tempo, para as famílias produtoras.

Os cajueiros gigantes, eles botam muito caju também, mas a gente tem a dificuldade por causa das castanhas, aqui se aproveita muito mais as castanhas, os compradores de castanhas, são diferentes dos de antigamente eles compravam todas as castanhas para levarem para as fábricas, agora eles compram castanhas selecionadas, que é para assar, fazer a castanha pra vender, usam para a exportação. Eles querem castanhas padrões e para tê-las, você tem que selecionar o cajueiro, é onde entra o enxerto, você vai enxertar o cajueiro daqueles padrões que você quer. (GIRASSOL, 49 anos, 2022)

Para a produção do mel de caju, quando os frutos dos cajueiros estão disponíveis, as famílias passam a coletá-los e selecioná-los. Os caju mais maduros são direcionados para a produção, são retiradas as castanhas, posteriormente eles são lavados para o rasgador manual, instrumento feito de madeira e ferro que é utilizado para rasgar alimentos como o caju. Na sequência é levado para a prensa, depois de bem prensado é levado ao tacho, onde permaneceram por 4 horas, mexendo até o ponto ideal.

O processo do doce de caju, é o seguinte, a gente junta o caju dos cajueiros, descastanhas, coloca o caju pra um lado e o caju pro outro, daí lava bem lavado os caju, e bota no rasgador que tem ali, rasga ele e passam para

prensada na prensa até fazer o vinho, e do vinho vai pro tacho, coloca fogo e fica umas 4 horas no fogo, a gente precisa ficar escoando, escoando(...), até ele apurar, e ficar mel, depois é só juntar e guardar. (SARAMAGO, 2022)

A produção do doce de caju segue procedimentos parecidos com os do mel, os frutos são igualmente colhidos, separados das castanhas, lavados e escolhidos os mais maduros. Nesse caso são rasgados com as mãos, até ficar só a parte interna, levadas ao tacho, adicionados os açúcares e por 4 horas. Porém, diferente do processo anterior, para a produção do doce é necessário mais um dia.

Aqui, quando tem safra fazemos também o doce de caju, pra fazer, a gente colhe o caju, descastanha, escolhe os que tão bem madurinhos, tira essa parte do cabo dele também, tem que ficar só o miolo, leva pro tacho e colocar o açúcar que precisa, dependendo da quantidade de doce que vai fazer, aí no fogo ele fica por 4 horas, quando apurar, você tira do fogo e continua no outro dia, passando ele bem passado na peneira, quando tiver bem amassadinho, você leva pro fogo de novo, com açúcar e quando tiver enxuto esta bom. (MAGNÓLIA, 54 anos, 2019)

Outro alimento produzido a partir do caju, em Ubaranas é o “pancão”, é conhecido na comunidade como chocolate do caju, é mais um dos conhecimentos tradicionais de Ubaranas, o ingrediente principal é a castanha do caju. No processo de produção são assadas as castanhas e piladas junto com a farinha de mandioca, também produzidas na comunidade, e mistura com o mel de caju.

Para fazer o pancão, a gente assa as castanhas do caju, pila elas bem piladinha, e pila também juntos com a farinha de mandioca, é mais castanha do que farinha, depois você coloca o mel, mas não deixa muito mole não pra poder pilar de novo, você pila, até fazer um olho, e quando faz bem esse olho aí você coloca no formato de um ovo e enrola no papel alumínio. (SARAMAGO, 2022)

A religiosidade da comunidade manifesta-se principalmente através da igreja católica, que tem como padroeiro São José e reúnem-se em momentos de novenas, missas e celebrações. O ponto alto das manifestações da comunidade é a festa do padroeiro, que é o momento de comunhão entre os moradores. A festa do padroeiro São José acontece em 19 de março, com nove noites de novenas. Em cada noite são convidadas três comunidades vizinhas. Finaliza com a missa.

Quadro 2 - Manifestações culturais do Córrego de Ubaranas

Manifestação	Descrição
Consciência negra	20 de novembro, muitas manifestações e comidas típicas em homenagem ao Dia da Consciência Negra.
Teatro	Representação das identidades locais.
Festa junina	Fogueiras, milhões e quadrilhas juninas.
Dramas	Uma espécie de teatro no formato de musical.
Pastoril	Era uma espécie de festa dançante, que tinha dois partidos como o bumba-meu-boi. (Azul e vermelho)
Comidas típicas	Mugunzá, bolo de macaxeira, galinha caipira, cajuína, licor, caipirinha.

Fonte: elaboração própria (2020).

Entre as manifestações culturais destaca-se na memória coletiva de Ubaranas o carnaval. A festividade acontecia com características próprias e contava com danças, vestimentas especiais e bumba-meu-boi.

Na época do carnaval, mas foi uma coisa que passou. O nome do senhor que fazia o Bumba- Meu-Boi era Maurício, ele não mora mais aqui na comunidade, mas era uma tradição dele trazer o Bumba-Meu-Boi. Ficava uma roda de gente, ficava aquela roda, mas só que não era um boi, era um homem que ia dentro do boi, mas era uma coisa muito bonita. E tinha um senhor que o nome dele era Zé Caboclo, ele era cabeleireiro e ele era uma pessoa muito animada; ele mesmo fazia os tambores, era muito festivo. (MAGNÓLIA, 54 anos, 2019)

Na organização da festa carnavalesca cada morador era responsável por um elemento do festejo. Destaca-se como pontos altos as brincadeiras de danças com as fitas amarradas no pau enterrado ao chão. Os moradores segurando essas fitas dançavam junto ao bumba-meu-boi, ao som da sanfona e dos tambores.

A organização social de Córrego de Ubaranas preza pelo cuidado com o território e suas manifestações. O modo de vida dos quilombolas está alinhado com o espaço vivo que é o território, existindo a preocupação de cuidá-lo e de protegê-lo das ações dos antigos proprietários, ponto que gera conflito entre os quilombolas e os proprietários que desejam explorar os territórios.

Figura 57 - Foto da antiga casa de moradores do Córrego de Ubaranas



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 58 - Foto da antiga da casa dos moradores do Córrego de Ubaranas



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 59 - Foto da parte de trás das ruínas do antigo engenho do Córrego de Ubaranas



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 60 - Foto das ruínas da parte da frente do engenho de Ubarana



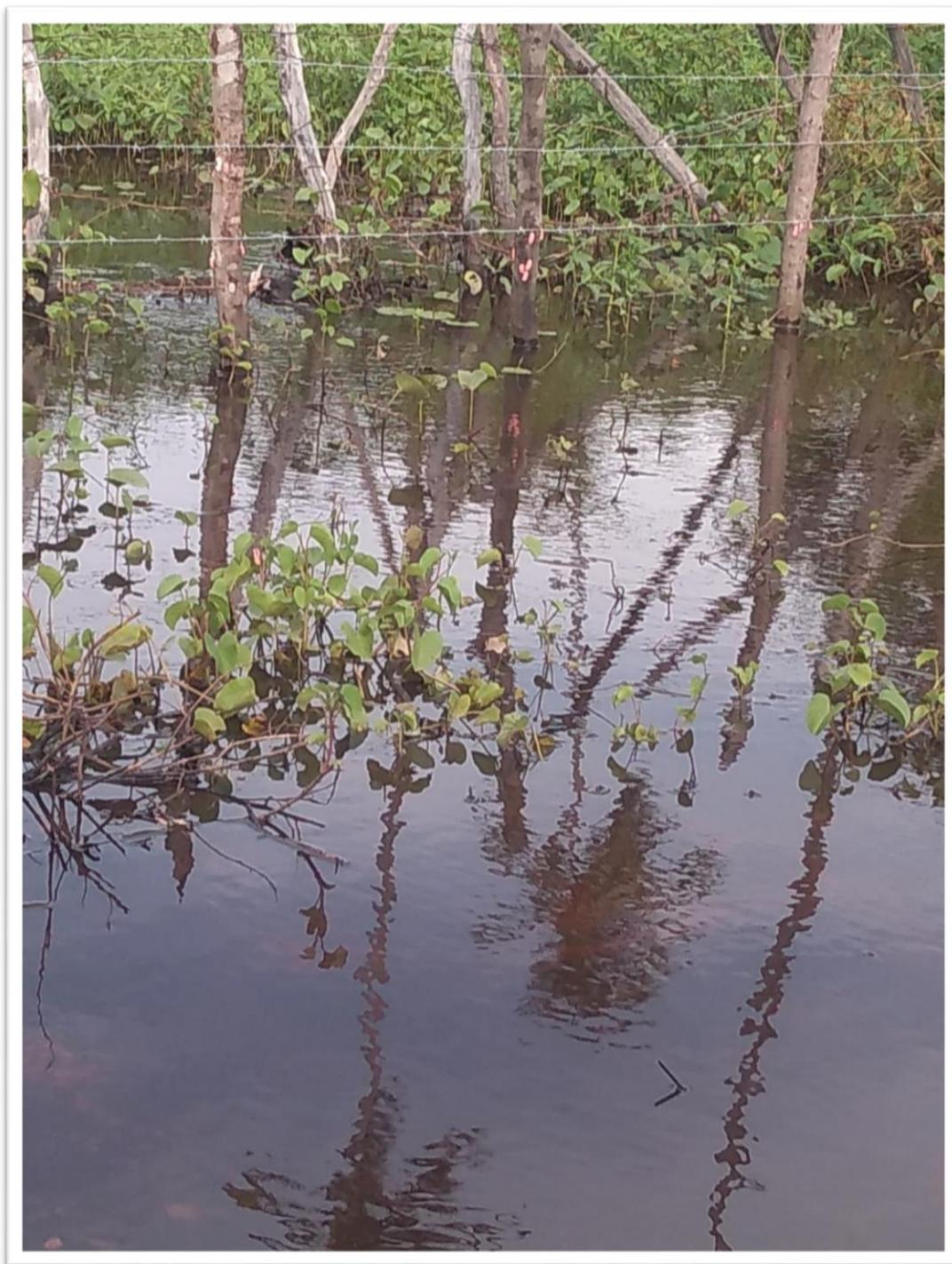
Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 61 - Foto do pé de cabaça que as crianças brincavam



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 62 - Foto do Córrego de Ubaranas, que dá nome a comunidade



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 63 - Foto da plantação de cana de açúcar dentro do Córrego de Ubaranas



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 64 - Foto da produção de farinha de mandioca feita pelos moradores de Ubaranas



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 65 - Foto do processo da peneiração da farinha de mandioca



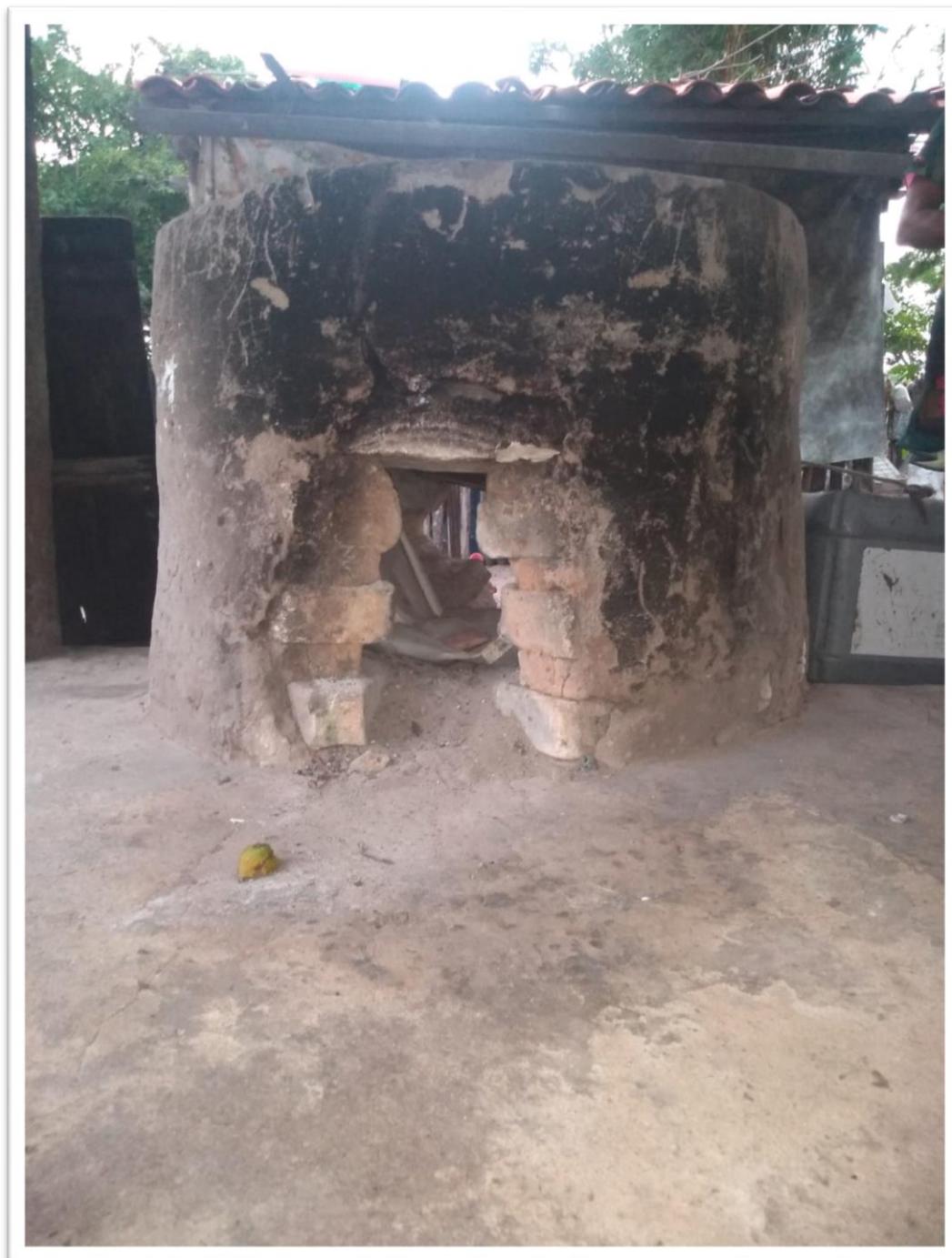
Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 66 - Foto do Pancão, produzido no Córrego de Ubaranas



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 67 - Foto do forno utilizado em atividades culinárias na comunidade



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 68 - Foto de um pilão usado para produzir os alimentos em Ubaranas



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 69 - Foto de um prensa utilizada no trabalho em Ubaranas



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 70 - Foto de uma moimho de cana, Córrego de Ubaranas, 2022



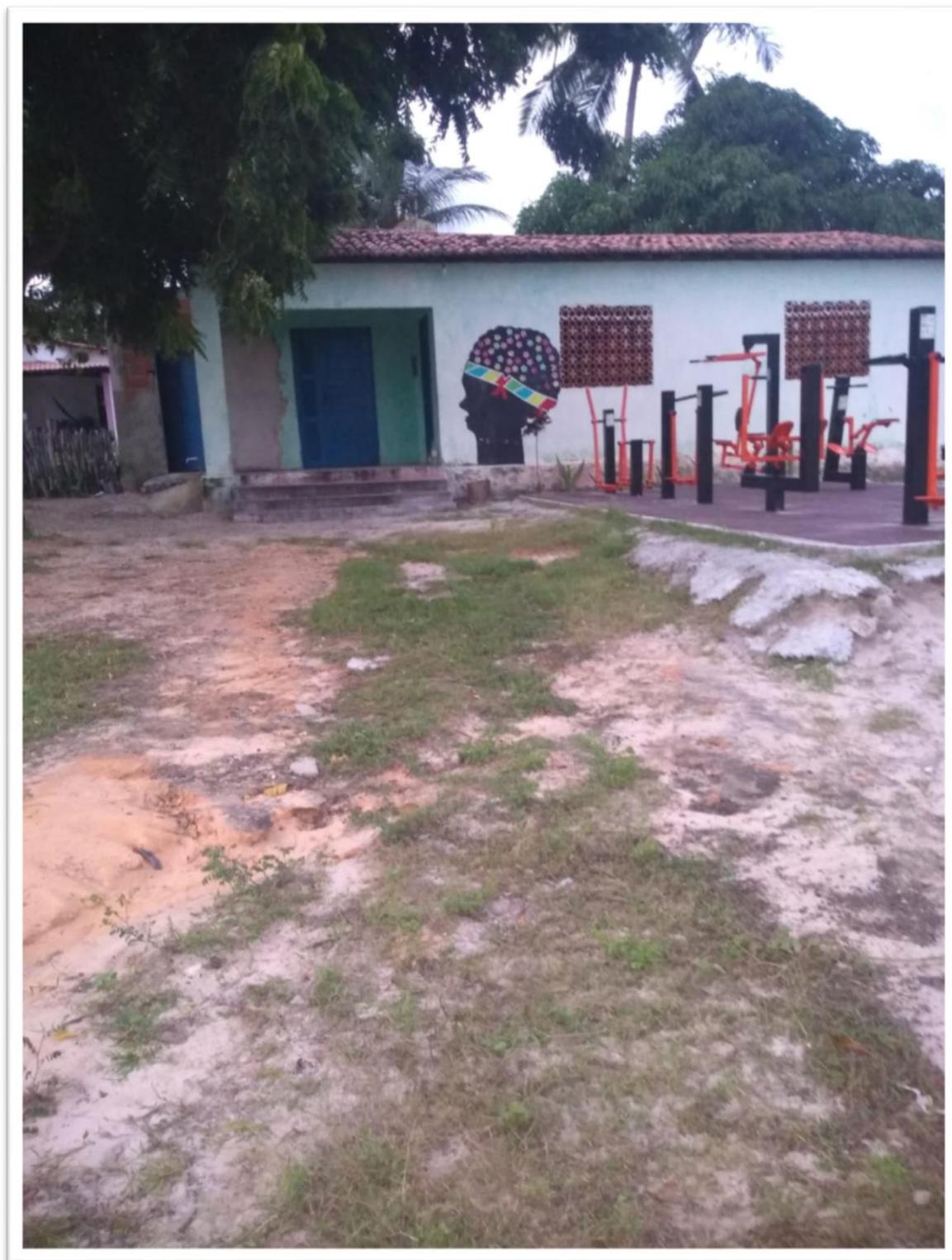
Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 71 - Foto de um rasgador de caju



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 72 - Foto da antiga escola do Córrego e atual sede da Associação dos Quilombolas de Ubaranas



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 73 - Foto da atual escola de Ubarana



Fonte: Foto de Kilvia.

Figura 74 - Foto de montes de lenha de cajueiro em Ubaranas



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 75 - Foto de um cajueiro enxertado



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 76 - Foto dos cajueiros gigantes em Ubaranas



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 77 - Foto da colheita de acerola para a venda



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 78 - Foto de carregamento de acerola pronta para a venda



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 79 - Dona Dora fazendo uma reza



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

7 RESISTÊNCIA QUILOMBOLA COMO FORMA DE EDUCAÇÃO

A seção aqui apresentada destaca os caminhos de formação educacional dos sujeitos através de uma educação que parte da resistência ancestral que baseia as comunidades quilombolas. Entendendo que a resistência é o principal mecanismo formador social, e se dá por meio dos ensinamentos basilares.

Movimentos sociais caracterizam-se por serem coletividades de grupos sociais que se organizam e mobilizam-se de diferentes formas em busca da defesa e da promoção de objetivos ou interesses da coletividade. Gohn (2011) define movimentos sociais como grupos sociais com identidade própria, organizados em volta de um conjunto de objetivos e demandas que orientam suas atividades e ações, esses podem surgir de necessidades urgentes como a fome, mas também de reflexões críticas sobre a sociedade em que está inserido.

Com efeito, o movimento social deve se embasar em um princípio de identidade que o permita a consciência do pertencimento a um grupo, ou grupos de interesses dentro de uma sociedade minimamente organizada do ponto de vista político. Além disso, pode-se observar que toda massificação de interesses que deflagra a mobilização visa combater o que lhe atinge negativamente, como a omissão estatal ou mesmo uma ideologia. Em qualquer hipótese, os movimentos sociais podem ser facilmente identificados como uma coletividade organizada, que visa à modificação de uma situação social.

Há que se destacar a diferença existente entre os movimentos sociais e outras espécies de manifestação, porque somente quando os atores da mobilização são coletivos sociais propriamente ditos se estará diante de um movimento social, o que não significa necessariamente que atuem sempre no mesmo espaço físico. A coletividade nesse caso acontece pela igualdade da causa defendida mesmo estando em espaços físicos diferentes (VIANA, 2016).

No Brasil, por exemplo, se pode destacar alguns importantes e já históricos movimentos sociais, bem distintos de outras manifestações e protestos. Um movimento rural por exemplo foi a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, de Goiânia a Brasília (maio de 2005), organizada através do Movimento dos Sem Terra, ou MST, dentre outras.

Movimentos nacionais e internacionais são exemplos de resistências de grupos sociais como movimento Black Power nos Estados Unidos, que lutava pelos direitos civis negros e influenciou vários outros grupos negros pelo mundo. A Parada pela diversidade sexual no Brasil, mobilizando gente em diversas cidades do Brasil e protagonizada pelo Movimento LGBT também é indicador de algumas significativas características dos movimentos sociais, a saber: sua continuidade histórica (não se prendem a uma manifestação ou a um período curto de tempo e tende a se reiterar, protraindo no tempo), e sua multiplicidade sincrônica (várias manifestações em diversos lugares demonstram uma simultaneidade tentacular ideológica bem característica destes movimentos).

Os movimentos sociais negros, no Brasil, têm historicamente se destacado nas conquistas de políticas públicas que contribuam para a melhoria de vida de suas populações, encontrando êxito destacadamente na área da educação, como a Lei Nº 10.639/03, que é fruto das lutas e experiências de diversos grupos negros espalhados pelo país. (MOLINA, 2013)

Nessa mesma perspectiva considero que os movimentos negros no Brasil surgem com a formação dos quilombos brasileiros, através de suas lutas por liberdade e manutenção de tradições ancestrais. A resistência quilombola contemporânea continua através de grupos e coletivos que lutam especialmente pelo direito ao território e sobrevivência de seus povos.

Destaca-se dentre esses grupos de lutas quilombolas a CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), que foi fundada em 1996 e articula com os coletivos e organizações estaduais.

Os movimentos supracitados atuam dentro de um mesmo contexto de lutas, tendo como base o combate contra o racismo e as desigualdades provocadas por ele, além de seguir uma ideologia identitária de valorização das raízes ancestrais africanas.

As lutas desses movimentos e coletivos negros, sejam rurais ou urbanos, por outro lado, se aproximam em alguns aspectos de outros grupos que buscam a diminuição da desigualdade, ou mesma a equidade entre as populações e o direito à terra.

Os movimentos sociais se tornaram tão politicamente organizados que, hoje, se destacam planos e projetos de gestão dos grupos que os representam e que visam

organizar mobilizações nas esferas públicas e privadas, criar conexões entre ativistas sociais, empoderamento de seus integrantes através de fóruns e conselhos setoriais da categoria, dentre inúmeras outras providências que tornam o ativista protagonista da causa defendida.

Nesta toada, criam-se relações entre diversos grupos sociais, objetivando articulações para as resoluções de problemas centrais do Brasil, no que se refere às relações econômicas, raciais, de gênero e classe. Observa-se assim um engajamento político ativista, buscando melhores condições sociais para grupos minimizados pela história do país.

Nas novas configurações de comunicação social é sabido que os grupos e coletivos sociais se manifestam especialmente pelas mídias sociais. A internet torna-se assim aliada dos movimentos na divulgação de suas lutas e na agregação de novos ativistas que se manifestam com facilidade na divulgação das ideologias dos grupos através das redes sociais.

7.1 Movimentos sociais e educação popular

As lutas e transformações sociais que surgem dos integrantes de movimentos ajudam na construção de identidades coletivas, que nasce com o pertencimento do grupo e suas relações com as causas defendidas. Essa identidade social gera uma empatia natural entre seus componentes e, dessa abordagem cognitiva – reativa, há de surgir um mundo novo e inexplorado que permitirá à coletividade ativista orientar cada um dos indivíduos que a compõem e que poderão e deverão se politizar pedagogicamente com esse convívio profundamente instrutivo.

Para Freire (1987) não é possível construir um processo educativo sem o conhecimento do educando e do seu meio social. O processo educativo se faz, então, de forma dialética em que educadores e educandos ensinam e aprendem concomitantemente.

Nesse contexto entende-se que a educação não se resume às instituições educacionais, pois os conhecimentos surgem quando as ações educativas partem da prática dialética. Dessa maneira, o ambiente estaria propício para do desenvolvimento da criticidade, permitindo uma reflexão sobre a realidade vivida pelos grupos e a busca por transformação e libertação. Através de sua permanente ação transformadora de

liberdade objetiva, os homens, simultaneamente, criam a história e se fazem seres histórico-sociais. (FREIRE, 1987, p. 52)

A educação popular construída nos movimentos sociais através das ações e reflexões de seus ativistas na sociedade que estão inseridos, produzem principalmente os saberes adquiridos com a experiência vivida na prática e serão repassados para outras gerações permitindo-lhes construir novos saberes através de outras vivências.

Assim, educação é um processo de identificação com o meio e não um instrumento de neutralidade, sendo considerada princípio da prática da liberdade que educa o sujeito para o mundo e para a vida, em suas diversas facetas sociopolíticas e não apenas para a realidade acadêmica fria dos muros das instituições.

Se, para Freire, “aqueles que autenticamente se comprometem com o povo devem reexaminar-se constantemente” (FREIRE, 1970, p. 60), esta educação é um ato político que não pode ser divorciado da pedagogia e, porque parte integrante desta, deve direcionar o conhecimento ao combate ideológico que se operacionaliza nos termos atuais através do ativismo social.

A necessidade dos sujeitos sociais se observarem como portadores de direitos, para que esses não sejam negligenciados pelos que têm interesses próprios sobre essa negação, nesses contextos as ações e construções educativas dos grupos sociais possibilita o desenvolvimento do pensamento crítico social, permitindo que esses sujeitos se tornem protagonistas políticos.

As formas de resistências dos movimentos sociais sofrem as influências dos momentos históricos que estão vivendo, isso não significa, porém, abandonar as formas antigas e sim anexar a elas novas maneiras, alcançando novos atores sociais. É possível observar que o pertencimento surgido entre os componentes de um grupo social, fomentador do movimento respectivo, pode e deve servir para ilustrar e contextualizar os cânones desta luta política, disciplinando e orientando o seu ativismo.

Considerando as resistências dos movimentos negros para o ideário de valorização da ancestralidade afrodescendente e do combate ao racismo observa-se a influência com as lutas no continente africano por liberdade e contra a dominação imposta pelos invasores europeus, como a formação dos primeiros Kilombos Bantos,

que eram organizações sociopolíticas e culturais que lutavam contra o escravismo negro e o tráfico de pessoas na África. (MUNANGA, 1996)

Os movimentos negros, ideologicamente, observam que dentro das dificuldades sociais impostas pelas lutas de classes existem outras como o problema racial, por essa razão contrapõem-se as falácias da democracia racial, criadas socialmente para mascarar o racismo antinegro no Brasil, criando condições para a continuidade histórica, direito pela vida e dignidade dessa população.

A conscientização política e crítica dos sujeitos sociais negros sobre sua história e cultura também é um elemento educativo desenvolvido pelos movimentos sociais. As reflexões fomentadas coletivamente sobre a realidade imposta às populações negras iniciam as construções de novos e diversos pensamentos e conhecimentos que se manifestam, especialmente sobre os objetivos dos opressores ao negar o racismo e as possíveis formas de movimentação dos grupos para se proteger e avançar socialmente.

A prática educativa de conscientização dos sujeitos sociais, quanto à sua condição social e histórica, constitui-se numa importante arma de agregação dos novos atores às lutas e buscas por mudanças dessa realidade. A falácia da democracia racial desenvolvida principalmente por Gilberto Freyre, em seu livro *Casa Grande e Senzala* (1933) é utilizada até na atualidade para mascarar as desigualdades raciais no Brasil. Essa tentativa de mostrar um país mais harmonioso nas relações funciona com uma parte considerável da população, porém com os novos formatos de ativismo social e racial, utilizando os meios de comunicações mais acessados no mundo e com ampla divulgação, tornou-se mais difícil “esconder” as práticas racistas.

Munanga (2013, p. 56) chama de “Voz do Mito da Democracia Racial Brasileira” a teimosia em não perceber e nem diagnosticar a diuturna e aviltante prática do racismo em solo nacional e exemplificado por diversas práticas corriqueiras e nem por isto menos condenáveis.

Talvez provocado por uma repetição absurda de conceitos e preconceitos arcaicos e reducionistas, ou talvez por força da plena omissão das castas prevalentes de uma sociedade piramidal, com distinções abissais e ausência de mobilidade hierática, é que os movimentos sociais vinculados à causa racial floresçam e criem tentáculos tão representativos no cenário político nacional (MUNANGA, 2013, p. 56).

Gomes (2011) investiga as possibilidades e expectativas de um futuro concreto, dissociado da raiz da discriminação racial-social, presumindo uma solução para o problema que passe pela educação, ou reeducação, da cultura política de massas enraizada no ativismo social.

O movimento social surge de uma consciência emancipatória e do inconformismo ante uma carência cuja satisfação está no horizonte de possibilidades, por isso ela se move no campo das expectativas sociais. Não por acaso, o ativismo é capaz de organizar e sistematizar saberes específicos da comunidade negra construídos ao longo da sua experiência coletiva. Como no conceito institucional atual da educação, os saberes são regulados pelo mercado e pela racionalidade científico instrumental, tudo aquilo que não venha da academia redundando em não existência, ou seja, em ausências.

Para construir saberes coletivos dissociados da receita mercadológica reducionista é imprescindível a participação de setores sociais que construam distintas e mais amplas visões do mesmo contexto do problema social analisado. Os movimentos sociais e as ações coletivas demonstram ser ao mesmo tempo laboratório, oficina e campo de provas dessa construção coletiva de saberes que, paulatinamente, constroem o efeito social da conscientização contra o fenômeno racista brasileiro, por vezes velado, mas nem por isto menos aviltante e antidemocrático.

Mas falemos um pouco de equilíbrio das relações sociais. Seria este equilíbrio que ao mesmo tempo se tornaria o principal entrave e a importante solução para o conflito racial, que é político, ideológico e sobretudo real – e cuja existência e solução carece ser construída e desconstruída através dos movimentos sociais.

A superação das desigualdades raciais parecem estar distantes da realidade brasileira. Para essa aproximação do equilíbrio seria necessário construir um cenário verdadeiramente democrático, destruindo assim as vantagens dos grupos dominantes e construindo um diálogo entre os grupos. Este fator torna utópica a possibilidade da democracia racial, pois obviamente os privilégios dos grupos dominantes seguem como no ciclo vicioso por várias gerações.

Somente emancipando o povo deste regulador, retirando-o da zona de conforto através da educação e da educação coletivista forjada no ativismo social é que se irá criar uma ponte entre a educação que ensina a ler o mundo, absorvido

epistemologicamente e voltado para a valorização da consciência negra, findando por ancorar na emancipação afrodescendente que é, no fundo e por princípio, uma libertação de toda a sociedade brasileira.

7.2 Resistência quilombola como processo educativo

Como apontamos nas discussões anteriores, os Quilombos nascem no continente africano como organizações sociopolíticas e culturais que tinham como objetivos ideológicos o combate ao escravismo criminoso, esses grupos lutavam contra as invasões europeias que tinham a intenção de capturar e submeter esses povos a submissão do sistema escravista em outros continentes. (MUNANGA, 1996, p. 63)

No Brasil, os quilombos antigos surgem como a principal forma de resistência negra em todo o território, com o objetivo de resistir às condições subumanas impostas pelo regime escravista. Os grupos negros se fortaleciam na busca por liberdade física e ancestral.

Resistir, para os quilombos, tinha significado de se libertar e transformar a situação de aprisionamento físico e cultural para a livre manifestação, ou seja, a liberdade de forma completa acontece quando se retoma o direito de manifestar-se e reproduzir os elementos culturais ancestrais, os saberes que formaram a suas identidades.

As comunidades quilombolas contemporâneas que nascem com a influência dessas lutas são herdeiras dessa resistência e buscam principalmente o direito a manutenção de suas culturas e território, que em grande parte estão ameaçados pelos herdeiros dos antigos opressores.

A resistência das comunidades quilombolas inclina-se principalmente pelo direito e defesa do território. Nessa toada, o ativismo trabalha na conscientização histórica e valorização dos saberes ancestrais entre seus membros, que são a base das vivências dessas localidades.

Os conflitos identitários nos quatro territórios quilombolas observados ocorrem pelas mesmas razões a disputa externa pelo acesso à terra. Mesmo sendo comunidades centenárias os quilombos situados no Vale do Jaguaribe sofrem pelas dificuldades de manipular seus territórios. Bastiões, Córrego de Ubaranas, Cumbe e

Santa Terezinha, de maneiras diferentes, são pressionados ou submetidos a limitação quanto ao uso dos seus espaços.

A especulação imobiliária e os posseiros agem de forma a determinar quanto dos territórios as comunidades podem utilizar. Santa Terezinha, que tem os títulos das terras, ainda assim, vê o risco da veloz aproximação de grandes empresas ao seu território. No Cumbe, as empresas de carcinicultura avançam nas terras da comunidade, influenciando no modo de vida e trabalho da população. Nos Bastiões, as plantações das produções agrícolas precisam ser divididas com os “donos das terras” e em Córrego de Ubaranas são proibidos de criar animais e construir dentro do território também por ordens dos “donos das terras”.

Os danos causados às comunidades são claros, pois essas ações lhes tiram o direito de manusear seu espaço e aplicar sua cultura, como no caso de Córrego de Ubaranas, que teve a casa de farinha construída por pelo menos quatro gerações anteriores destruídas pelos que se dizem donos das terras.

Entre os danos das invasões impostas por elementos externos estão as manipulações a moradores que os levam a negar suas identidades por alguns “benefícios” individuais como empregos nas indústrias do Cumbe. Essa negação é um dos fatores principais para os conflitos entre membros das comunidades. A estratégia utilizada pelos que desejam apropriar-se dos territórios é desequilibrar para ter espaço de invadir.

Os processos educativos de resistências das comunidades acontecem justamente no desenvolvimento da consciência crítica social. A partir dela o sujeito constrói e fortalece uma identidade coletiva ancestral tornando mais difícil o espaço para a influência externa.

Nessa perspectiva, consideramos que a formação da identidade acontece a partir de um diálogo entre o sujeito e a sociedade. Nessas trocas, o sujeito manifesta suas características específicas e a sociedade expressa valores e elementos que lhes constituem, proporcionando, simultaneamente, aproximações e afastamentos entre as duas partes.

O processo educativo considera que a identidade apresenta duas categorias: identidade individual e a coletiva. A primeira está relacionada às particularidades do indivíduo e todas as suas absorções e interpretações do seu meio social. A segunda relaciona-se aos aprendizados, aos ensinamentos que envolvam a cultura e história

da sociedade em que está inserido. Todavia, é justamente na junção dialogada das particularidades com o coletivo que se efetivam as construções de novos saberes sociais, que partem das construções cotidianas das lutas e reflexões delas.

Para Munanga (2012) a identidade individual marca as diferenças existentes entre os sujeitos. Por conseguinte, cada ser humano é único na sociedade, em geral, e em um determinado grupo, no qual está inserido. Por essa razão, a identidade individual é parte formadora do ser social, pois dá significado à sua existência. O referido autor destaca, ainda, que identidade coletiva tem características que definem os grupos, que se tornam únicos e diferentes dos demais. Em geral, cada grupo gera e/ou fomenta suas características, tendo como base fatores internos e, também, elementos constituintes do contexto social mais amplo.

As identidades quilombolas constroem-se na coletividade, gerando a necessidade de fortalecer os vínculos com suas tradições, o que vem se tornando uma forma de resistência dos povos afrodescendentes. Há, portanto, um movimento cíclico, no qual as comunidades buscam se manter coesas e, em paralelo, possibilitam os fortalecimentos das identidades coletivas e individuais.

A manutenção das comunidades quilombolas não assume um caráter estático, pois as novas gerações trazem consigo novos hábitos e/ou costumes, que são incorporados, em um processo de constante recriação. No processo de recriação, as atitudes e ações inovadoras das novas gerações são filtradas pela tradição de resistência cultural e pela força identitária da comunidade. Em geral, os mecanismos e/ou estratégias de filtragem dos novos saberes e novos costumes não são explícitos, no entanto, estão fundamentados em um substrato imaterial, que a comunidade considera como identidade ancestral.

O conceito de espaço é de suma relevância, uma vez que, no processo de desenvolvimento de cada localidade estão presentes fatores vinculados à estrutura física, territorial e geográfica, tais como: clima, incidência de chuva e demais recursos naturais. Todos esses fatores interferem e são constituintes da identidade local.

A utilização dos conceitos de tempo e de espaço é ressaltada por BÂ (2010), ao afirmar que a oralidade ancestral transmite, pacientemente, o seu conhecimento, de boca a ouvido, de mestre a discípulo, se utilizando dos fatores tempo-espaço através dos séculos. O substrato da ancestralidade tem se tornado um elemento

constituente da identidade coletiva dos remanescentes de quilombos e sempre está presente nas festividades e em várias atividades comunitárias.

A sobrevivência das comunidades negras depende do cultivo e da manutenção de tradições e valores oriundos de sua ancestralidade. Considero necessário reafirmar que educação é um dos veículos de transmissão dos elementos presentes na ancestralidade, pois é através dela que suas gerações de descendentes e ascendentes conseguem se manter conectados movimentando de forma cíclica seus valores e ensinamentos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que resultou nessa tese de doutorado teve como objetivo principal identificar como os moradores remanescentes de quilombos das comunidades estudadas constroem suas identidades quilombolas, a partir das influências territoriais, na região do Vale do Jaguaribe no Ceará. Nessa perspectiva, desenvolvemos análises dos elementos que compõem a construção dessas identidades, principalmente o sentimento de pertencimento, as principais lutas e as características de cada uma individualmente, com ênfase sobre os aspectos socioculturais da vida dos sujeitos.

As recordações das trajetórias de minha existência, minha infância e adolescência, as relações de lutas e identidades entre o conjunto Riacho Doce, no Passaré, e a comunidade Serra dos Bastiões, em Iracema-CE, meus conflitos internos e sociais, de minha formação pessoal e profissional, são partes de uma educação coletiva e social, que parte das relações culturais desses dois territórios formadores.

As comunidades apresentam problemas que atingiram muitas gerações, a exemplo das condições de vida subumanas, os conflitos identitários e o clima de tensão entre os quilombolas e os moradores que não se autodeclararam e com os proprietários das terras. Essas realidades são a base das lutas empreendidas pelas três comunidades estudadas.

A história do negro no Brasil é pautada em muita exploração e resistência. Os povos africanos, submetidos às mais diversas explorações do escravismo criminoso, resistiram através de muitas lutas, construindo diferentes estratégias para a sua sobrevivência e de suas culturas ancestrais. Uma das estratégias mais importantes foi a formação dos quilombos, que nascem para se opor ao sistema social escravista, formando uma sociedade oposta a ela.

Em suas narrativas, os interlocutores reconheceram que a necessidade de melhorar as condições de existência são os fatores determinantes para não entregarem-se nos difíceis embates travados com seus opositores, pois suas relações íntimas com os territórios baseiam suas histórias e são elementos essenciais de sua formação.

É perceptível que os quilombolas lutam pelas mudanças nas suas realidades sociais, principalmente nos aspectos relacionados às conquistas de seus territórios, pois foi através deles que surgiram a liberdade para manter as tradições e memórias vivas, assim como, determinaria o fim dos conflitos que afetam as vidas das comunidades.

A relação efetiva e pertencimento com os seus territórios de origem ficam explícitos no desenvolvimento das atividades culturais realizadas pelos sujeitos. O teatro por exemplo é utilizado como forma de manifestar as culturas nas comunidades Córrego de Ubaranas e Serra dos Bastiões, sendo essencial para reativar a memória dos mais velhos e apresentar aos novos residentes os elementos culturais pertencentes às comunidades.

Ao adentrarmos nos convívios e na presença das histórias e culturas dos territórios quilombolas do Vale do Jaguaribe, torna-se necessário estar disponível para a escuta sensível da presença ancestral, que são perceptíveis especialmente na resistência manifestada de diversas formas e sustentam e permitem continuidade cultural e identitária.

Os territórios quilombolas são espaços sagrados, por guardarem memórias, saberes e identidades, que permitem aos descendentes o convívio e a prática com os conhecimentos fundantes do povo, tendo a oportunidade de formar-se através da reconstrução desse conhecimento, assim como, também são ambientes de autocuidado para os que sabem do seu significado, conectando-se à ancestralidade e permitindo o autoconhecimento.

As manifestações culturais e religiosas são prioritariamente organizadas pelos povos quilombolas dos territórios, são momentos ímpares de grupos, onde destacam-se e deixam evidentes os saberes ancestrais de cada comunidade, com suas características territoriais e históricas.

Os eventos tradicionais de cada comunidade que compõe o território do Vale do Jaguaribe, Serra dos Bastiões, com a festa de Nossa senhora do Carmo, no Cumbe, com a festa do mangue, e Córrego de Ubaranas, com a festa do padroeiro e no Dia da Consciência Negra, são compostas por expressões e linguagens culturais das comunidades e trazem elementos característicos de cada povo, como a pesca, comidas, danças e rezas tradicionais, repletas de simbologias presentes nas cultura afro-brasileira e afrocearense.

Os elementos essenciais para a organização das manifestações tradicionais não acontecem de forma automática, fazem parte das histórias das comunidades. Para os quilombolas, são carregados de significados, são práticas sociais e formas de pensamento, que baseiam as identidades quilombolas, reafirmando os laços com a ancestralidade.

Cada parte do território quilombola compõe partes dos sujeitos, despertam-nos vivências, sonhos e memórias afetivas, que contribuem para a cura do corpo físico, das dores geradas pelos conflitos diários, gerados pela resistência; ambientes que guardam memórias carregadas de histórias, culturas e compartilham vivências do passado, revitalizando as energias dos povos e revisitando ensinamentos e saberes de outrora.

A construção da identidade nas comunidades analisadas no Vale do Jaguaribe tem como principal elemento norteador as diferentes formas de lutas pelo território e do reconhecimento como remanescente de quilombo. Através dos processos educativos os quilombolas conheceram os significados históricos de suas origens, o que possibilitou a busca pelo território e o reconhecimento como quilombolas, possibilitando o acesso aos direitos. Nesses processos de educação da resistência os saberes ancestrais são valorizados, através da memória dos mais velhos.

As memórias coletivas dos territórios quilombolas contam que as origens das comunidades têm estreita relação com as histórias de lutas e resistência das populações negras no país, que nascem no Período Colonial, por volta da década de 1530, e tornaram-se símbolos de lutas e resistências da população negra, assim como a principal referência no processo de construção da identidade quilombola.

As associações quilombolas das comunidades desenvolvem papel significativo para as lutas e continuidade das tradições junto aos moradores. A organização e direcionamentos das agendas de lutas pela liberdade de uso dos territórios e dos benefícios, para a melhoria da qualidade de vida dos quilombolas, são fatores determinantes para a afirmação da identidade quilombola.

Nessa configuração social as diferentes formas de educação ganham destaque e importância para as comunidades, pois pela influência na formação social e identitária dos sujeitos, os quilombolas passaram a reivindicar uma educação escolar quilombola, com características que contribuam para a valorização e fortalecimento das identidades e saberes locais. Assim como, seguem construindo

meios de divulgar e levar ao conhecimento da sociedade em geral suas vivências e tradições, educando seus sujeitos com a educação da resistência.

A relação afetiva e ancestral das comunidades quilombolas é marca fundante do sentimento dos moradores. A educação nas comunidades ocorrem principalmente através da resistência e das lutas históricas para permanecerem vivos por inteiro e socializam os quilombolas entre si e com os aspectos territoriais. Os elementos tradicionais e as memórias sócio-históricas são aspectos fundamentais para que os ensinamentos ancestrais transitem entre as gerações.

As pesquisas nas comunidades mostraram que os ensinamentos históricos, saberes ancestrais e os sentimentos de pertencimento ao território são repassados de boca a ouvido, entre as gerações. Dessa forma, os quilombolas ensinam aos mais novos a defenderem seus aspectos únicos e tradicionais, assim como o direito de estar e ser parte do território de cada comunidade. As novas gerações formadas sob as mesmas identidades e formas de resistência sentem o desejo de dar continuidade aos ensinamentos repassados.

As características educacionais acima foram percebidas nas comunidades, que são parte da pesquisa, uma forma de educação que oferece aos educandos os aprendizados da resistência e especialmente o autoconhecimento identitário e histórico. É comum observarmos nos discursos e nas vivências das três comunidades estudadas que o conhecimento da história do país, política e socialmente, e principalmente do conhecimento e importância de suas histórias, partiram das necessidades impostas pela opressão de resistir para continuarem existindo. A busca pela preservação do território e dos elementos materiais e imateriais que os compõem são os principais formas de educação.

A educação pela resistência possibilita aos que estão envolvidos nela a formação de uma consciência crítico-social. Mesmo que não sistematizada, essa consciência permite orientar suas lutas, pelo conhecimento de seus direitos, devido à sua fase inicial de formação é expressada pelo afeto à localidade onde mora. O espaço escolar causa estranhamento, é pouco acolhedor e comumente repulsivo. O sentimento de “sentir-se em casa” ao chegar no bairro é uma das formas de compreender que a realidade do bairro é mais atrativa que a realidade da escola. As escolas ainda não codificaram a realidade dos bairros negros, pelo fato de essa realidade não fazer parte dos escopos de pesquisas científicas das universidades, que

por sua vez não produzem conhecimentos que poderiam embasar documentos e materiais que pudessem estar presentes em reuniões e formações pedagógicas das escolas.

Ao observarmos as organizações sociais e territoriais das comunidades, que são parte da pesquisa, percebemos elementos históricos que se assemelham e que se distanciam, como nos mostraram as memórias e a oralidade apresentadas nos capítulos supracitados. As comunidades surgem em meio à resistências das populações negras, que buscavam a sobrevivência das formas de opressão e desenvolvem seguindo os mesmos ensinamentos dos ancestrais, outro ponto a ser destacado são as dificuldades enfrentadas por algumas gerações, que para sobreviver trabalhavam em trocas de alimentos, como farinha e cabeça de peixe.

As outras atividades não fogem a essa regra, as comunidades Cumbe e Córrego de Ubaranas mantêm vivas as manifestações dos Carambolas, elemento que também faz parte da história da Serra dos Bastiões, sendo denominada nessa localidade como Caretas, que apesar de não estar ativa é facilmente encontrada nas narrativas do povo. A forma como são praticadas dentro do espaço da comunidade as tornam específicas daquele local.

A formação da identidade dos remanescente de quilombos envolve elementos particulares aos sujeitos e outros pertencentes ao ambiente social. Mesmo dentro dessa divisão ainda observamos que os fatores sociais se subdividem em referências internas à comunidade e outras externas, tendo também relação com os conflitos em que estão envolvidos.

Considerando os elementos sociais, percebemos durante a pesquisa que os conflitos internos de autorreconhecimento têm sido fator preponderante para a formação indentitária dos sujeitos da pesquisa. Pois é perceptível que nos aspectos coletivos, internos e externos, os embates causam medo da auto aceitação como remanescentes. Internamente, na comunidade Cumbe existe o receio que os conflitos retornem ao seu auge, na serra dos Bastiões e no Córrego de Ubaranas eles seguem de forma silenciosa.

Com relação aos elementos externos, a negação indentitária acontece pelo medo de ser excluído ou tratado com preconceito pelos moradores dos Municípios de Aracati e Iracema, que muitas vezes relacionam os remanescentes de quilombos como uma comunidade menos desenvolvida, com estereótipos negativos, assim

como as ligações dos moradores, com os proprietários das terras ou empresários que exploram os territórios.

Outro fator observado durante as investigações é que o racismo imposto aos remanescentes de quilombos, de dentro ou de fora da comunidade, está ligado à questão racial, pois para muitos moradores da região quilombola é sinônimo de negro, sendo comum escutar a expressão: “um nego quilombola”. O Cumbe porém, tem sua identidade quilombola muitas vezes negada pela presença de pessoas não negras na sua associação.

Dessa maneira, observamos que a discriminação racial está incluída na sociedade brasileira há muitos anos e com as mudanças sociais ela apenas mudou suas características. Esse fato tem relação direta com as transformações no comportamento moral da sociedade brasileira, desde o início de sua formação. Aos povos negros é reservado o lugar de submissão na sociedade, mudando apenas a forma como se expressam. Anteriormente, a discriminação étnica contra a pessoa negra era colocada abertamente, atualmente, com as conquistas alcançadas pelos movimentos negros no país o preconceito aparece de diversas formas, porém, de maneira velada.

Entendo que a formação da identidade dos povos remanescente de quilombos nas comunidades localizadas no Vale do Jaguaribe encontram dificuldades que os prejudicam, pelo forte conflito ideológico, o medo da submissão ou mesmo da repressão física, que impede que muitos se autodeclarem remanescentes de quilombos.

Dessa forma, atenta à necessidade de mudança e criação de formas de mediação dos conflitos, a fim de esclarecer as lacunas ainda abertas acerca do processos de reconhecimento e fortalecimento das culturas e tradições e dos remanescentes de quilombos das comunidades estudadas, assim como o apoio e respeito, de fato, às lutas desses povos, que são frequentemente criminalizados, o fortalecimento das identidades permite maior liberdade na manifestação dos conhecimentos ancestrais e garante a continuidade das tradições. Assim como condições de vida e as formação da população que ainda sofre com a falta de recursos básicos como a saúde, o emprego e uma educação que permita às crianças e aos jovens quilombolas, a realização profissional e a manutenção de suas identidades.

O estado do Ceará, que orgulha-se do pioneirismo na abolição da escravatura, invisibiliza as populações negras cearenses. As comunidades remanescentes de quilombos, localizadas em toda a extensão do estado são de fato protagonistas na formação cultural, seus aspectos culturais, tradicionais e históricos, que baseiam a história do estado, porém são recontados, pelas perspectivas dos colonizadores, o que busca silenciar essas populações.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA – ABA E SEU COMITÊ QUILOMBOS (Brasília). **Manifestação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), sobre o Processo n. 1035763-30.2021.4.01.3400, Ação Anulatória da Certificação Administrativa de Remanescentes de Comunidade Quilombolas emitida pela Fundação Cultural Palmares à Comunidade Conceição de Salinas (BA)**. 2021. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/2017/05/18/comite-quilombos1/#:~:text=Os%20quilombos%20n%C3%A3o%20s%C3%A3o%20e,condi%C3%A7%C3%A3o%20fundamental%20para%20a%20liberdade>. Acesso em: 13 out. 2021.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira; BRITRO, Lyara Carlyle Carneiro; PINHEIRO, Daiane de Cássia Feio. Entre Quilombolas e Fazendas: o conflito pelo uso do território na comunidade Quilombola de Pitimandeuá (PA). **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**. Málaga: Administradora de Servicios Académicos Intercontinentales S.L., v. 2, n. 2, jan./ mar. 2018. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2018/01/conflito-territorio-quilombola.html>. Acesso em: 19 nov. 2020.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos: sematologia face a novas identidades. *In*: **Frechal** – terra de preto, quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**. Antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006. 370 p.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: POUTIGNAT, Phillipe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora fundação da Unesp, 1998.

BERNARD Charlot. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Tradução Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

BEZERRA, Ana Lúcia Sulina. Reconhecimento Étnico da comunidade de Bastiões- Ceará (Brasil): Rumores e conflitos. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.43, n.1, jan/jun,2012, p.50-65. Disponível em: http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v43n1/rcs_v43n1a4.pdf acesso em: 10 de agosto de 2014.

BRAGA, Luci Merhy Martins. **Parques Agrários no baixo Jaguaribe**: Arquitetura Rural da região dos Perímetros Irrigados resultante do planejamento de bacias hidrográficas. Orientador: André Munhoz de Argollo Ferrão.2011. 112f. Campinas, Dissertação de Mestrado- Programa de pós-graduação em Engenharia civil, Universidade Estadual de Campinas, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/798806>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. **Artigo 68 da Constituição Federal**, 1988.

BRASIL. **Decreto n.º 4887, de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: www.planalto.gov.br Acesso em: 02-nov-2008.

BRASIL. **Decreto n.º 5051, de 19 de abril de 2004.** Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: <http://www.institutoamp.com.br> Acesso em: 02-nov-2008.

CANDIDO, Silvio Eduardo Alvarez; NETO, Diógenes Valdanha. **Ação Socioambiental na Amazônia:** Educação, saúde e produção em comunidades. São Paulo: Na Raiz, 2020.

CARRIL, L. F. B. **Quilombo, território e geografia.** São Paulo: Agrária, 2006. p. 156-171.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Metodologia Afrodescendente de Pesquisa.** Revista Brasil: UNESP, 2006.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Movimento de consciência negra na década de 1970. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, v. 2, n. 46, 2003. p. 47-54. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/15183>. Acesso em: 11 jan. 2017.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo:** racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DA SILVA, Ubirajara Patrício Álvares; DA COSTA, Antonio Martins; LIMA, Gianni Peixoto; LIMA, Bertlyer Peixoto. A experiência da alocação negociada de água nos vales Jaguaribe e Banabuiú. **Anais...** VIII Congresso de recursos Hídricos do Nordeste, Gravatá: 2006. p. 1-20.

DANTAS, Simone Maria Silva. **Memórias e histórias de quilombos no Ceará.** Orientador: Henrique Cunha Júnior. 2009. 269 f. Tese de doutorado. Doutorado em Educação: Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira. Universidade federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

DE SOUSA, Maria Losângela Martins; DE OLIVEIRA SOUSA, Ana Karolina. Água e recursos hídricos no vale do Jaguaribe, Ceará: dilemas da bacia hidrográfica do Rio Figueiredo. **Anais...** II Workshop Internacional sobre Água no Semiárido, Campina Grande: 2015. p. 01-06.

FIABANI, Adelmir. Tradição africana e os saberes no currículo das escolas quilombolas. **Revista África(s)**, São Paulo, v. 02, n. 03, p. 72-88, jan./jun. 2015. disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/issue/archive>. Acesso em 22 out. 2019. p. 72-88.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDAÇÃO PALMARES. **Mapeamento das comunidades rurais negras e quilombolas**. Disponível em: www.informacoesemfoco.com Acesso em 20-fev-2016.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro.2011

GOMES, F. S. dos. **A hidra e os pântanos**: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (Séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.

GOMES, I. **As novas regiões produtivas agrícolas**: o caso do Baixo Jaguaribe (CE). Vale do Açu (RN), 2015.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão, 2012. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br>.> Acesso em: 18-set-2015.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro, saberes e a tensão regulação-emancipação do corpo e da corporeidade negra**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, v.2,n. 2, p. 37-60.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

GONÇALVES, A. **Água e a sede do capital em conflitos no campo – Brasil 2013**. Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flávio Lazzarin. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2013.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geo-grafias. **Movimientos sociales nuevas territorialidades y sustentabilidad**. México: Siglo XXI, 2001. 298 p.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, **Caderno Regional da Sub-bacia do Alto Jaguaribe**. Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://portal.cogerh.com.br/servicos/downloads/pacto-dasaguas-plano-estrategico/PA-Jaguaribe%20Alto.pdf> Acesso em 12 de dezembro de 2018

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, **Planejamento Estratégico dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará**. Disponível em: http://www.srh.ce.gov.br/images/documentos/planejamento_estrategico_comite_bacias1012008163333.pdf. Acesso em: 13-dez-2018.

JAIME, P.; LIMA, A. Da África ao Brasil: entrevista com o Prof. Kabengele Munanga. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 56, n. 1, p. 507-551, 2013. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2013.64518. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/64518>. Acesso em: 28 agost. 2021.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LEAL, Claudia Ribeiro de Barros. **Comunidades tradicionais da zona costeira cearense**: Uma análise da percepção dos diferentes atores sociais de Canoa Quebrada e Vila do Estevão sobre o Processo de modernização vivenciado por essas populações. Dissertação de mestrado, 2012

LEITE, I. Humanidades insurgentes: conflitos e criminalização dos povos quilombolas. *In*: ALMEIDA, A. W. (Org). **Cadernos de debates nova cartografia social**: territórios quilombolas e conflitos. Manaus: UEA Edições, 2010.

LEITE, Ilka Boaventura. **Território Negro em Área Rural e Urbana**. Textos e debates. Florianópolis, NUER/UFSC, ano 1, numero 2, 1991.

LITTLE, P. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. *In*: BURSZTYN, M. (Org.) **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2001.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil. Por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia, 322. 2002. Acessado em: 12-out-2009.

LUSTOSA, J. P. G. **Caracterização Morfológica, Micromorfológica e Mineralógica de Três Topossequências no Município de Irauçuba-CE e Suas Relações com o Processo de Desertificação**. Tese de Doutorado. Unesp. Rio Claro, 2004. MI (Ministério da Integração Nacional). Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro. 2005.

MARENGO, J. A. Vulnerabilidade, impactos e adaptação à mudança do clima no semiárido do Brasil. **Parcerias estratégicas**, v. 13, 2010.

MOLINA, Thiago dos Santos. **A didática da dupla consciência e o ensino de história e cultura afro-brasileiro e Africana**. Goiânia: ANPED, 2013.

MOURA, Clóvis (1981), Os quilombos e a revolução negra. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOURA, Clovis. **Rebeliões na Senzala (quilombos, insurreição e guerrilhas)**. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

MOURA, Glória. O direito à diferença. *In*: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, 2005, p. 69-82.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao averso?. **Revista ABPN**. São Paulo, v.4, jul-out 2012. Disponível em: <http://www.abpn.org.br>. Acesso em: 12-out-2015.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo em África. *In*: MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001. P. 21-31.

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, João Luís Joventino do. **Processos educativos**: as lutas das mulheres pescadoras do mangue do Cumbe contra o racismo ambiental. Orientadora: Joselina da Silva. 2014. 119f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/14373>. Acesso em: 14 agost. 2020.

ORTEGA, Antônio Cesar; SOBEL, Tiago Farias. Desenvolvimento territorial e perímetros irrigados: avaliação das políticas governamentais implantadas nos perímetros irrigados bebedouro e Nilo coelho em Petrolina (PE). **Planejamento e políticas públicas**, nº 35, 2010.

PINHEIRO, M; CAMPOS, J; STUDART, T. **Conflitos por águas e alocação negociada**: o caso do vale dos Carás no Ceará. Rio de Janeiro, v. 45, 2011.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio. **História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza, Imprensa Universitária, 2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SILVA, S. P. S.; MEDEIROS, J. L.; DELFINO, J.; MATIAS, E. F.; RIBEIRO, R. M. B. A autoestima da criança negra e suas implicações no processo de aprendizagem. **Anais.. VII FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA – FIPED**: Parintins, 2015. v. 1. p. 01-17.

SILVA, Samia Paula dos Santos. A juventude remanescente de quilombo da comunidade Bastiões (CE): tensões e identidades. Orientadora: Joselina da Silva. 2016.

120f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SILVA, Sandro Pereira. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território**: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas. Brasília; Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

VIANA, Nildo. **Os Movimentos Sociais**. Curitiba: Prismas, 2016.